



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

SORAIA DOS SANTOS BRITO

**CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E JUVENTUDE:
UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE FORMAÇÃO CIDADÃ DE ONGS
DA BAHIA**

Salvador

2007

SORAIA DOS SANTOS BRITO

**CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E JUVENTUDE
UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE FORMAÇÃO CIDADÃ DE ONGS
DA BAHIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal da Bahia, área de concentração Ciência Política, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Victória Espiñeira González.

Salvador

2007

**CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E JUVENTUDE:
UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE FORMAÇÃO CIDADÃ DE
ONGS DA BAHIA**

SORAIA DOS SANTOS BRITO

Dissertação apresentada em 29 de junho de 2007 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelas professoras:

Prof^a. Dr^a Maria Victória Espiñeira González (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia

Prof^a. Dr^a Ruthy Nadia Laniado
Universidade Federal da Bahia.

Prof^a Dr^a Maria Elisabete Pereira dos Santos
Universidade Federal da Bahia

Salvador
2007

*A minha Mãe Adelaide,
Fonte de inspiração e estímulo, a quem dedico esse trabalho*

AGRADECIMENTOS

Este árduo processo acadêmico só foi possível ser realizado porque contei com pessoas especiais que me incentivaram, energizaram, alegraram, apoiaram, ensinaram e acreditaram neste projeto. Como a possibilidade de incorrer no erro do esquecimento é grande, aqui está manifesto, publicamente, meu reconhecimento e agradecimento a todos vocês.

Agradeço, primeiramente, à minha mãe Adelaide, que é meu grande exemplo de vida, minha maior incentivadora, fonte de energia e amor, pela sua cooperação, apoio, compreensão e pela minha formação. A toda minha família, especialmente à minha irmã Solange pelo apoio e paciência.

Em especial, agradeço a minha Amiga, companheira, cúmplice, Carla Galvão, sempre atenta a referências pertinentes à minha pesquisa, pelos nossos estudos e discussões acadêmicas, as quais foram fundamentais para melhor compreender meu objeto de estudo. Nossa união tornou possível a realização desse projeto.

Agradeço aos meus amigos fantásticos, Zelinda Barros, fonte de inspiração, Lucylanne Oliveira, Luciana Luttigards, Marcos Bautista, Nereida Mazza, Priscilla Andreata, Vanessa Sales, Carla Pellegrino, Helga, Tati Furtado, que estiveram próximos, sempre com palavras de incentivo. À Bebel Dantas pelas discussões e material sobre o CRIA. Em especial à Luiza Ribeiro, que chegou para tornar esse processo menos árduo, seu apoio incondicional foi fundamental na etapa final da dissertação.

Agradeço a toda turma de 2004, isso que é turma! Em especial a Iuri Ramos, sempre com discussões polêmicas, Fabiane Regino, Rosa Amélia, Thais Gold e Jurema, por termos compartilhados, mais intensamente, tanto a esfera acadêmica, como também, a dimensão lúdica da vida.

Agradeço à professora/orientadora Maria Victoria Espiñeira - que contribuiu para meu amadurecimento acadêmico desde a graduação - pela orientação fundamentada no diálogo e no respeito, interlocutora sempre atenta e sensível ao caminho por mim delineado para a pesquisa, com entrosamento aguçado com os

eixos centrais do estudo, em especial com a democracia, o que contribuiu decisivamente para ampliar e consolidar a pesquisa.

Aos docentes do PPGCS/UFBA, com os quais tive a oportunidade de compartilhar saberes, em especial a professora Anete Ivo, que com uma simples palavra de incentivo me reacendeu a vontade pelo meu trabalho acadêmico. Ao Prof. Dr. Milani pela participação na banca de qualificação e sua disponibilidade e indicações de referências.

Às professoras Ruthy Laniado e Maria Elisabete Santos, por aceitarem o convite para comporem a banca examinadora. À Dora, sempre solícita e competente. À Silvanice Neves pela prontidão e eficiência na transcrição das entrevistas e digitação de textos.

Agradeço a toda equipe do CRIA e do MOC pela disponibilidade e prestatividade. Um agradecimento especial a Kelcilene, pessoa chave para realização dessa pesquisa, que para além de ser minha informante, se tornou uma grande amiga.

Agradeço a todos os meus coordenadores de trabalho pela compreensão e aos meus alunos pela paciência e incentivo.

Muito Obrigada a todos, citados ou não!!!

RESUMO

Este estudo tem como objetivo identificar e analisar as formas de participação desenvolvidas nos projetos de educação para cidadania do CRIA e do MOC, direcionados à juventude, por compreender que cidadania e participação são termos polissêmicos, com significados e conteúdos diversos. Está ancorado nas discussões teóricas sobre democracia, cidadania e participação, compreendendo-as como categorias intercambiáveis, as quais orientaram a pesquisa de campo, através de quadros de indicadores. Foram classificadas três concepções de cidadania: (a) entendida enquanto titularidade de direitos, (b) a fundamentada nas virtudes cívicas, e (c) concebida como co-gestão da coisa pública; e três formas de participação: (i) a assistencial, (ii) a cooperativa e (iii) a cidadã. O estudo evidenciou que no âmbito do discurso os conteúdos sobre participação e cidadania são similares. As duas organizações desenvolvem a formação para cidadania visando à construção de uma identidade política da juventude, focando a participação cidadã, direcionada para controle, consulta, negociação, co-produção, co-gestão e diálogo com as esferas de decisão. Contudo, observou-se que os caminhos priorizados para efetivar tais propostas são distintos, marcados pelo campo de atuação, posicionamento político e trajetória histórica de cada instituição.

Palavras-chave: Cidadania, Participação, Democracia, Juventude

ABSTRACT

Understanding that citizenship and participation are polysemic words, with diverse meanings and contents, this study aims at identifying and analyzing the forms of participation carried out in the education for citizenship projects directed to youth by CRIA and MOC. The study is anchored in the theoretical discussions on democracy, citizenship and participation. It sees them as interchangeable categories, which have guided the field research through frameworks of indicators. Three conceptions of citizenship have been arranged: the one understood as possession of rights, the one based on civic virtues, and the one conceived as commonwealth joint management; and three forms of participation: the aid related, the cooperative and the citizenship related. The study made evident that in the field of speech, the contents about participation and citizenship are similar. Both organizations develop education for citizenship aiming at the construction of a youth political identity, focusing on the citizenship related participation, directed to the control, consultation, negotiation, joint production, joint management and dialogue with the decision making public spheres. It was noted, however, that the pathways prioritized to make such proposals effective are distinct, marked by the field of actuation, the political position and the history of each institution.

Key words: Citizenship, Participation, Democracy and Youth

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Documentos Analisados na Pesquisa
Quadro 2	Lista de Entrevistas
Quadro 3	Indicadores - Perspectivas de Cidadania
Quadro 4	Indicadores - Perspectivas de Participação
Quadro 5	Análise dos dados – Classificação por Indicador: Perspectiva de Cidadania
Quadro 6	Análise dos dados – Classificação por Indicador: Perspectiva de Cidadania
Figura 01	Mapa Bahia – Região Sisaleira (site IBGE, 2007)
Figura 02	Sistema Artístico Político Pedagógico do CRIA (fonte: CRIA)

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MOC	Movimento de Organização Comunitária
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PPA	Planos Pluri Anual
PJE	Projeto Jovens Escolhas em Rede com o Futuro
PT	Partido dos Trabalhadores
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Procedimentos Metodológicos.....	15
Pesquisa bibliográfica.....	16
Pesquisa de Campo	17
Análise dos dados.....	23
1 SOCIEDADE CIVIL, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: A POLISSEMIA DOS CONCEITOS.....	27
1.1 Cidadania em Perspectiva.....	32
1.2 As Dimensões da Participação.....	40
2 O DEBATE TEÓRICO SOBRE A DEMOCRACIA E OS MÚLTIPLOS CAMPOS DE ANÁLISE DA PESQUISA.....	45
2.1 Um Modelo de Democracia.....	47
2.2 Reflexões sobre Participação Política.....	53
2.3 Cidadania e Participação na Consolidação Democrática Brasileira...	56
2.4 O Universo das ONGs.....	63
2.5 Juventude – atores políticos e sociais.....	67
3 DISCURSOS E PRÁTICAS PARTICIPATIVAS DO CRIA E MOC.....	71
3.1 O MOC Ontem e Hoje.....	72
3.2 O CRIA e a Arte Mobilizadora	80
3.3 Constituindo a Identidade Política das Juventudes.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	122
APENDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	128

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo geral identificar e analisar as formas de participação engendradas em projetos de educação para a cidadania, direcionados à juventude, desenvolvidos por ONGs¹ na Bahia. Mais especificamente, visa-se aqui verificar a correlação entre a concepção de cidadania e aquelas formas de participação.

Cidadania foi e ainda é um tema bastante discutido, tanto pelos teóricos clássicos na análise da realidade europeia e norte-americana, como pelos teóricos brasileiros, principalmente após a constituição de 1988. Tais estudos evidenciam que cidadania é um termo polissêmico, com diversas perspectivas e que vem passando por rápidas mutações, uma vez que as sociedades contemporâneas também estão a passar por mudanças e edificando novos paradoxos advindos das democracias “avançadas”.

Com o fim da ditadura, em 1985, e com a promulgação da Constituição de 1988, o uso do termo cidadania tornou-se recorrente. Nos anos 90, o slogan *Educar para Cidadania* aparece de forma indiscriminada em diversos programas de formação de jovens e adolescentes, tanto em projetos de organizações da sociedade civil como do Estado. Esse fenômeno é, em certo sentido, considerado positivo, por indicar que a expressão ganhou espaço na sociedade (DAGNINO, 1994). Contudo, se torna de extrema relevância verificar quais significados e intenções estão impressos e expressos nas diferentes apropriações do termo, a fim de verificar se este fenômeno contribui para a ressignificação ou para esvaziar o seu sentido, já que este é um termo polissêmico, impregnado de conteúdo ideológico, tendo sua morfologia moldada de acordo com uma determinada conjuntura histórica, configurando-se, assim, num fenômeno complexo, pois,

Conceber a cidadania enquanto estratégia política significa concebê-la como uma construção histórica, cujos conteúdos não estão definidos e delimitados previamente por uma essência universal, mas correspondem à dinâmica dos conflitos reais (DAGNINO, 1994, p. 13).

ONGs - Organizações Não Governamentais.

A investigação sobre o tema teve início na graduação, com o trabalho monográfico² que visou identificar e analisar o conceito de cidadania presente no discurso de ONGs que desenvolvem trabalhos na área acima descrita. Evidenciou-se no final da pesquisa a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre a questão, principalmente no âmbito da participação, pois a mesma se efetiva de forma diversa. O uso do termo participação é utilizado em diferentes contextos, relacionado às práticas diversas e com sentidos variados. Parte-se do pressuposto que as diferentes concepções de cidadania geram formas distintas de participação, fator que é um indicador do grau de democratização de uma sociedade.

A questão da cidadania se torna um dos elementos centrais de análise das sociedades contemporâneas, pois as problemáticas erigidas da economia globalizada, a exemplo da questão do Estado-Nação, da exclusão social (local e global), alteridade e crescimento da pobreza, exigem sujeitos sociais ativos e não mais coadjuvantes. Sorj (2004) considera que, no mundo moderno, cidadania é um mecanismo de inclusão/exclusão, o meio pelo qual define quem é, e quem não é parte integrante da comunidade nacional, sendo esta a expressão de uma construção coletiva que organiza as relações entre os sujeitos sociais que se formam nesse processo de definição.

Apesar de as categorias “cidadania”, “sociedade civil”, “democracia” e “participação” serem bastante discutidas nas Ciências Sociais, contando já com uma vasta bibliografia, a complexidade das mesmas, principalmente ao buscar compreendê-las no âmbito do cenário brasileiro, faz com que seu estudo seja instigante.

Com efeito, o Brasil, após o processo de redemocratização, não rompe com a cultura política até então vigente. Alia práticas tradicionais do clientelismo e do personalismo, às reformas institucionais do Estado democrático que ampliam o espaço para a participação da sociedade civil, configurando-se, assim, em um caso de “conjunção híbrida do liberalismo conservador com o autoritarismo“ (TRINDADE, 1994, p.47). Para, além disso, há uma crise no sistema político representativo, a qual

² Monografia intitulada “Cidadania o slogan da moda”, apresentada ao Departamento de Ciência Política como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Sociais** (concentração em Política), sob a orientação Professora Dr^a Maria Victória Espifeira.

gera a descrença e distanciamento do cidadão da esfera pública. (GAVENTA, 2004; DAGNINO, 2002). Diante do exposto acima, o Brasil se torna um grande laboratório para estudos acerca da democracia, cidadania e participação.

No processo de redemocratização do país os movimentos sociais são considerados um dos principais atores políticos. Para além do papel desempenhado no restabelecimento do regime democrático, estes são vistos como meio de reconstrução ou mesmo construção de valores democráticos, bem como meios para o preenchimento de vazios oriundos da condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado (GOHN, 1997).

Destacaram-se, no curso deste processo de redemocratização, vários agentes sociais expressivos, dentre os quais estão as ONGs. Estas, na década de 80, são reconhecidas como centro de apoio e assessoria aos movimentos sociais. Na década de 90, ganham grande visibilidade, a partir da abertura de novos canais de participação, passando a desempenhar mediação entre os coletivos organizados e o sistema de poder governamental, como também entre grupos privados e instituições governamentais (GOHN, 1997). As ONGs objetivam que a sua intervenção resulte na elevação da qualidade de vida da população e, ao mesmo tempo, promova um novo modelo de desenvolvimento para o país e mudança da relação entre o Estado e a Sociedade. (ABONG, 2006). Fortemente assumem como proposta a formação para cidadania e a participação da sociedade e a atuação direta na formulação de políticas públicas. Assim, as ONGs se apresentam como um universo empírico ideal para a realização da análise das categorias centrais desse estudo, quais sejam: *cidadania e participação*.

Diante desse cenário, “cidadania” e “participação” fazem parte de uma “engenharia” complexa do campo sócio-político, o que exige, de qualquer estudo, que repouse sobre as mesmas, um esforço *surreal* para dar conta da teia abstrusa que se configura, sendo necessário imergir pelos múltiplos campos que compõem esse universo, que perpassa a questão da política e do poder local, da identidade, da globalização, da economia entre outros.

Especificamente no âmbito do presente estudo, que repousa a análise no universo das ONGs e da juventude, são intermináveis os campos relacionais os quais deveriam ser abordados. Mas, desde já, é necessário explicitar que este estudo não dá conta desse todo, o que seria pretensioso e ultrapassaria a proposta do mesmo. Muitos desses campos subjacentes serão aqui apenas pontuados, sem uma análise profunda, outros não serão mesmo abordados, devido aos vários limites inerentes à realização de um mestrado.

Procedimentos Metodológicos

As Ciências Sociais surgem a fim de fornecer explicações científicas para os fenômenos sociais e tentar compreendê-los, fundamentadas num paradigma pautado no conhecimento objetivo, na experimentação e observação, orientada pela razão e no pensamento lógico. Assim sendo, as Ciências Sociais estão imersas em polêmicas e questões de caráter epistemológico que permeiam os debates até hoje. Tais questões envolvem o fazer científico, a sua construção e a discussão dos limites e possibilidades de sua realização enquanto tal, pois a ciência social recebe do mundo social os problemas que ela estuda. O cientista social, por sua vez, está mergulhado neste contexto cercado de pré-noções.

Para objetivar essa ligação com os problemas sociais, não basta o pesquisador social estar em alerta. É preciso utilizar, como instrumento de ruptura, a história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento, e manter, ao longo de todo o processo da pesquisa social, uma vigilância constante. Como afirma Granger, “a verificação de um fato científico depende [...] de uma ‘interpretação’, mas de uma interpretação ordenada, no interior de uma teoria explícita” (1994, p. 48).

Para Bourdieu (1989), a construção do objeto é um trabalho de grande fôlego, que se realiza aos poucos, efetuando retoques, correções, emendas; é um conjunto de princípios práticos que orientam as opções, ao mesmo tempo, minúsculas e decisivas. A atenção aos pormenores de procedimentos da pesquisa não é a menos importante, essa atenção possibilita a prevenção contra o fetichismo dos conceitos e da teoria. Um objeto de pesquisa só pode ser definido e construído em função de

uma problemática teórica. É ainda em função de um corpo de hipóteses oriundas de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova. Visando acompanhar as orientações acima expostas, a presente pesquisa parte da seguinte problemática: o fato do termo cidadania ter grande visibilidade midiática indica que há uma mudança significativa na cultura política brasileira? Esses programas estimulam, criam e efetivam formas de participação? Em caso positivo, indagar-se-á ainda, se essas formas de participação contribuem para o efetivo fortalecimento da democracia através da inserção desses atores sociais nas esferas política de decisão, com correlativa ampliação dos espaços públicos de discussão? Em seguida, caberá questionar quais os objetivos e direcionados a quem estão essas experiências, bem como, de que forma as mesmas pressionam e influenciam a esfera estatal. Como as ONGs lidam com as contradições, conflitos e interesses que entrecortam sua atuação? Como preservam sua autonomia sendo mantidas por recursos oriundos de organizações internacionais ou do Estado? Quais valores e interesses estão imbricados nesse processo?

Tendo em vistas responder às problemáticas de pesquisa, o estudo está fundamentado nas seguintes etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e análise dos dados.

Pesquisa bibliográfica

Entendendo que um dos primeiros atos do cientista é ordenar as idéias, formular categorias descritivas que circundem o objeto. São tarefas básicas para se construir ciência: definir os termos com precisão, descrever e explicar com transparência, distinguir com rigor as variáveis, procurar classificações nítidas e bem sistematicamente as categorias, criar um modelo explicativo pertinente. Assim, uma teoria fornece um conjunto lógico de enunciados, articulado, concatenado, ordenado, sistematizado. Como afirma Granger, “a verificação de um fato científico depende, [...] de uma `interpretação`, mas de uma interpretação ordenada, no interior de uma teoria explícita” (1994, p. 48).

Por meio da pesquisa bibliográfica foi realizado o aprofundamento do estudo das categorias teóricas que direcionam a pesquisa – cidadania, democracia, participação, sociedade civil e ONG, a fim de chegar a conclusões pertinentes que transcendam o senso comum, considerando que “a função da teoria, concebida como parte integrante do processo metodológico, é de ser o instrumento mais poderoso da ruptura epistemológica face às pré-noções do senso comum” (BRUYNE, 1977, p. 102). O autor afirma ainda que toda teoria é um artefato dos pesquisadores, pertence à ordem simbólica, numa linguagem artificial criada especificamente para isso.

Desse processo foram constituídos os indicadores que permitiram agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito, indicadores estes que possibilitaram as classificações e categorizações correspondentes, pois a teoria, como um conjunto lógico de enunciados, articulado, concatenado, ordenado, sistematizado, permite a construção do objeto de pesquisa, como também a manufatura dos dados científicos.

Pesquisa de Campo

Primeiramente foi necessário definir os critérios para a escolha das ONGs que comporiam o estudo. Assim, as ONGs para o estudo deveriam atender aos seguintes critérios: estar localizada no estado da Bahia; ter como linha de projetos o foco na educação para a cidadania; ter como público a juventude; atuação mínima de cinco anos, a fim de que já tenha um “trabalho bem estruturado” e experiência na área da cidadania e, por fim, que tenha visibilidade na sociedade e entre as demais ONGs.

Mediante as informações prévias, identifiquei duas ONGs que atendiam ao perfil estabelecido, quais sejam: o CRIA (Centro de Referência Integral para Adolescentes) e o MOC (Movimento de Organização Comunitária), a saber.

O CRIA – Centro de Referência Integral para Adolescentes, com sede no Pelourinho, Salvador-Ba, foi criado, o ano de 1994, através da concessão de uma bolsa individual da Fundação MacArthur para Maria Eugênia Millet para realizar o projeto “Centro de Referência de Artes Cênicas para a Formação de Adolescentes”,

que inicialmente era uma proposta de educação pelo teatro para adolescentes. Aperfeiçoando o projeto, o CRIA transformou-se em uma ONG, entidade sem fins lucrativos ou comerciais, de caráter pedagógico-artístico, com o objetivo de desenvolvimento do adolescente enquanto cidadão através da cultura, dando ênfase às artes cênicas.

O Projeto institucional do CRIA está organizado em dois programas: o Programa de Educação, Saúde e Cultura, e o Programa de Comunicação e Monitoramento de Políticas Públicas. Tem parcerias, desde a sua criação, com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e com a Secretaria Municipal de Saúde. Realiza formação de profissionais ligados a essa secretaria através de núcleos de trabalho que desenvolvem ações na tentativa de incorporar novas práticas pedagógicas na escola e nos centros de saúde através da abordagem de temáticas, principalmente na área da sexualidade e cidadania.

O CRIA define como missão institucional o fortalecimento do sistema de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, por meio da sensibilização e da cidadania, com arte. Esta ONG tem por vocação fazer arte e educação e irradiar metodologias que instiguem a autonomia, a criatividade, as articulações e a participação social. Tem como público prioritário, adolescentes na faixa etária de 12 a 21 anos, de ambos os sexos, e da camada popular da sociedade (bairros periféricos, escolas públicas). Busca ainda desenvolver nesses jovens o crescimento e, assim, integrar a dimensão pessoal e a dimensão coletiva dos mesmos, visando garantir a “disposição” para multiplicar as próprias experiências sócio-educativas³.

Por sua vez, a segunda organização escolhida, o MOC – Movimento de Organização Comunitária – está localizado em Feira de Santana-Ba com atuação na região do semi-árido. Define como missão contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável do semi-árido baiano, com desenvolvimento de ações estratégicas nas áreas de educação do campo, fortalecimento da agricultura familiar, dentre outros projetos, como os relacionados à

³ Informações coletadas dos Relatórios Anuais do CRIA de 2003/2004/2005

água e à segurança alimentar, a questões de gênero, comunicação e políticas públicas⁴.

Fundada no ano de 1967, a partir do trabalho social da Igreja católica, o MOC se transformou em entidade autônoma em 1970 e hoje é reconhecida como uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Tem como público prioritário de suas ações órgãos paritários de gestão, como Conselhos de Políticas Públicas, os sindicatos dos trabalhadores rurais, trabalhadoras e trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares, pequenos produtores urbanos, professores rurais excluídos dos meios de produção, organizações populares, crianças e adolescentes em situação de risco social. Objetiva contribuir para a formação de jovens com uma atitude básica empreendedora diante da vida, que os torne aptos a responder pro-ativamente aos desafios que o mundo contemporâneo o trabalho lhes coloca, transformando suas visões em realidade (site do MOC, 2006) ⁵.

A pesquisa de campo caracterizou-se pelo uso de diversas fontes, que forneceram os dados que foram canalizados pela estrutura lógica do arcabouço teórico, a saber. No primeiro momento, os dados foram coletados a partir de documentos produzidos pelas organizações - programas pedagógicos, relatórios anuais, artigos, site, folder e revistas - documentos nos quais foram identificados, objetivos, missão, metodologias, estratégias de ação e resultados esperados. O acesso às falas e discursos dos diretores das organizações se realizou através dessas fontes, pois as mesmas alegaram, quando deste levantamento de dados, não dispor de tempo para entrevistas. Ver o seguinte quadro 1

⁴ Dados coletados no site do MOC

⁵ O perfil aqui delineado de cada instituição foi elaborado a partir da síntese dos diversos materiais (relatórios, folder, sites projetos) produzido pelas próprias organizações.

Quadro 1 - DOCUMENTOS ANALISADOS NA PESQUISA

Nº	DOCUMENTOS DO MOC
01	SOBRINHO, Emanuel Mendonça - Caminhos da participação juvenil e popular no orçamento público de Candeal – Bahia. In. www.moc.org.br , 2006. Colaboração do Coletivo Municipal de Jovens de Candeal
02	Relatório Anual de 2002
03	Relatório Anual de 2003
04	Relatório Anual de 2004
05	Relatório Anual de 2005
06	Relatório MOC Projeto Jovens Escolhas-Instituto Credicard (2004)
07	Entrevista com diretor Executivo do MOC – Rádio Comunitária do MOC 03/2007
08	Marco Social: juventudes e territórios rurais. Publicação do Instituto Souza Cruz. Vol. 08 N01/2006. ISSN 18062121
09	Folders, panfletos, informativos.
Nº	DOCUMENTOS DO CRIA
01	Relatório Anual de 2003
02	Relatório Anual de 2004
03	Relatório Anual de 2005
04	Relatório CRIA Projeto Jovens Escolhas do Instituto Credicard
05	Folders, panfletos e informativos.

Como fonte primária utilizamos como instrumento de pesquisa entrevistas semi-estruturadas, não diretivas, as quais permitem privilegiar a fala dos entrevistados, buscando valorizar a auto-definição, representações e valores em torno dos temas abordados (cidadania, democracia, participação, entre outros), pois, a entrevista:

não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (BRUYNE, 1977).

Foram realizadas nove entrevistas (5 com o MOC e 4 com o CRIA), em profundidade (Cf. roteiro em anexo), com coordenadores, orientadores pedagógicos, egressos,

ligados mais diretamente aos projetos de formação da juventude para a cidadania. Esse instrumento foi utilizado com vista a compreender e traçar a perspectiva institucional acerca dos temas ligados ao objeto aqui estudado. A entrevista visa capturar nas falas as representações, valores, percepções e significados impressos na interpretação dos elementos que se vinculam ao tema da pesquisa, buscando, assim, valorizar a autodefinição.

Os discursos aqui assumidos são considerados como constituidores e definidores da própria ideologia organizacional, pois são estes atores que dão *vida* à organização através de suas ações e discursos. Para além das entrevistas *pilares* da pesquisa, foram realizadas entrevistas objetivas e conversas informais com funcionários diversos: coordenadores de outros programas, egressos e participantes dos projetos, visando compor uma visão mais ampla do universo estudado. (Ver quadro 2).

QUADRO 2 – LISTA DE ENTREVISTAS

Nº	ENTREVISTAS DO MOC
01	Coordenador de Políticas Públicas 2005-2006 Coordenador do Projeto Crédito Fundiário Ex-Técnico do MOC* ⁶ 02/2007
02	Coordenador do projeto da Juventude 2005/2007 * - 03/2007
03	Coordenador do projeto PJE em 2002 e 2003 * 03/2007
04	Coordenador do Projeto de Juventude até 2007 * 03/2007
05	Coordenador do projeto da Juventude em 2002 Coordenador de Políticas Públicas - Ex técnico do MOC* 04/2007
06	Integrante do Coletivo de Jovem do município de Tucano - PJE 2002 02/2007
07	Integrante do Coletivo do município de Antônio Cardoso 03/2007
08	Coordenadora geral do Coletivo de Jovens 03/2007
Nº	ENTREVISTAS DO CRIA
01	Coordenadora Pedagógica do CRIA / Projeto Jovens Escolhas* 03/2004
02	Orientador Pedagógico* 04/2007
03	Orientador pedagógico* 03/2007
05	Assistente pedagógico* 11/2006
06	Egresso do Projeto Educação para Cidadania e monitor 04/2007

A presença de uma informante no MOC foi fundamental para facilitar o acesso a materiais e entrevistados. Através dela foi estabelecido contato com antigos coordenadores do projeto de juventude que hoje ocupam cargos no Estado e, em função disto, têm dificuldades de agendamento de horário, mas que concederam entrevista mediante a intermediação da informante. Ainda facilitou a inserção no campo através de convites para participar de atividades da organização. Assim, foi

⁶ * Entrevista em profundidade

possível, no MOC, realizar observações participantes em 3 atividades: o Encontro com a Comunidade (Feira de Santana) 03/2006; Reunião do Crédito Fundiário em 02/2007 (Feira de Santana); e o Encontro dos Coletivos Regionais de Jovens (Valente, 2007). Destarte, a informante representou um elemento essencial à maior inserção e interação com o universo do presente estudo, possibilitando captar discursos e ações de forma mais espontânea.

Assim sendo, o trabalho de campo se compôs de duas fontes de dados principais, a oral e a escrita, que nos ofereceram elementos bastante distintos, a saber. A escrita fornece dados suscitados pela ideologia presente e sistematizada na entidade; as fontes orais oferecem dados vivenciados em experiências concretas e partilhadas, com a presença marcante das contradições e subjetividades da interação social.

Análise dos Dados

O debate acadêmico em torno dos temas centrais desse trabalho, bastante intenso, originando uma produção extensa, diversa e inesgotável, fornece uma sustentabilidade teórica sólida ao estudo. O caráter inovador em torno dessas temáticas é o estudo de experiências concretas, empíricas, analisadas à luz dessas teorias, revelando-se, assim, um campo vasto de especificidade configurado a partir da inter-relação subjetiva de cada sujeito singular que compõe universos diversos e múltiplos.

Nesse sentido, a análise dos dados atenta para as minúcias das experiências aqui estudadas, com o fito de apresentar o máximo de detalhes que permitam a compreensão e interpretação do universo estudado; e através da busca coerente das inter-relações entre os dados empíricos e a teoria (atentando para as revelações do campo) por meio da elaboração de dois quadros de indicadores para classificar as categorias *cidadania* e *participação*. A escolha deste tipo de instrumento é parte da preparação ou do planejamento da pesquisa e está intimamente ligada não só aos assuntos selecionados e à hipótese elaborada, como também às possibilidades práticas de execução da pesquisa e ao tipo de informação que poderá ser utilizada.

Seguindo essas orientações, o roteiro de entrevista (ver anexo) foi elaborado a partir dos quadros de indicadores, a fim de obter dados mais pertinentes para a pesquisa. Os dados coletados foram analisados através da articulação de dois métodos, a fim de obter maior consistência na análise: análise qualitativa, com vista a estudar o conjunto social enquanto totalidade e não soma de suas partes; e o método quantitativo de análise de conteúdo. Não foi realizada uma quantificação precisa dos dados, mas atentou-se para a incidência dos indicadores nas falas e no material coletado.

Segundo Bardin (1977), análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos que se aplica a discursos diversificados, objetivando a freqüência com que surgem certas características do conteúdo, visando compreender criticamente o sentido tácito ou expresso da comunicação, afirmando que “o que serve de informação é a freqüência com que surgem certas características do conteúdo.” (BARDIN, 1977, p. 81). Essa técnica baseia-se no processo de verificação da “presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração” (BARDIN, 1977, p. 21).

Foram selecionados fragmentos das narrativas e dos documentos analisados, classificados por meio dos quadros de indicadores. Esses quadros foram elaborados a partir da concepção de quadro de referência de Bruyne (1977) que os afirma que “aquém do rigor da formulação teórica, mas além de seus imperativos redutores, os quadros de referência constituem [...] uma espécie de matriz disciplinar que reagrupa um conjunto de paradigmas, [...] um conjunto de conhecimentos científicos” (p.133). Foram selecionados os conteúdos que se repetiam e verificada sua incidência, sendo extraído apenas um ou outro trecho para ilustrar os seguintes quadros 3 e 4.

QUADRO 03 – INDICADORES - PERSPECTIVA DE CIDADANIA

Legenda⁷

TD – Cidadania Centralizada na Titularidade de Direitos;

VC – Cidadania Centralizada nas Virtudes Cívicas

CGP – Cidadania Centralizada na Co-Gestão Pública

TITULARIDADE DE DIREITOS		VIRTUES CÍVICAS REPUBLICANISMO		CO GESTÃO PÚBLICA	
Conhecer Direitos e Deveres do indivíduo - cidadão	TD1	Coletividade, a comunidade.	VC1	Participação na Gestão Pública	PCGP1
Inserção Social - Emprego Idéia de justiça distributiva	TD2	Idéias de pertencimento / Identidade – fazer parte de um conjunto	VC2	Referência aos canais institucionais	PCGP2
Direitos de Assistência Social: Educação, Saúde, Moradia Referencia a LOAS	TD3	Desenvolvimento de virtudes: Solidariedade,	VC3	Criação de espaços de discussões – Coletivos, conselhos,	PCGP3
Busca de Efetivação e Defesa dos direitos	TD4	Atenção às causas mais gerais, preocupação com seguimentos menos favorecidos.	VC4	Discussões em arenas de decisão	PCGP4
ECA – como grande referência de garantir os direitos da criança e do adolescente.	TD5	Interesse Bem compreendido – Fazer e beneficiar a mim e ao todo	VC5	Preocupação com a Estrutura de poder Distribuição/ participação	PCGP5
Criação de Novos Direitos	TD6	Ação individual que reflete na coletividade	VC6	Participação em Conselhos	PCGP6
Direito a Liberdade e a Igualdade	TD7	Tolerância Respeito Coragem	VC7	Controle do poder público	PCGP7
O Direito como instrumento de ação	TD8		VC8	Organização institucional	PCGP8

⁷ O número atribuído a cada categoria visa delimitar os conteúdos observados para a classificação geral.

QUADRO 04 – INDICADORES - PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO

Legenda

PA – Participação Assistencial

PCO – Participação Cooperativa

PC – Participação Cidadã

PARTCIPAÇÃO ASSISTENCIAL		PARTICIPAÇÃO COOPERATIVA		PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	
Ações Filantrópicas	PA1	Criação de uma identidade de grupo, de pertencimento ao grupo	PCO1	Articulação com outros movimentos sociais (Redes)	PC1
Mutirões (arrecadação de alimentos, roupas, livros)	PA2	Cooperação com vista em favorecer uma categoria	PCO2	Formação e capacitação política (lideranças)	PC2
Organização para intermediar conflitos da comunidade	PA3	Incentivo à organização de associações e cooperativas	PCO3	Elaboração de projeto de iniciativa popular Articulação e Mobilização Popular Autonomia	PC3
Voluntariado – dedicação de algum tempo em organizações e/ou Ações Filantrópicas.	PA4	Participação da categoria em órgãos do setor específico de ligação (sindicato, prefeitura)	PCO4	Fiscalização de contas municipais/Estaduais Responsabilização dos candidatos	PC4
Ações de otimização de recursos	PA5	Economia solidária.	PCO5	Participação no Orçamento Público/ Planejamento municipal	PC5
Atividades pontuais – passeatas, abraço a praças, fechar ruas.	PA6	Ações focadas em um interesse específico	PCO6	Acompanhamento das sessões da Câmara e Assembléia	PC6
Voluntariado	PA7	Proposta de desenvolvimento sustentável	PCO7	Criação e participação de arenas de discussões de interesse público (discutir políticas públicas, projetos de lei, sugestões)	PC7
				Participação em gestão da saúde, educação, seguridade- Articulação e participação em Conselhos	PC8

1 SOCIEDADE CIVIL, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: A POLISSEMIA DOS CONCEITOS

Por considerar que a sociedade civil é a grande referência para se discutir as categorias “democracia”, “participação” e “cidadania”, foi a partir desse conceito que o trabalho foi alicerçado. Como não podia deixar de ser, a concepção de sociedade civil, dentro das ciências sociais, também é múltipla, diversa e contraditória. A sociedade civil é um termo que vai adquirindo ressignificações de acordo com o contexto histórico do período no qual é ou foi elaborado. A sociedade civil é convocada, como elemento central, tanto em discursos em defesa da democracia, bem como nos discursos de projetos neoliberal.

Com efeito, o delineamento do conceito de “sociedade civil” se torna fundamental para compreender as configurações democráticas de um país, principalmente numa sociedade como a brasileira, que apresenta peculiaridades que fornecem um campo vastíssimo para análises e estudos.

A teoria clássica das Ciências Sociais (Marx e Hegel), no geral, concebia a sociedade civil como separada do Estado e determinada pelas relações econômicas (TEIXEIRA, E., 2001). Como afirma Cohen (2003), o aparecimento da sociedade civil se dá junto com o desenvolvimento do Estado Moderno soberano, com a vinculação do Estado ao Direito e o desenvolvimento da soberania e do constitucionalismo jurídico interno que permitiram o surgimento do modelo tripartite composto pelo Estado, pela sociedade e pelo mercado.

Já a concepção gramsciana ampliada de Estado compreende que a sociedade política e a sociedade civil em conjunto formam o Estado, cada qual com suas funções distintas, concepção que vai fornecer os pressupostos para a elaboração teórica das discussões mais contemporâneas. Em Gramsci, as duas esferas encontram-se no interior da superestrutura, sendo que a sociedade política se caracteriza pelos aparelhos através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal da violência (os chamados “aparelhos coercitivos do Estado”) e a

sociedade civil é entendida como o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e difusão dos valores simbólicos, ideologias, sendo os “aparelhos privados de hegemonia” seus portadores materiais. É, pois, na sociedade civil que ocorrem os confrontos ideológicos e o consenso social. Ela é uma esfera específica dotada de legalidade própria, que funciona como mediação necessária entre a base econômica e o Estado, no sentido restrito (sociedade política). Assim, Gramsci dá ênfase à dimensão cultural e simbólica da sociedade civil e a seu papel na geração do consentimento.

De acordo com Gramsci, para que a classe dominante se mantenha no poder não basta apenas ter a direção política da sociedade, é necessário que ela também tenha hegemonia, ou seja, a direção cultural. Segundo Gramsci, toda luta política entre as classes é uma luta em busca de hegemonia, ou seja, da conquista do poder dominante pelo consentimento dos dominados. Para além da formação de uma vontade coletiva capaz de criar um novo aparelho estatal e de transformar a sociedade, ter hegemonia significa também a elaboração, difusão e realização de uma nova concepção de mundo. (COUTINHO, 1989). E o lugar para construção dessa hegemonia é a sociedade civil. Esta esfera adquire, nas sociedades capitalistas avançadas, uma autonomia material em relação à sociedade política e ganha uma especificidade e legalidade própria, funcionando como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção.

Visões antagônicas da sociedade civil são mobilizadas em uma luta contínua, seja para manter a hegemonia cultural de grupos dominantes, seja para afirmar a contra-hegemonia de atores coletivos subalternos (COHEN, 2003). Assim, a sociedade civil se torna, juntamente com a sociedade política, a grande protagonista social.

A década de 70 é apontada como a grande fase de reelaboração conceitual da sociedade civil, como conseqüência aos movimentos sociais e políticos democratizantes no mundo. Expressões como autonomia, autogestão, independência, participação, *empowerment*, direitos humanos, cidadania, vinculam-se ao conceito de sociedade civil (TEIXEIRA, E., 2001; VIEIRA, 1997). Relacionado a isso está a efetivação de alguns direitos – liberdade de expressão, de associação,

de participação, entre outros - os quais estruturam e institucionalizam uma sociedade civil autônoma (TEIXEIRA, E., 2001).

Diante dos diversos conceitos de sociedade civil alguns autores como Melucci (2001) e Touraine (1996), entre outros, enfatizam os aspectos dinâmicos, criativos e contestadores da sociedade civil. De acordo com Cohen (2003) o reconhecimento dessa dimensão nos oferece duas perspectivas: a sociedade civil como fonte dinâmica e inovadora para a tematização de novos problemas; formulação de novos projetos; criação de novos valores e novas identidades coletivas, concebendo a sociedade civil como autonomia cívica institucionalizada. Nesse sentido, Cohen aponta os movimentos sociais como “importante manancial de inovação, experimentação e participação cívica, com uma função essencial para o sistema político despertar a consciência para novos problemas e questões.” (2003, p. 06).

De uma forma geral, no debate atual, os autores concebem a sociedade civil como uma rede de associações autônomas, com interesses comuns, que devem exercer um controle sobre o Estado, utilizando-se, para isso, de meios tanto institucionais como os não convencionais (TEIXEIRA, E., 2000). Entretanto, autores como Nogueira (2005) chama a atenção para o fato da sociedade civil não ser uma extensão mecânica da cidadania política ou da democracia. Este autor observa que, de fato, a sociedade civil é “um território de interesses que se contrapõem e que só podem compor-se mediante ações políticas deliberadas” (NOGUEIRA, 2005, p. 111).

Para além dos diversos papéis atribuídos à sociedade civil, se torna fundamental compreender como se realiza a relação desta com o Estado, pois a forma como se estabelece essa relação tem conseqüências significativas para a sociedade como um todo.

Como afirmam Linz e Stepan (1999), a idéia de uma sociedade civil opondo-se ao Estado foi politicamente útil nas décadas de 60/70 na busca de isolar o regime não democrático e seu Estado, construindo uma ética política de um “nós” contra “eles” (o Estado). Porém, no processo de transição democrática faz-se necessário delimitar as diferenças entre sociedade civil e sociedade política, mas é fundamental reconhecer também sua complementaridade. Para Linz e Stepan:

..., uma sociedade civil robusta, com a capacidade de gerar alternativas políticas e de monitorar o governo e o Estado pode ajudar a dar início à transição, oferecer resistência a retrocesso, consolidar e aprofundar a democracia. Em todos os estágios do processo de democratização, [...] uma sociedade civil ativa e independente é de valor incalculável. (LINZ & STEPAN, 1997, p. 28).

Portanto, apesar de distintas, as duas esferas (sociedade política e a sociedade civil), são intercambiáveis. Para Nogueira (2005), é necessário romper com as visões dicotômicas entre Estado e sociedade civil e vê-las como estruturadas por uma dialética de unidade e distinção. Na perspectiva dicotômica, a sociedade civil é despolitizada, não há espaço para ir além do campo dos interesses e atingir o plano ético-político composto por sujeitos de pensamento, vontade e ação, não se configurando em um terreno no qual os grupos lutam pela hegemonia (consenso e consentimento). Sem uma ligação com o Estado ou uma referência ao Estado não há sociedade civil digna de atenção. Neste sentido Nogueira (2005) afirma que:

..., é como espaço político que a sociedade civil vincula-se ao espaço público democrático e pode funcionar como base de uma disputa hegemônica e de uma oposição efetivamente emancipatória popular e democrática às estratégias de dominação referenciadas pelo grande capital. (NOGUEIRA, 2005, p. 103).

Assim, a sociedade civil assume o papel de agente transformador das estruturas sociais, de emancipação, o lócus para a criação de novas visões de mundo e programas sociais. Entretanto, com o aprofundamento do capitalismo - que gera na sociedade uma intensa fragmentação e diversificação de interesses. - tendeu-se a associar a sociedade civil à apenas a face participativa da democracia, assentando-se sobre a solidariedade de interesses específicos, as quais não se destinam a fundar novas concepções de mundo ou programas para a sociedade. (NOGUEIRA, 2005).

A sociedade civil pôs-se de costas para a política, inviabilizando-se como espaço de produção de consensos democráticos fortes, pelo que foi apropriada como recurso argumentativo principal do projeto neoliberal, que a imaginou dona de boa parte dos encargos antes atribuídos ao Estado (NOGUEIRA, 2005, p. 106). Sua força se tornou mais potencial que efetiva não conseguindo dar origem a um dinamismo conseqüente e de longa duração.

Apesar de Nogueira(2005) apontar sinais de renovação e mudança, principalmente através dos movimentos de desobediência civil, pelo associativismo alternativo, o autor preocupa-se com a supervalorização (ou mesmo valorização unilateral) da sociedade civil (principalmente em torno dos movimentos sociais e organizações não governamentais), sobrecarregando-a, vendo-a como único âmbito de autenticidade social e virtude cívica, como também a visão de substituta do Estado. Devido ao recente processo histórico brasileiro, principalmente ao período de democratização, tais preocupações se tornam fundamentais para analisarmos o processo de participação e da cidadania. No cenário teórico, a análise da sociedade civil divide opiniões. Lahuerta (2003) afirma que o país vive na oscilação entre o pessimismo desenfreado e “surto de otimismo e esperança”; mas, no sentido geral, o processo brasileiro é vivenciado sob a égide da decepção em relação à esfera pública, principalmente à atividade política representativa. Assim, o autor afirma que

... o descompasso entre a inquietude social em busca de direitos e a esfera político-institucional é tão significativo que não é exagerado afirmar que a sociedade civil – fortalecida pela modernização capitalista – se encontra em profundo antagonismo com a sociedade política. (LAHUERTA, 2003, p. 254).

Do outro lado estão os autores que consideram que, através dos novos arranjos institucionais e empoderamento da sociedade civil, emergem experiências inovadoras e criativas, ainda que considerando certas limitações e contradições, que apontam para o estabelecimento de uma relação dialógica com o Estado. Ao analisar os movimentos sociais Giddens (1991) afirma que estes fornecem pautas para potenciais transformações futuras, proporcionando vislumbres de futuros possíveis e se constituindo em veículos parciais à sua realização, não sendo eles a única base de mudanças que proporcionam um mundo mais seguro e humano (GIDDENS, 1991).

Diante de tanta diversidade de análises sobre a sociedade civil, o presente estudo se torna pertinente, pois busca analisar e identificar os caminhos para os quais as experiências de formação cidadã das ONGs aqui estudadas direcionam, quais inovações trazem consigo, buscando ainda esclarecer em que medida contribuem para o fortalecimento da sociedade civil como esfera autônoma, bem como para estabelecer uma relação dialógica com a sociedade política.

1. 1 CIDADANIA EM PERSPECTIVA

*"É por não haver entre nós essa força
de transformação social que a política
é a triste e degradante luta por
ordenados"
Joaquim Nabuco*

A cidadania ativa é um fator fundamental para termos uma sociedade participante que influencie nas decisões de interesse comum e que promova transformações na sociedade e ampliação da democracia. Segundo Bobbio, a única forma de transformar um súdito em cidadão é atribuir-lhe os direitos de cidadania ativa e, com isso, a “educação para democracia surgiria no exercício da prática democrática.” (BOBBIO,1986).

Cidadãos ativos são personagens vitais da democracia, devendo ser constantemente “ ‘criados’ e ‘organizados’ (pela educação, pelo debate público, pela multiplicação de espaços institucionais de discussão e deliberação)” (NOGUEIRA, 2005, p. 91). Mas a mudança nos costumes se dá de forma lenta e gradual, principalmente em um país como o Brasil que teve seu processo histórico fundamentado no autoritarismo, patrimonialismo e clientelismo, o qual gerou uma sociedade que até então vivenciou a cultura política da apatia, descrença e passividade com grande centralidade do Estado.

A partir da década de 80 surgem no cenário político, de forma mais intensa, os movimentos sociais organizados que lutam pela equidade e por justiça social. O processo de democratização é recente; nos anos 90, em particular, o fenômeno da educação para cidadania obteve destaque no cenário da sociedade brasileira.

O conceito de cidadania tem sua morfologia moldada de acordo com uma determinada conjuntura histórica. Da polis grega à modernidade, cidadania vem assumindo diversas perspectivas e agregando novos conteúdos ideológicos, acompanhando o processo de transformação das sociedades contemporâneas e

suas complexidades. A elaboração de concepções diversas de cidadania vincula-se ao processo de construção de identidade política dos sujeitos sociais, de forma consistente ou contraditória ao modelo socialmente instituído de cidadania.

A partir desse entendimento, buscou-se, no primeiro momento (monográfico) identificar os conteúdos presentes nos projetos de ONGs para a formação de jovens para a cidadania, para perceber o sentido dado ao termo, pois, no cenário do processo democrático do Brasil, as ONGs vêm se destacando com uma atuação, principalmente junto a crianças e adolescentes, tendo como uma das principais atividades a educação para a cidadania e o exercício de uma pedagogia política, de acordo com os dados da ABONG – Associação Brasileira de ONG (2000).

De acordo com o arcabouço teórico utilizado no estudo monográfico foram balizadas três perspectivas centrais de cidadania que orientaram a pesquisa, não por privilegiá-las, mas por acreditar que, a partir destas, muitas outras concepções foram elaboradas, seja agregando novos conteúdos, seja complementando-as ou mesmo através de críticas, contradizendo-as. Isso não quer dizer que uma concepção exclua a outra, elas se entrelaçam e complementam, mas cada uma enfatiza elementos fundamentais diferentes.

A primeira perspectiva é a de cidadania como titularidade de direitos, que tem sua origem no liberalismo clássico, fundamentado na liberdade individual e da própria sociedade, tendo como pressuposto a institucionalização dos direitos de cidadania, fundamento do estado de direito liberal. Tornou-se clássico, como referência, a concepção de Thomas H. Marshall que, em 1949, propôs a primeira teoria sociológica de cidadania ao desenvolver os direitos e obrigações inerentes à condição de cidadão.

Centrado na realidade britânica da época, em especial no conflito frontal entre capitalismo e igualdade, Marshall tinha como objetivo principal verificar o impacto da cidadania sobre a desigualdade social. Estabelece, neste sentido, uma tipologia dos direitos de cidadania composta por três elementos: o civil, o político e o social, a seguir discutidos.

O elemento civil é “composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça” (Marshall, 1967, p. 63). São os direitos civis, conquistados no século XVIII que, diferentemente dos outros, fundamentam-se na defesa e afirmação de todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual.

O elemento político composto pelo direito de participar no exercício do poder político como um membro de uma instituição dotado de autoridade política ou como eleitor dos membros dessa instituição (parlamento e conselhos do governo local), ou seja, os direitos políticos, alcançados no século XIX.

E, por fim, o elemento social corresponde aos direitos sociais, conquistados já no século XX, sendo o sistema educacional e os serviços sociais as instituições mais próximas a eles, referentes desde ao direito mínimo de bem-estar econômico e à segurança, ao direito de participar, por completo, da herança social “e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (op. cit., p. 64).

A definição desses três elementos permite a Marshall analisar como dois processos antagônicos por natureza – o capitalismo (um sistema fundamentado na desigualdade) e a cidadania (que se fundamenta no princípio da igualdade) – caminharam concomitantes, no mesmo sentido. Isso foi possível porque os direitos civis eram considerados indispensáveis para uma economia de mercado competitivo, pois davam a cada homem, como parte de seu status individual, o poder de participar como uma unidade independente na concorrência econômica. O contrato moderno é essencialmente um acordo entre homens que são livres e iguais em status, embora não necessariamente em poder.

Assim, o autor define cidadania como “um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status”. Cidadania exige, nesta perspectiva:

um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquirido. (MARSHALL, 1967, p. 84)

Os direitos institucionalizados permitem a limitação do poder estatal, garantindo a autonomia da própria sociedade (LEITE, 1998, 02). Nesse sentido, a cidadania no Brasil se reconfigura e passa a representar a consciência do direito de ter direitos. Essa concepção não se restringe às conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, inclui a criação de novos direitos e também perpassar a relação com o Estado e estreitar a relação com a sociedade civil (DAGNINO, 1994). O direito de acesso ao Direito é uma decorrência do princípio da igualdade. Nesse sentido o conceito de cidadania pode ultrapassar a sua dimensão normativa – no sentido que define o rol dos direitos formais – e ganha um sentido mais amplo. A luta contra a desigualdade e a contra exclusão ganha, neste contexto, uma importância decisiva para a extensão de uma cidadania plena a todas as pessoas.

Podemos citar ainda o trabalho mais contemporâneo de Rawls (2000) *Justiça como Equidade*, no qual o autor acentua a noção de indivíduo como portador de direitos inalienáveis e insere sua discussão dentro de um contexto de cooperação social, passando assim, a justiça de uma esfera privada para uma esfera pública (VIEIRA, 1997). Para Rawls (2000) apesar de a sociedade ser marcada por conflitos e por interesses individualizados, existe uma identidade de interesses a partir do momento em que a cooperação social torna possível uma vida melhor para todos. Isso ocorre quando os indivíduos deixam de ser indiferentes à maneira pela qual a sua produtividade será distribuída, sendo o princípio da justiça àquele que vai assegurar a melhor distribuição.

Rawls afirma que sua teoria deve ser tida como uma teoria política para uma cidadania democrática. Na teoria liberal o cidadão é concebido como um indivíduo dotado de liberdade e responsável pelo exercício de seus direitos. A cidadania encontra-se, neste caso, relacionada à imagem pública do indivíduo como cidadão livre e igual e não pelos elementos que caracterizam a sua identidade.

A segunda e a terceira perspectivas derivam da concepção de cidadania ativa, considerada a realização concreta da soberania popular, derivada dos teóricos da democracia participativa (Rousseau, Cole, Mill). Para Rousseau, a participação desempenha três funções: aumentar o valor da liberdade para o indivíduo, capacitando-o a ser seu próprio senhor; permite que as decisões coletivas sejam aceitas mais facilmente pelo indivíduo; a terceira função é a de integração, fornecendo a sensação de que cada cidadão isolado ‘pertence’ à sua comunidade (PATEMAN, 1992, p. 40). Entretanto, as duas vertentes que se seguem se distinguem no campo dos elementos priorizados ao conceber a cidadania ativa.

A segunda perspectiva tem seus pressupostos na antiga sociedade grega, na qual a valorização da cidadania fundamenta-se em uma ética que entende a política como a arte de realização do bem comum, traduzido na idéia de uma vida boa para os cidadãos. A política é, assim, atividade de todos os cidadãos, expressando o modo de se viver com virtude: numa ordem social justa e sob as leis instituídas. (ARISTÓTELES, 2001). Há a primazia da comunidade sobre o indivíduo, dos interesses públicos sobre os privados. Há a supervalorização da vida pública.

Essa formulação expressa a inexistência de uma individualidade que se contraponha legitimamente ao social. A individualidade é considerada, sobretudo, como privação, jamais uma possibilidade de realização dos homens. A idéia acima citada corresponde à perspectiva de cidadania do republicanismo clássico ou humanismo cívico. Esta considera que a cidadania está pautada na idéia do bem coletivo, mesmo que isto exija o sacrifício do interesse individual (Carvalho, 2002, p. 105).

Cidadania significa um “pertencer” a uma comunidade. Esta concepção está fundamentada nas virtudes que, por sua vez, estão relacionadas a valores; assim, “virtudes cívicas são as virtudes do cidadão [...] estão relacionadas a *res publica*, a república, que significa literalmente ‘a coisa comum’.” (Heller, 1998, 119). As virtudes estão então relacionadas com bens de valor intrínseco, comumente partilhados. Com efeito, as virtudes, segundo Heller, são traços de caráter tidos como exemplares por uma comunidade, os quais são adquiridos pela prática, o fazer correto.

Tais fundamentos aplicam-se também à visão Comunitarista segundo a qual se prioriza a comunidade, a sociedade ou a nação, invocando a solidariedade e o senso de um destino comum como pedra de toque de coesão social, objetivo que consiste em construir uma comunidade baseada em valores centrais, como identidade comum, solidariedade, participação e integração (VIEIRA, 1997).

Ainda segundo Heller (1998), as principais virtudes cívicas são: tolerância radical pautada na luta pelas formas de vida e na contestação de leis injustas, caso excluam de reconhecimento tais formas de vida, e não tolera a violência da dominação; coragem cívica é a capacidade de erguer a voz por uma causa, pelas vítimas da injustiça, sem o uso da força; solidariedade implica em traduzir o sentimento de irmandade em atos de apoio a grupo e movimentos coletivos e exige gesto de ajuda ativa; justiça, é a busca pelo justo; a prudência, que quer dizer o bom julgamento da ação; e as virtudes intelectuais de disposição para a comunicação racional, através dela que se determinam as normas e regras boas e más.

Dentro dessa vertente há o retorno de discussões até então abandonadas, tais como a da natureza da coragem, a da dedicação ao bem público, da liberdade como independência e a da participação nos negócios da cidade. Essa vertente promoveu a recuperação da importância da retórica, resgatando o valor do discurso na vida pública, tendo uma preocupação com o alcance e a eficácia pública desse discurso. (BIGNOTTO, 2002). Complementarmente, Cardoso (2002) afirma que o republicanismo perdeu seu caráter revolucionário (referindo-se as revoluções burguesas), porém, conserva a motivação crítica e o seu perfil central de traçar, para além de diferenças sociais e de talentos, um “espaço comum equalizador”, caracterizado pela implicação de todos os cidadãos no sistema das decisões políticas.

Tocqueville, um dos pilares dessa vertente, entende que a liberdade é o elemento que, ao se manifestar na prática do exercício da cidadania, superaria o auto-interesse restrito, sendo substituído pelo interesse bem compreendido, que é esclarecido e sensível aos interesses dos outros (FREY, 2000, p. 87).

Na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos (IVO, 2001). Dentro dessa vertente, a prática de tais virtudes faz da cidade a soma total de seus cidadãos e contribui para boa vida de todos. Nessa concepção, o bom cidadão deve se preocupar com as questões coletivas, com o bem comum, mesmo que isso implique em abrir mão do interesse individual ou, como para Tocqueville, implicando no interesse bem compreendido.

A crítica que recai sobre esta concepção é a que se refere à possibilidade efetiva do exercício dessas virtudes nas sociedades capitalistas, tanto no sentido dimensional como também no âmbito da questão do acirramento dos conflitos de interesses, com relações extremamente verticalizadas, hierárquicas, da competitividade e do individualismo. Como afirma Carvalho

tal virtude é típica do mundo antigo e dificilmente se pode viabilizar no mundo utilitário da sociedade de mercado, onde não há tempo para a ação cívica nem motivação para que as pessoas se desviem da busca do interesse individual (2002, p. 121).

A esta concepção no Brasil, levanta muitas discussões, pois esta perspectiva pressupõe uma cultura política muito específica, na qual o cidadão abra mão dos seus interesses individuais e atue em prol do bem coletivo. Nas décadas de 30 a 60, por exemplo, segundo Santos (1979), o país estava em recesso cívico. Carvalho critica esta concepção de cidadania, considerando que “tal virtude é típica do mundo antigo e dificilmente se pode viabilizar no mundo utilitário da sociedade de mercado, onde não há tempo para a ação cívica nem motivação para que as pessoas se desviem da busca do interesse individual” (2002, p. 121).

A terceira perspectiva compreende a cidadania como co-gestão da coisa pública. Vincula-se ao ideal democrático de liberdade, da emancipação dos homens reunidos num corpo político e social. Ser membro do corpo político significa igual participação na gestão do público. Pateman (1992) destaca a idéia de Stuart Mill que “apenas vê a possibilidade de desenvolvimento de um tipo de caráter ‘ativo’, de espírito público, no contexto de instituições populares, participativas” (1992, p. 44). E acrescenta a contribuição de Cole, que produz uma teoria de associações, afirmando que “se o indivíduo quiser se auto-governar, então ele não só tem de ser capaz de participar

da tomada de decisões em todas as associações das quais têm de ser livres para controlar seus próprios assuntos” (Ibid, p. 53).

Benevides (1991) supõe a participação como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou poderes. A autora concebe a cidadania ativa através da participação popular, considerando-a como princípio democrático. A participação concebida dessa forma é o princípio democrático, e configura a democracia semidireta, atuando como corretivo necessário à representação política tradicional. A participação popular é aquela que se realiza através de canais institucionais para a intervenção direta na atividade de produção das leis e políticas governamentais. A cidadania ativa pressupõe a participação do cidadão de forma que interfira, interaja e influencie na construção dos processos democráticos em curso na arena pública segundo os princípios da equidade e da justiça. Essa atuação dar-se-á através da sociedade civil organizada, a fim de que o Estado se torne cada vez mais democrático, "permeável", que abra canais de participação popular no governo e na administração pública. (DAGNINO, 1994).

Essa concepção não se distancia da segunda, porém enfatiza a associação dos indivíduos para participar da gestão da coisa pública e não insere as virtudes no centro do entendimento do conceito de cidadania. Porém, todas as perspectivas aqui apresentadas pressupõem um tipo de cultura política, seja voltada para ter conhecimento dos seus direitos e torná-los efetivos via meios normativos, seja para desenvolver as virtudes cívicas ou para participar de forma organizacional, intervindo nas decisões políticas.

Retornaremos a estas perspectivas ao longo da análise dos dados, atentando para o fato de que estas perspectivas não são excludentes, se interpenetram e estabelecem relação de complementaridade entre si. Elas foram classificadas através dos elementos que cada uma prioriza para definir cidadania.

Este trabalho monográfico visou identificar a apropriação do conceito de cidadania por ONGs⁸ com o mesmo perfil, já aqui definido; revelou-se a necessidade de uma análise mais aprofundada e cuidadosa, entendendo que, para abordar a cidadania, é

⁸ O CRIA fez parte do trabalho monográfico

necessário falar de participação. Assim, visando dar continuidade ao trabalho monográfico, para além da concepção de cidadania, busca-se, no presente estudo, delinear as formas de participação fomentadas por esses programas, a partir da visão da organização.

1.2 AS DIMENSÕES DA PARTICIPAÇÃO

Um processo similar com o que ocorreu com o conceito de cidadania ocorreu também com o termo participação que, a partir do mesmo período (década de 80 e 90), entra, de maneira contundente, em análises e teorias, como elemento indispensável para a consolidação, sustentabilidade e desenvolvimento da democracia. A participação é considerada assim, um “recurso estratégico do desenvolvimento sustentável e da formulação de políticas públicas, particularmente na área social” (NOGUEIRA, 2005, p. 118).

Concebido dessa forma, o termo participação passa a ser utilizado indiscriminadamente, sendo aplicado a diferentes ações e associado a conteúdos diversos e apropriado por segmentos sociais distintos, tendo também grande visibilidade nos discursos midiáticos.

A participação já foi vista como antagônica à representação (democracia participativa x democracia representativa). Entretanto, nas discussões contemporâneas sobre a democracia, um dos principais eixos são as formas de participação no exercício e no controle do governo. Elas têm se expressado de diversas maneiras, com destaque para a perspectiva que discute participação. A participação não é mais vista como reverso da representação ou meio privilegiado de pressão popular, mas sim “como expressão de práticas sociais democráticas interessadas em superar os gargalos da burocracia pública e em alcançar soluções positivas para os diferentes problemas comunitários.” (NOGUEIRA, 2005, p. 121). Hoje, a democracia representativa e a democracia direta são sistemas que podem interagir reciprocamente.

Assim como cidadania, participação é central para a compreensão da questão democrática. O projeto democrático assenta-se na criação de condições (institucionais, políticas e associativas) para que os cidadãos organizados controlem seus governos e participem deles, sendo assim, os cidadãos ativos são elementos fundamentais da democracia, e por isso é necessário que os mesmos sejam “criados” e “organizados” pela educação, pelo debate público, pela multiplicação de espaços institucionais de discussão e deliberação (Nogueira, 2005).

Assim posto, é fundamental buscar discutir e compreender que conteúdos ideológicos e que ações são associadas a esses dois elementos, visando identificar para que sentido se direcionam: para a o fortalecimento da sociedade civil, tornando-a mais participativa, interagindo, interferindo e influenciando nas esferas de decisão e na construção do processo democrático? Ou apenas fomenta ações pontuais, episódicas e de ressonância limitada? Tendo em vista responder a tais questões, realizamos um percurso teórico a fim de delimitar a categoria participação.

Na literatura das ciências sociais há uma infinidade de definições, que não discutirei nesse momento; nem pretendo aqui classificá-las como mais ou menos relevantes, mas sim delimitá-las, a fim de compreender o objeto de estudo aqui proposto. Tomarei como referência a discussão realizada por dois autores Teixeira, E. (2001) e Nogueira (2005).

O termo participação é utilizado em diversos contextos, associado a ações distintas, com vários sentidos, com atribuição de múltiplos adjetivos. Como afirma Teixeira, E. “são formas diferenciadas de expressões e ação coletiva, com ou sem conteúdo político explícito a depender dos seus objetivos e contextos” (2001, p. 26). Entretanto, o autor destaca a importância do elemento político nesse processo, até mesmo se a ação visa negar o Estado na busca de auto-afirmação coletiva, ou autogoverno e na construção de uma identidade como ator político. (TEIXEIRA, E. 2001).

Nogueira (2005) atenta para o fato do processo de democratização e de complexificação das sociedades modernas gerarem diversos fatores que propiciam e requerem a participação como: a ampliação dos direitos, a fragmentação e diversificação dos interesses, a crise da democracia representativa. Entretanto,

diante de tais fatores, se efetivam múltiplas formas de participação, que não é necessariamente imbuída de elementos políticos.

Teixeira, E. (2001) faz a distinção entre a participação orientada para decisão, caracterizada pela intervenção organizada, não episódica, de atores da sociedade civil no processo decisório, sendo apontada como fundamental e definidora, e a participação orientada para a expressão, de caráter mais simbólico, caracterizada por marcar presença na cena política, ainda que possa ter impacto ou influência no processo decisório.

Próximo à elaboração de Teixeira, E., Nogueira (2005) elege como distinção essencial dos diferentes tipos de participação o caráter 'comunicativo', quando, em determinada ação, os atores privilegiam apenas a expressão de seus valores e interesses, que geralmente têm um caráter mais agressivo, e tendem a concentrar-se em curto prazo; ou quando se expressam em uma lógica estratégica visando a modificação dos termos das relações de autoridade e de dominação, tendo maior durabilidade e um ritmo mais pausado e calculado.

A concepção de participação que primeiramente incitou este estudo foi a definida por Teixeira, E., como participação cidadã, compreendida como processo no qual,

...os atores redefinem seus papéis no fortalecimento da sociedade civil, através da atuação organizada dos indivíduos, grupos, associações, tendo em vista, de um lado, a assunção de deveres e responsabilidades políticas e, do outro lado, a criação e exercício de direitos, no controle social do Estado e do mercado em função de parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos (TEIXEIRA, E. 1997, p. 191).

Para a realização dessa forma de participação são necessárias algumas condições fundamentais, estruturais e de cultura política, as quais podem facilitar ou dificultar sua realização, tais como: sistema político, canais institucionais, autonomia da sociedade política e da sociedade civil. O regime democrático fornece, teoricamente, essas condições. A participação cidadã utiliza os canais institucionais e contribui para o fortalecimento da sociedade civil, exercendo esta um importante papel na democratização do Estado e das instituições. (TEIXEIRA, E., 1997).

Nogueira (2005), por sua vez, estabelece a seguinte classificação: participação assistencialista, de naturezas filantrópicas ou solidárias, caracterizadas por práticas de auxílio mútuo e de mutirão, para diminuir infortúnio, otimizar recursos comunitários, neutralizar conflitos etc., forma encontrada em qualquer época; a participação corporativa, aquela dedicada à defesa de interesses específicos de determinados grupos sociais ou categorias profissionais, é uma participação ‘fechada em si’, tendo como objetivo um propósito particular. Essas duas formas de participação integram uma ‘dimensão pré-política’ da sociedade moderna, caracterizada centralmente pela auto-afirmação, do que a proposição de um diálogo com os outros.

A terceira participação é a eleitoral, esta interfere diretamente na governabilidade, configura um processo de amadurecimento político, entretanto não leva necessariamente à reorganização sustentada do Estado ou do poder político e é direcionada por ações e escolhas individuais, particulares, episódicas, sem estratégias e cálculo em longo prazo, considerando o voto como uma limitação inerente ao processo democrático (NOGUEIRA, 2005).

A quarta definição é a participação cidadã. É interessante destacar que Nogueira (2005) faz uma distinção entre participação política e a participação cidadã. Essa distinção parte da compreensão que com as objetivações da sociedade capitalistas a participação tende a vincular-se mais ao campo dos interesses particulares e resolução de problemas e demandas específicas, do que com o campo ético político. Esse processo faz com que a participação deixe de ser pensada como recurso para a recriação do social, a fundação de novos Estados ou de instituições, de formas mais democráticas e civilizadas de convivência e “passe a ser pensada como um meio para a inversão de prioridades governamentais e a transferência de custos gerenciais” (p.140).

A participação política é entendida como uma prática ético-política que focaliza a questão do poder e da dominação, como também a questão do consenso e da hegemonia, da força e do consentimento, tanto do governo quanto da convivência. Entretanto, nem toda ação coletiva está voltada para o questionamento do poder,

das relações de dominação e de hegemonia. Partindo dessa compreensão define participação cidadã como aquela que

[...] se dedica a compartilhar decisões governamentais, a garantir direitos, a interferir na elaboração orçamentária ou a fornecer sustentabilidade para certas diretrizes, concentra-se muito mais na obtenção de vantagens e de resultados do que na modificação de correlações de forças ou de padrões estruturais. (NOGUEIRA, 2005, p.142)

Para Nogueira a participação cidadã se manifesta em formas variadas de ação, se direciona tanto para o Estado, como para o mercado e para a própria sociedade civil. Comporta dois elementos distintos da dinâmica política: expressa a intenção dos diversos atores em interferir no processo político-social, com vista a fazer valer seus valores e interesses particulares; do outro, expressa o elemento cidadania, no sentido cívico, focando as dimensões de universalidade, generalidade responsabilidades e deveres, igualdade de direitos. (Nogueira, 2005). Esses dois elementos se manifestam concomitantemente.

A distinção entre participação política e participação cidadã aqui apresentada é muito tênue e, portanto, neste estudo estarão agregadas numa mesma categoria, denominada de participação cidadã. Entretanto, para a análise dos dados, será observado em que direção caminha a participação cidadã: se atua mais diretamente no sentido do questionamento das relações de poder, da dominação e da hegemonia, ou se caminha para um sentido mais gerencial, no compartilhamento de decisões governamentais.

Os conteúdos e reflexões aqui apresentadas foram considerados satisfatórios para a elaboração de um quadro de análise a fim de classificar as formas de participação dos projetos estudados. Observo que a participação eleitoral originalmente compôs o quadro, entretanto foi excluída, pois, em termos analíticos não revelou-se como sendo um ponto significativo.

2 O DEBATE TEÓRICO SOBRE A DEMOCRACIA E OS MÚLTIPLOS CAMPOS DE ANÁLISE DA PESQUISA

Como já mencionado, cidadania e participação são conceitos entrelaçados, constituem elementos de referência e sustentáculos da democracia, sendo a democracia também referência e alicerce dos mesmos. Assim, em primeiro lugar, faremos uma imersão no debate contemporâneo acerca da teoria da democracia, identificando e analisando os princípios fundantes das diversas perspectivas, explicitando os pontos de complementaridade existentes entre as três categorias (democracia, cidadania e participação) - que, apesar de se apresentarem em um primeiro momento como óbvios - tais relações apresentam controvérsias e multiplicidade de interpretação, exigindo maior clareza e entendimento da temática.

Num segundo momento será abordada a teoria da democracia no Brasil, através das análises do processo de democratização, buscando compreender as especificidades e complexidades do contexto histórico-social-político do país, delineando também as configurações da cidadania e da participação.

A questão democrática está no cerne da discussão política, preservando, ao longo do processo histórico algo que lhe é peculiar, o dissenso, sendo um termo multifacetado (assim como cidadania e participação) e por isso mesmo tão recorrente e ainda assim inesgotável. Isso ocorre devido a uma multiplicidade de motivos, alguns aqui destacados, sem vinculação de ordem ou de importância: a democracia a partir da década de 40 passa a ser, no Ocidente, a forma mais elevada de organização política e social, o que, segundo Sartori (1994), é sinal de uma concordância básica quanto às metas supremas das modernas instituições sociais e políticas.

Como também “democracia passou a ser reivindicada como princípio universal de legitimidade” (NOBRE, 2004, p. 21). Tais argumentos demonstram que a democracia representa, hoje, a melhor forma de demonstrar o repúdio geral aos regimes autoritários e ditatoriais; outra questão é que, a democracia se estabeleceu nas

sociedades ocidentais, entretanto, ela não realizou as expectativas nela depositadas, o que Bobbio se refere como sendo as “promessas não cumpridas da democracia” (que analisaremos mais adiante).

Essa última questão gera a discussão teórica entre democracia empírica e democracia ideal, entre o ser e o dever ser democrático. A partir dessa discussão analisam-se os porquês da realização “incompleta” da democracia, os elementos necessários para aproximá-la do ideal, quais elementos do ideal ainda são possíveis de serem alcançados e aqueles que já se tornaram impossíveis de serem efetivados, ou analisam-se ainda a possibilidade de descartar o ideal e ater-se só aos fatos empíricos. Nesse sentido, Sartori (1994) afirma que o que a democracia é não pode ser dissociado do que ela deveria ser; ela só existe à medida que seus ideais lhe dão existência. Ainda para o autor, a democracia resulta das interações entre o seu ideal e sua realidade objetiva, estas duas dimensões se realimentam mutuamente.

A ebulição da discussão sobre a democracia se dá também pela sua relação íntima com o liberalismo. O que antes se revelava princípios antagônicos, na contemporaneidade, se torna princípios de complementares. Segundo Bobbio (2005) os regimes democráticos são considerados extensão dos Estados liberais, pois a participação democrática é necessária para proteger as liberdades civis, e a salvaguarda desses direitos é necessária para o correto funcionamento do método democrático. Porém, o desencontro das duas categorias se dá pela idéia de igualdade presente em cada uma, e talvez esse seja o ponto central da discussão democrática.

Enquanto a igualdade dos liberais pauta-se na igualdade de direitos perante as leis, a igualdade democrática requer, segundo Bobbio, uma equalização econômica. Para Bobbio, o encontro se dá não pelo lado do ideal igualitário da democracia, mas pelo lado da sua fórmula política, pois:

...o único modo de tornar possível o exercício da soberania popular é estender ao maior número de cidadãos os direitos de participar direta e indiretamente na tomada das decisões coletivas, ou seja, maior extensão dos direitos políticos [...] (BOBBIO, 2005, p. 43).

Assim sendo, creio que o ponto de tensão dessa relação repousa na questão de como os dois sistemas respondem e lidam com a dimensão econômica das sociedades contemporâneas – o capitalismo avançado.

A partir do Estado liberal de direito e do sistema capitalista globalizado surgem, no cenário político, os novos atores sociais que engendram demandas sociais diversas, as quais a democracia tem que responder. Nesse sentido, se aguça o que Nobre (2004) chama de “disputa política em torno do sentido de ‘democracia’”, disputa essa que ocorre em duas arenas centrais, a saber:

a primeira [...] abrange a disputa em torno de macroestruturas que definiriam o quadro institucional mais abrangente de um regime democrático – eleições periódicas e livres, separação de poderes, regime de governo, respeito a direitos e garantias individuais etc. [...]. Uma segunda arena [...] diz respeito à criação de novos espaços de participação e deliberação que desafiam as macroestruturas de regime democrático, tanto no sentido de desafiar sua capacidade de dar guarida a essas novas formas de participação como no sentido de, em determinados momentos, colocar em xeque a lógica mesma do arranjo macroestrutural em vigor (NOBRE, 2004, p. 22).

Os elementos vários acima apresentados como fatores de efervescência do debate contemporâneo sobre a democracia se interpenetram e se complementam, sendo as arenas de disputas definidas por Nobre, bastante ilustrativas, principalmente para compreendermos o lugar ocupado nesse debate pela cidadania e pela participação. Contaminados com todas essas questões que impulsionam o debate da teoria democrática, podemos dar continuidade a nossa incursão.

2.1 POR UM MODELO DE DEMOCRACIA

Dentro da teoria política é comum agruparmos em vertentes centrais a análise de determinadas categorias, principalmente aquelas que têm uma carga de polissemia muito grande (como é o caso da democracia), gerando também múltiplos agrupamentos. Apesar de tal processo nos parecer muitas vezes limitado e simplificado, creio ser uma opção analítica pertinente, de modo inclusive a localizar mais claramente o lugar ocupado pela cidadania e pela participação em tais modelos de democracia.

Partiremos da discussão entre a democracia ideal e a democracia real, por compartilhar da idéia de Sartori (1994), que considera que as duas se realimentam mutuamente e que os fatos são padrões de comportamento moldado por ideais, permitindo verificar de que maneira os ideais são realizados e realizáveis.

Bobbio e Dahl iniciam suas fundamentações teóricas acerca da democracia a partir da relação entre o ideal e o real. Em *O Futuro da Democracia* Bobbio (1986) evidencia que a democracia grega, hoje, é uma utopia irrealizável, pois as sociedades modernas são muito complexas. O desenvolvimento da economia, a exigência de especialização, as desigualdades sociais provocadas pelo sistema capitalista, a amplitude territorial, entre outros fatores, impossibilitam a realização de uma democracia direta. Para evidenciar esta afirmação Bobbio nos apresenta as promessas não cumpridas da democracia. Dentre elas, destaco aqui algumas: são os grupos e não os indivíduos os protagonistas da vida política numa sociedade democrática moderna; ela é representativa e não direta, como nos antigos; o ‘espaço é limitado’, ou seja: na modernidade, a democracia não foi capaz de ocupar todos os espaços nos quais se exerce o poder. Outra promessa não cumprida foi a de formar o cidadão educado. A educação para a democracia, conforme Bobbio surgiria no próprio exercício da prática democrática, através da cidadania ativa. O autor afirma que para saber se houve desenvolvimento da democracia “deveremos procurar ver se aumentou não o número dos eleitores, mas o espaço no qual o cidadão pode exercer seu próprio poder de eleitor” (BOBBIO, 1986, p. 56).

Bobbio afirma que o estar em transformação é o estado natural do regime democrático, a democracia é dinâmica e o poder pode criar direito, e só o direito pode limitar o poder; portanto, o estado democrático se fundamenta no direito. Assim sendo, a democracia se caracteriza por três elementos básicos: um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletiva que estabelecem “quem” está autorizado a tomá-las e com quais procedimentos (sendo a regra da maioria a principal regra do sistema democrático; o livre debate para a formação dessa maioria; e que um grande número de cidadãos tenha o direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisão coletiva. Ou seja, fundamenta-se no respeito às regras do jogo.

Para Bobbio, o regime democrático está estreitamente ligado ao liberalismo, no sentido de que a concessão dos direitos políticos foi uma consequência natural da concessão dos direitos de liberdade, pois a única garantia de respeito aos direitos de liberdade está no direito de controlar o poder. Os direitos de liberdade trazem à democracia uma concepção individualista da sociedade; porém, diferentemente do liberalismo (que separa o indivíduo do corpo orgânico da comunidade), a democracia reúne os indivíduos aos outros homens singulares, semelhantes a ele, para que, da união artificial entre eles, a sociedade venha recomposta não como um todo orgânico, mas como uma associação de livres indivíduos.

Dahl (2005), por sua vez, também parte da compreensão de uma não correspondência entre a democracia ideal, fundamentada no poder do povo, e as democracias existentes de fato, estas últimas denominadas pelo autor de Poliarquias. Dahl considera importante a distinção terminológica, pois tal distinção evitaria confusão desnecessária e discussões semânticas irrelevantes, mantendo assim a distinção entre “democracia como um sistema ideal e os arranjos institucionais, que devem ser considerados como uma espécie de aproximação imperfeita de um ideal [...]” (p. 32).

Para Dahl (2005), a democratização compreende um processo de progressiva ampliação da competição e da participação política, sendo esses os dois eixos centrais de avaliação (competição e participação política). O autor realiza essa avaliação isolando as características da estrutura social a afetar de maneira direta o mundo político, procurando estudar os efeitos do acesso e de controle dos recursos de poder socioeconômicos e de coerção sobre a democracia (Limongi, 2005). Para o autor, é o grau de pluralismo da sociedade o determinante do nível de democratização, ou seja, se o sistema político permite a oposição, rivalidade e competição entre um governo e seus oponentes. A democracia sustenta-se a partir de um equilíbrio de forças, isto é, quando nenhum grupo social está em condições de eliminar os demais.

Se seguirmos a delimitação por meio das *visões de democracia*, Dahl se insere no modelo pluralista fundamentado na lógica da distribuição do poder no processo político. Ou seja, nenhum grupo social poderia ter acesso exclusivo a qualquer dos

recursos de poder, nenhum grupo social poderia garantir sua preponderância sobre os demais (LIMONGI, 2005).

Essa mesma corrente pode ser classificada como institucionalista/neo-institucionalista, definida por Laisner (2000) como aquelas teorias que analisam o desempenho da democracia através dos arranjos institucionais, com ênfase no desenho institucional e nas “regras do jogo”. Para esta vertente, quem desempenha o papel central na determinação de resultados políticos e sociais são as instituições.

A corrente institucionalista da democracia centraliza a análise nas instituições políticas, tendo os atores um papel significativo neste processo. Para os institucionalistas os atores são agentes capazes de, a partir das suas escolhas institucionais, interferirem neste processo, permitindo que as instituições políticas ganhassem autonomia e poder explicativo na análise política.

Dentro dessa vertente podemos destacar a teoria da escolha racional que postula que os atores compartilham um conjunto determinado de preferências e gostos e se comportam de modo inteiramente utilitário para maximizar a satisfação de suas preferências, usando estratégias e cálculo. Acredita que o comportamento de um ator é determinado não por forças históricas impessoais como definiam os institucionalistas históricos, mas por um cálculo estratégico, fortemente influenciado pelas expectativas do ator, relativas ao comportamento provável dos outros atores.

Podemos associar mais diretamente essa vertente tanto com a concepção de cidadania que tem sua definição centrada na titularidade de direitos (sociais, civis e políticos) – agentes cidadãos reconheceriam as possibilidades e limites da “regra do jogo” –, quanto a concepção de cidadania ativa, que seria orientada pela primeira, em busca da sua participação na esfera pública.

Rawls afirma, quando da elaboração da idéia de justiça social e equidade, que o ponto central da justiça é a estrutura básica da sociedade, ou seja, “a maneira pela qual as principais instituições sociais distribuem os direitos e deveres fundamentais e determinam a partilha dos benefícios da cooperação social” (RAWLS, 2000, p. 157).

Outra corrente teórica da democracia é a culturalista, que vem ganhando grande espaço no cenário da ciência política. Fundamenta-se na idéia de cultura política definida como “sistema de crenças empíricas, símbolos expressivos e valores que definem a situação em que a ação política acontece. Ela fornece a orientação subjetiva à política.” (Almonde & Verba apud, LAISNER, 2000). Como afirma Avritzer, “o problema da democracia não se reduz somente à questão do funcionamento adequado das instituições políticas, mas se liga também às práticas do aparelho do Estado e suas relações com os atores sociais” (1996, p. 138).

A perspectiva culturalista da democracia repousa sua análise na verificação da presença e difusão de valores democráticos na sociedade como fundamentos sociais e civis da democracia, objetivando estabelecer as inter-relações entre cultura e estrutura política, tendo a primeira como base de sustentação para a segunda (LAISNER, 2000).

São diversos os elementos identificadores dessa cultura política. Alguns teóricos postulam que uma democracia, nesse sentido, requer uma cidadania que repouse nos valores cívicos, o que corresponde à idéia de cidadania do republicanismo, na qual o bom cidadão é aquele que se preocupa com questões coletivas, com o bem comum, como apresentado na perspectiva de cidadania correspondente. A virtude corresponderia à liberdade, numa conotação positiva, não se referindo à reação ao poder do Estado, mas à disponibilidade do cidadão para se envolver diretamente na própria tarefa do governo da coletividade (Carvalho, 2002).

Mais detidamente, a análise repousa no confronto entre a teoria institucional e a teoria culturalista da democracia, apesar da teoria da modernização em algum momento apontar a questão da cultura política como um ponto importante, mas não central - quando sugere que em alguns países houve modernização, mas não houve democratização, devido ao sistema político não ter acompanhado estas mudanças, carecendo de instituições políticas democráticas fortes e uma cultura política viável.

Para os culturalistas a presença de uma cultura condizente com a democracia é fator determinante para seu estabelecimento e estabilidade. Sendo assim, em sociedades que carecem desses elementos as instituições democráticas não funcionariam.

Tocqueville é considerado por muitos o precursor dessa vertente. Para ele, igualdade e liberdade podem ser resumidas em uma única palavra, democracia. O autor afirma que a igualdade social conduz à igualdade política. Porém, a igualdade entre os homens pode ter como conseqüência negativa o individualismo, considerado pelo autor como um mal político e social, “a ferrugem das sociedades e da democracia”, pois distancia o cidadão de toda substância, esvaziando-o do civismo, estancando-lhe a fonte das virtudes públicas.

Assim, Tocqueville vê a possibilidade de regimes fundados nesses elementos se tornarem autoritários e até mesmo despóticos, sendo a liberdade um elemento extremamente frágil, exigindo assim uma eterna vigilância. Para que isso não aconteça, para que as liberdades fundamentais sejam mantidas, aponta para a importância da existência de instituições de caráter liberal; porém, este não é o elemento central.

Para a manutenção da liberdade é a ação política dos cidadãos o fator fundamental. As instituições são vistas como fatores importantes para possibilitar cada vez mais a ação política do cidadão (cita como exemplo o processo de descentralização, constituições e leis).

Para Tocqueville, a formação do interesse público constitui-se a partir da definição das necessidades públicas gerais. Este é esclarecido e sensível aos interesses dos outros. A comunidade cívica mantém-se unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação e não por relações de autoridade e dependência. As instituições livres são as que obrigam os cidadãos a saírem de si mesmo, a esquecerem seus próprios negócios para se ocuparem das questões públicas.

Na contemporaneidade, destaca-se nessa vertente o trabalho de Almond e Verba, que retira a cultura política de uma posição secundária nas análises sobre a democracia, colocando-a como expressão central do sistema político, entendendo que, para a estabilidade da democracia, é necessário uma cultura política condizente com ela (LAISNER, 2000). Os autores afirmam que “para que o modelo democrático do Estado participativo se desenvolva é preciso mais do que as instituições formais da democracia, requer também uma cultura política congruente

com ela” (ALMOND E VERBA apud PRZEWORKI, 2003). Os autores entendem cultura política como sistema político internalizado na cognição, sentimentos e avaliações da população e remetem à cultura cívica de uma sociedade.

Podemos fazer a correspondência entre a educação para cidadania com a idéia de cultura política. Sartori (1994), quando afirma que a democracia é o governo pela discussão e que, à medida que ela se desenvolve, um número cada vez maior de pessoas discute cada vez mais, indica ser necessário um entendimento do que seja a democracia para uma “discussão correta”. Nesse sentido a cultura política entraria como um referencial.

Diante do exposto acima, podemos inferir que o confronto existente entre as teorias da democracia repousa no âmbito do encadeamento causal, ou seja, elas se diferenciam, essencialmente, pela definição do elemento central de sustentação e caracterização do sistema democrático. Assim como Laisner (2000), afirmamos que é necessário romper com o determinismo e buscar uma análise “multicausal”, considerando a interconexão das variáveis - questões socioeconômicas, culturais e institucionais - indispensável para entender as configurações democráticas empiricamente, não sendo possível negligenciar qualquer uma delas ou traçar uma linha divisória.

2.2 REFLEXÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

De acordo com o exposto acima podemos depreender a indissociabilidade entre participação e democracia, evidenciando que o processo democrático vai além da simples escolha dos governantes, sendo a participação um indicador que, independente da corrente teórica, fornece os elementos necessários para identificar o grau de democratização numa determinada sociedade.

Para alguns autores, como Schumpeter (1984), a democracia resume-se a um método de seleção de líderes, um mecanismo com arranjos institucionais, através dos quais vários grupos e indivíduos competem entre si pelos votos dos eleitores. O povo seria um ator passivo.

Entre outros fundamentos dessa perspectiva podemos destacar: o fator vital da liderança (pois o coletivo age através da aceitação da liderança); a livre competição pelo voto livre; o eleitorado normalmente não controla seus líderes políticos - a não ser recusando-se a reelegê-los - e nem decide questões; a não existência da “vontade do geral” ou bem comum, esses dois elementos são entendidos como a construção dos interesses daqueles que se envolvem na política. Há a formação de uma opinião pública através desses grupos competitivos. Assim, o autor rejeita toda a doutrina clássica de democracia, descartando qualquer tipo de participação dos cidadãos para além da escolha dos seus líderes, pois considera os eleitores ignorantes, pois carecem de discernimento e racionalidade em questões de política. Entretanto, de uma forma geral, o chamamento à ampliação da participação na esfera política é mais recorrente nas análises sobre a democracia que a idéia elitista schumpeteriana.

A participação efetiva nos processos decisórios requer condições mínimas socioeconômicas, arranjos institucionais, assim como uma cultura política que possibilitem sua realização. É evidente que a idéia de uma democracia participativa encontra seu alicerce na concepção clássica da democracia ideal, que entende que a soberania repousa no povo, e que só pode ser realizada com a participação direta de cada cidadão, sem mecanismos de intermediação, ou seja, conforme o ideal da democracia direta. Por ser um processo irrealizável nas sociedades complexas capitalistas, o remédio prescrito para atenuar a democracia representativa (o modelo possível) é a participação ativa dos cidadãos na política. Pois, como afirma Sartori (1994), a participação envolve componentes que vão além do momento eleitoral e da formação da opinião pública. Para o autor, participar significa “tomar parte pessoalmente, e um tomar parte desejado, auto-ativado [...] participação concebida como envolvimento pessoal e ativo” (SARTORI, 1994, p. 159).

Para além desses obstáculos e perguntas, para as quais não temos respostas, é importante destacarmos que grande parte das teorias, quando se referem à participação, requerem certa qualidade nessa participação.

Habermas (2004) define três modelos normativos de democracia: liberal, republicano e deliberativo. A concepção liberal entende que o processo democrático cumpre a tarefa de programar o Estado como mecanismo de congregar e impor interesses sociais, em particular mediante um aparato estatal já especializado no uso administrativo do poder político para fins coletivos (Habermas, 2004). Nessa perspectiva, os cidadãos têm apenas o papel de legitimar o exercício do poder político via eleições.

Na concepção Republicana a política não se confunde com a função de mediação. Concebe-se a política como forma de reflexão sobre um contexto de vida ético, constitutiva do processo de coletivização social como um todo. Tem no processo de formação da vontade e da opinião, a produção de uma auto-compreensão dos atores sociais e políticos fundamentada na solidariedade social (NOBRE, 2004).

Nesse sentido, Habermas considera que a visão republicana apresenta como vantagem o fato de ela se firmar no sentido radicalmente democrático de uma auto-organização da sociedade pelos cidadãos em acordo mútuo, por via comunicativa, e não remetendo os fins coletivos tão somente a uma negociação entre interesses particulares opostos. Porém, a desvantagem dessa visão é ela ser muito idealista - tornando o processo dependente das virtudes de cidadãos voltados ao bem comum - e conduzir os discursos políticos numa linha estritamente ética - pois, para Habermas, a política não se constitui apenas de questões relativas ao acordo mútuo de caráter ético.

Além da crítica ao modelo republicano, Habermas critica as concepções de democracia que abrangem apenas o caráter normativo do sistema político, considerando uma análise minimalista; e propõe como modelo a democracia deliberativa. Entende que o processo da política deliberativa constitui o âmago do processo democrático e não somente “as regras do jogo”. A chave da concepção procedimentalista está no fato de que o processo democrático institucionaliza discursos e negociações com o auxílio de formas de comunicação que devem fundamentar a suposição da racionalidade para todos os resultados obtidos, conforme o processo.

Conforme o exposto, Habermas contribui para a compreensão dos espaços públicos não estatais como arenas de negociação entre as instituições políticas e as demandas coletivas, interligando as funções de governo e a representação de conflitos, como intermediações entre o Estado e a sociedade. Esses espaços públicos requerem simultaneamente os mecanismos de representação e participação (VIEIRA, 1997).

Verificamos, assim, que o estudo teórico sobre democracia e participação é bastante complexo. Agora se faz pertinente voltarmos o olhar para a questão democrática no cenário sócio-histórico do Brasil.

2.3 CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO NA CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

A história política e social do Brasil é caracterizada pela existência de regimes políticos autoritários, uma história marcada pelo clientelismo, personalismo e patrimonialismo. O processo de modernização do Brasil se deu através de alianças entre a elite oligárquica rural e a burguesia industrial, com a ausência de um corte revolucionário e da participação popular no processo de transformação. Houve, assim, uma modernização conservadora configurada por sucessivas “revoluções passivas” caracterizadas por arranjos que excluem as grandes massas do processo político (NOGUEIRA, 1998). Isso provocou o enfraquecimento da sociedade civil devido ao excessivo peso assumido pelo Estado (no sentido restrito). Segundo Werneck Vianna,

[...] o Brasil, mais do que qualquer outro país da América Ibérica, pode ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva. Ao contrário das revoluções democrático-burguesas, a ausência de uma classe "dirigente" no Brasil, no caso a burguesia, capaz de promover uma ampla aliança contra o projeto elitista e excludente das oligarquias agrárias, impossibilitou a construção de um projeto hegemônico, no qual parte das necessidades e dos interesses das classes subalternas fosse reconhecida e incorporada (VIANNA apud ALMEIDA, 2002).

Esse processo acentuou a pobreza e a desigualdade social, gerou regimes autoritários e, paradoxalmente, fomentou o embrião da sociedade civil que na

década de 80 buscará romper com as estruturas até então vigentes, iniciando um processo de redemocratização do país, a fim de promover a institucionalização da democracia e combater a crise econômica e social.

Para Linz (2000), uma democracia está consolidada onde se tenha uma situação política na qual a democracia passou a ser o único jogo disponível na sociedade, i.e., quando todos os atores da comunidade política habituam-se ao fato de que todos os conflitos políticos serão resolvidos de acordo com a norma estabelecida. Tal consolidação exige que sejam desenvolvidos hábitos, normas e procedimentos de regulação democrática do conflito, sendo o alto grau de rotina institucional parte importante do processo.

Para o autor, as democracias consolidadas têm, necessariamente, que ter estabelecido cinco campos de interação, quais sejam: condições para o desenvolvimento de uma sociedade civil livre e ativa; sociedade política autônoma e valorizada; Estado de direito para assegurar as garantias legais relativas às liberdades dos cidadãos e à vida associativa independente; burocracia estatal que possa ser usada pelo novo governo democrático e sociedade econômica institucionalizada.

Tendo os cinco pontos acima citados como princípios orientadores, podemos afirmar que o Brasil obteve muitos avanços com o processo de transição democrática. Contudo, consolidação desse processo está incompleta, pois a transição política brasileira não estabeleceu uma ruptura com as estruturas de poder até então vigentes, permanecendo subordinada aos ditames autoritários e patrimonialistas, prevalecendo assim, as negociações entre as elites em detrimento das demandas populares. Para além dessas questões, se faz necessário destacar que a transição democrática se realizou em meio de uma profunda crise econômica (recessão, inflação crescente e emergência de um novo padrão produtivo e gerencial) (LAHUERTA, 2003).

O legado do regime militar vai trazer sérias conseqüências para o futuro democrático brasileiro, como afirma Laherta:

... a perspectiva de construir novas instituições vai ocorrer num quadro em que se combinam crises e problemas de diferentes tempos históricos. Ao longo dos anos 80, não só se mantêm os problemas macroeconômicos [...] e sociais (como o aumento da exclusão e da violência), como também sucede um processo inédito de descrença das instituições públicas e da própria idéia de democracia. [...] colocada ante o desafio de estruturar um regime efetivamente democrático, a sociedade brasileira se revelaria, pela inexistência de sujeitos políticos bem organizados, incapaz de articular uma agenda clara que enfrentasse simultaneamente os problemas propriamente políticos, a crise macroeconômica, a reorganização do Estado e a resolução das questões de distribuição de renda e de ampliação de direitos. (LAHERTA, 2003, p. 246)

A Constituição de 5 de outubro de 1988 foi o grande símbolo do processo de democratização do Brasil, considerada extremamente avançada no que tange a esfera das liberdades civis, dos direitos sociais, como também a expansão dos direitos de cidadania política e o estabelecimento dos princípios da descentralização do poder, possibilitando, assim, a participação popular na promoção das políticas públicas sociais.

Contudo, a Carta de 1988 contém muitas lacunas e conservou traços do legado herdado do regime autoritário (como exemplo Lahuerta (2003) cita a garantia ao presidente da República de poder legislar, por meio da utilização do mecanismo das medidas provisórias) e foi o meio pelo qual os “diferentes interesses – tradicionais e emergentes- procurariam se preservar, seja por meio de transformações de posições herdadas do passado autoritário em garantias constitucionais, seja pela afirmação de novos direitos” (LAHUERTA, 2003, p. 247)

Diante de tais evidências, as análises posteriores à Constituição de 88 concluíam que a república do Brasil tinha uma boa arquitetura institucional, mas continuava carente de uma sociedade compatível com ela, “pois o que emergira do período autoritário parecia incapaz de comportamentos adequados aos padrões de civismo que lhe correspondem” (VIANNA, 2004, p.198).

Apesar de estar inscrito na lei – artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988 – o direito à vida (com qualidade), à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, a democracia no Brasil está longe de ser capaz de assegurar liberdade e justiça para todos, pois a cultura instituída de dominação–subordinação mostra uma continuidade histórica significativa, profunda e resistente, que reaparece

repetidas vezes, mesmo em meio de processos de mudanças e transformação.
Segundo Doimo:

a cultura política brasileira, erguida sobre uma concepção hierárquica do mundo, imprimiu relações clientelistas tão profundas em detrimento da cidadania política que jamais conseguiu consolidar uma verdadeira esfera pública (1996, p. 57).

Vianna (2004) afirma que o debate sobre a democracia, que até então girava em torno da esfera institucional do Estado e das suas relações com a sociedade civil, migra para o campo teórico da cultura política, , pelo processo de modernização, “chegava-se à democracia política sem cultura cívica, sem vida associativa enraizada [...]” (VIANNA, 2000). Ainda segundo este autor, o diagnóstico dos debates da constituinte de 1987 e 1988 foi de que uma “sociedade carente de mentalidade cívica e de cultura política democrática não poderia fornecer as bases para a democracia de cidadania ativa” (VIANNA, 2000).

A cultura cívica presente no processo da consolidação democrática na década de 80 vai ser fruto do processo de democratização da década de 30/40, o qual fomentou a consolidação de uma cidadania "incompleta", "regulada", que seria a inclusão social apenas via o trabalho, promovida pelo Estado. A cidadania regulada estaria fundamentada não em um código de valores políticos, mas sim, num sistema de estratificação ocupacional, definida por norma legal. A cidadania regulada se disseminou na cultura cívica do país, evidenciada pela busca dos diversos setores da sociedade por regulamentação profissional, ou seja, dos seus interesses (SANTOS, 1998).

A cidadania regulada pode ser entendida como uma forma parcial e incompleta de cidadania que privilegia alguns segmentos ocupacionais em detrimento do conjunto das classes subalternas. Ou seja, aqueles indivíduos que não tinham uma ocupação reconhecida por lei, se tornavam pré-cidadãos, por meio de um função reguladora do Estado: ele que dizia quem era e quem não era cidadão (SANTOS, 1998).

O'Donnell acredita que a crise econômica e a deterioração social 'deformam' e 'adaptam' “a democracia representativa - entre indivíduos iguais, independentes e capazes de se fazerem representar - à democracia delegativa, de indivíduos

desiguais, dependentes e incapazes de se fazerem representar”. (O’DONNELL apud TELLES, 1994).

A democracia política é o campo, por excelência, em que a física dos interesses pode livremente se expressar e em que se efetiva o processo de socialização para uma cidadania ativa. Por definição constitucional, “a democracia brasileira deveria ser além de representativa, participativa, facultando-se novos canais para a presença da cidadania na esfera pública, inclusive no judiciário” (VIANNA, 2004).

É notório que, após a década de 90, a criação de novos canais de participação da sociedade civil gerou experiências de participação cidadã no país. A descentralização das ações públicas foi um dos frutos dessa nova institucionalidade, instaurada em função do necessário fortalecimento o poder local⁹ e em função de possibilitar o desenvolvimento sustentável, a justiça social e a mais ampla participação da sociedade civil, o controle sobre as instituições e os processos decisórios estaduais. Abre-se, então, o espaço para “uma postura de negociação que aposta na possibilidade de uma atuação conjunta, expressa paradigmaticamente na bandeira da ‘participação da sociedade civil’” (DAGNINO, 2002, p. 13). O orçamento participativo é o exemplo emblemático desse processo, como também a criação dos Conselhos de participação popular na gestão pública, entre outros.

Entretanto, a instauração de uma nova lógica política - a democrática - não rompe com as práticas políticas clientelistas, patrimonialistas e personalistas; nesse sentido, as instâncias locais ficam mais vulneráveis a continuidade dessas práticas. Como afirma Avritzer (1996), “existe uma cultura política não-democrática que se entrelaça com a institucionalidade democrática” (1996, p. 136). O autor ainda afirma que temos a existência de duas culturas políticas que caracterizam as práticas dominantes, que não são nem puramente democráticas nem puramente autoritárias, e que disputam entre si no interior do sistema político. Essas práticas, que

⁹ “Poder local ... entendido como relação social em que a sociedade civil, com todos os seus componentes (organizações, grupos, movimentos), é um dos atores, e, embora limite-se por uma territorialidade, nela não se esgota”. (TEIXEIRA, 2001 p. 20).

historicamente acompanham o processo político brasileiro, debilitam a própria consolidação democrática, fragilizando as instituições e o próprio sistema de representação (AVRITZER, 1996).

De acordo com Nunes (2003), no Brasil, o sistema clientelista constitui-se de canais de comunicação e representação entre a sociedade e o Estado, e fornece aos estratos mais baixos da população voz e mecanismos para demandas específicas. Os procedimentos adotados com vista ao universalismo de procedimentos – de caráter racional, impessoal e generalizado, típico do capitalismo moderno, considerados um dos componentes crucial para a democracia (Nunes, 2003) - foram mesclados com a lógica clientelista.

Assim, ocorre a fusão entre as antigas práticas clientelistas com as mais modernas lógicas capitalistas de acumulação que, no primeiro momento, seriam antagônicas. Mas, no Brasil, elas coexistem, numa combinação particular, casamento esse que caracteriza as instituições formais do Estado, sendo a burocracia uma das fontes de apoio do clientelismo e de suplementação do sistema partidário. A desigualdade e a assimetria do poder têm sido fatores essenciais para a permanência da lógica clientelista. (NUNES, 2003).

Originalmente, o clientelismo foi associado às regiões rurais, no ambiente onde o camponês em permanente miséria se torna cliente dos coronéis, estabelecendo laços pessoais, de proteção, de apadrinhamento. Entretanto, historicamente, essas práticas permearam a sociedade brasileira como um todo. Ou seja, essas práticas políticas não são especificidades de uma região do país¹⁰, mas se constituem em uma cultura política nacional. Contudo, não podemos deixar de considerar que sua manifestação não é homogênea, tendo uma multiplicidade de facetas, circunscritas pelos contextos locais, singularmente definidas pela dinâmica política, econômica e social que influenciam de forma mais direta as práticas dos atores políticos e sociais.

Como afirma Milani, pesquisas têm revelado que as experiências de democracia participativa se distribuem de forma desigual no país, tendo maior concentração nas

¹⁰ Ver Nunes (2003),

regiões sul e sudeste do Brasil, concluindo que “tal institucionalização não se tem desenvolvido de forma homogênea e que a prática da participação do cidadão apresenta variações importantes no contexto nacional” (MILANI, 2006, p. 4). Nesse sentido, cumpre analisarmos especificamente o contexto no qual estão inseridas as organizações aqui estudadas, qual seja, a Bahia.

O Estado da Bahia se caracteriza pela longevidade (mais de 30 anos) de um grupo hegemônico na política, o carlismo¹¹, grupo esse que transita e permanece no poder desde o regime autoritário, atravessa a transição democrática e mantém-se durante a consolidação democrática. É o grande exemplo de fusão de duas lógicas políticas, a autoritária e a democrática. Como afirma Dantas Neto (2006), ao analisar a trajetória do carlismo na Bahia:

Flagra-se, [...] uma práxis do grupo pela qual, no plano local, a aderência a um ambiente político marcado pela persistência de lógicas paroquiais e avessas ao pluralismo político mescla-se a uma ética administrativa sempre ajustada à exigência da modernização [...] com uma emergente sociedade civil e para a interlocução com a elite econômica e o centro político do país, combinando, porém essas inflexões (modernas) aos elementos de caráter autoritário e personalista colhidos da práxis local [...] (p. 250).

Buscam-se explicações para compreender a permanência desse grupo no poder. A construção do mito do *interesse baiano* pelo grupo carlista pode ser uma das justificativas, criando uma identificação por parte da sociedade local com o grupo, enfatizando o apelo à baianidade, à religiosidade e à negritude.

Os analistas afirmam que nos estados onde prevalece a preferência dos eleitores pela produção de bens privados, os partidos políticos são fracos e subservientes ao Executivo. Onde os cidadãos expressam preferências pela produção de bens públicos, os legisladores se organizam mais em torno dos partidos e buscam maior independência do executivo. A Bahia aparece como um sistema quase puro de política baseada na produção de bens privados (SOUZA, apud DESPOSATO, 2001). Ivo, ao analisar a pesquisa em 1996 que visa verificar o comportamento político em Salvador, conclui:

¹¹ Grupo liderado por Antônio Carlos Magalhães.

Salvador apresenta um baixo grau de socialização política [...]. Caracteriza-se por relações político-sociais de tipo primário, predominando as relações de caráter personalista e clientelista, sendo a política um reduto mais restrito e elitista, afastada da massa, que vota mais no indivíduo que no partido e sem muita convicção; baixo engajamento e comprometimento com a política (IVO, 2001, p. 118).

A Bahia representa, portanto um laboratório para análise da possibilidade de convivência entre duas lógicas aparentemente antagônicas que, porém, não se inviabilizam uma à outra. Podemos inferir assim, que a permanência de práticas clientelistas e personalistas não impede a emergência de experiências de participação, co-gestão e renovações políticas. Entretanto, é necessário frisar que há uma influência mútua, fazendo com que essas experiências interajam, influenciem e sejam influenciadas pela lógica conservadora. Como afirma Milani, “não há como separar a participação dos cidadãos na gestão local de um processo mais amplo de reforma política do Estado, nem do contexto social, cultural econômico em que se desenvolvem tais experiências” (MILANI, 2006, p. 208).

Indagaremos, por conseguinte, como as ONGs aqui estudadas atuam e se relacionam com essa cultura política híbrida, como essas práticas interferem na realização dos seus projetos, como processam os conflitos gerados por essa lógica e como a participação se realiza nesse contexto. Principalmente o MOC que atua numa região na qual o clientelismo tem sua origem mais profunda, considerando que:

o nível de intensidade da ação pública local depende da forma (quantitativa e qualitativa) como esses atores atuam em torno de um campo específico de política pública, partindo sempre da necessidade de democratizar os processos decisórios e de produzir resultados efetivos (MILANI, 2006, p. 209).

2.4 O UNIVERSO DAS ONGs

O termo ONG não tem uma definição única. O termo foi cunhado pela primeira vez pela ONU (Organizações das Nações Unidas) que, em 1946, o definiu como toda organização não estabelecida por acordo intergovernamental. No Brasil inicialmente, o termo foi usado apenas para definir as organizações internacionais que financiavam projetos de organizações da sociedade civil brasileira. Nos anos 80,

parte dos centros de assessoria ligados a movimentos sociais adotou para si esta sigla. Esses centros fundam em 1991 a ABONG – Associação Brasileira de ONG. (TEIXEIRA, A., 1999).

O termo ONG não existe juridicamente. Essas organizações aparecem no formato de fundações – que precisam ter patrimônio prévio – ou de associações. Dentre as associações há diferentes regulações, segundo as quais elas podem ser: Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL); Organizações da Sociedade Civil (OSC) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Essas especificações pouco servem para esclarecer à sociedade diferenças quanto a papéis, identidade e mesmo quanto à idoneidade dessas organizações (GOHN, 1997).

Segundo a ABONG, as ONGs pretendem que sua intervenção resulte na elevação da qualidade de vida da população e ao mesmo tempo, promova um novo modelo de desenvolvimento para o país e mudança da relação entre o Estado e a sociedade. Como também contribuir para que os movimentos populares superem os limites da defesa de interesses econômicos particularistas e se constituam como atores não corporativos da definição e implementação das políticas públicas (ABONG, 2000).

Nos anos 90, com a abertura de canais de participação através de algumas reformas do Estado, as ONGs passaram a desempenhar papel de mediação entre os coletivos organizados e o sistema de poder governamental, como também entre grupos privados e instituições governamentais (GOHN, 1997). Passaram a atuar de forma marcante nesses espaços (Conselhos gestores de políticas públicas, Orçamento Participativo), principalmente no sentido de influenciar na formulação de políticas públicas. Esses espaços exigem da sociedade civil um domínio técnico e político, tornando-se assim um grande desafio.

Nesse sentido as ONGs vão angariar um papel de destaque nessas esferas, pois serão identificadas como agências portadoras de um quadro de técnicos com capacitação e qualificação necessária para a atuação nesses espaços. Com ênfase na auto-estruturação uma ONG fundamenta-se em: política interna de captação de

recursos; constituição de uma base de adeptos e militantes; articulação com a sociedade civil e política por meio de políticas de parcerias; envolvimento em projetos sociais operacionais; e políticas de formação e qualificação de quadros (GOHN, 1997).

Concomitante a isso, o Estado passa a ver estas organizações como sendo mais eficientes e ágeis do que as agências estatais, sendo inseridas no projeto de políticas públicas sociais como colaboradoras para a formulação de políticas compensatórias, através das políticas econômicas neoliberais de ajuste estrutural que previa a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade. (TEIXEIRA, A., 1999).

O Estado então passa a ser, também, uma das grandes fontes de recursos dessas ONGs, pois inicialmente, quase todos os recursos das ONGs eram provenientes de agências e instituições internacionais. Todavia, com a instauração da democracia na América Latina e com as mudanças na conjuntura política do Leste Europeu, houve uma alteração nas políticas de cooperação internacional, fazendo com que as agências internacionais deslocassem grande parte de sua atenção da América Latina, pois “consideraram que a transição para a democracia se completou, direcionando os subsídios financeiros para outras regiões, passando a entender que tais subsídios deveriam ser gerados por receitas próprias ou pelos seus governos” (GOHN, 1997, p. 18).

Com a escassez de recursos internacionais, os recursos estatais passam a ser a grande alternativa de subsistência para essas organizações. Em 1999 foi aprovada a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) a fim de imprimir maior rigor no repasse dos recursos, reconhecendo juridicamente essas organizações de direito privado sem fins lucrativos, evitando que organismos financeiros e instituições idôneas se beneficiassem dos mesmos (TEIXEIRA, A., 1999). A propósito, o MOC já é uma OSCIP e o CRIA está encaminhando o processo de seu reconhecimento como tal.

Essa parceria entre ONGs e Estado levanta algumas questões: primeiro, cabe indagar se o fato das ONGs se tornarem um grande “filão” para o Estado desonerar-

se de suas funções básicas, compromete ou limita a realização de um papel estratégico de formular e fiscalizar as políticas públicas; outra questão é de que a maioria das ONGs tem se ocupado com a realização de microprojetos, segundo as temáticas priorizadas pelas agências internacionais ou pelo Estado; outra questão, repousa no âmbito da própria estrutura de funcionamento dessas organizações, pois muitas delas seguem, na prática, a lógica empresarial, buscando produtividade e gerando competição, ainda que seja sem fins lucrativos, sendo muitas vezes incitadas a tanto pelo próprio poder estatal ou por instituições intergovernamentais. Como consequência da profissionalização ocorre o afastamento das ONGs de suas próprias bases, gerando dificuldade em conciliar uma “dupla atuação, junto ao Estado e junto aos movimentos sociais, ou seja, conciliar a face técnico-profissional e de mobilização social” (TEIXEIRA, A., 1999, p. 108). A relação entre ONG e Estado constitui o que Dagnino analisa como fazendo parte de:

[...] um campo marcado por uma confluência perversa entre um projeto participatório, construído, a partir dos anos 80, ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia, e o projeto de um Estado mínimo que se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos. A perversidade está colocada no fato de que , apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. (DAGNINO, 2002, p.288/289)

Diante dessas questões, a preocupação central gira em torno da questão da autonomia dessas organizações e dos próprios movimentos aos quais fornece suporte, já que muitas ONGs trabalham diretamente com eles. O atual atrelamento entre as ONGs e o Estado provoca uma não clareza do papel político dessas organizações. Às ONGs é atribuído o papel tanto de interlocutoras e parceiras do Estado, como também o papel de questionamento dos métodos eleitorais que afetam a representatividade e a responsabilização dos atos e decisões governamentais (TEIXEIRA, A., 2001).

No presente estudo tais questões são fundamentais para compreendermos como o CRIA e o MOC se inserem nesse contexto, verificando como as duas organizações estabelecem as suas parcerias, a relação com o Estado, a autonomia, de forma a verificar quais os impactos desses fatores na estruturação das ações e estratégias institucionais.

2.5 JUVENTUDE – ATORES POLÍTICOS E SOCIAIS

A categoria juventude é complexa, não só pelas diversas definições e análises teóricas, mas também pelo próprio aspecto cultural, entendendo que a classificação social em ciclos etários varia de uma sociedade para outra. No presente estudo a juventude é compreendida como categoria construída a partir de contextos históricos, sociais, culturais e políticos específicos. A juventude tem que ser analisada como categoria mutável, provisória e heterogênea, com práticas e interesses diversos. Assim posto, e para evitar generalizações simplificadoras, podemos fazer uso do termo no plural, pois condiz melhor com a compreensão da complexidade da categoria, utilizando *juventudes* e não juventude.

No presente estudo isso se evidencia no próprio campo de pesquisa, pois revela as especificidades da juventude rural e da juventude urbana. Além do contexto local, não podemos deixar de considerar as especificidades de classe social, gênero, grupo étnico, etc. Contudo, devemos observar que a juventude, apesar da categorização através da delimitação etária ser imprecisa (variando entre 14 aos 24 anos, 15 aos 25 anos e 16 aos 29 anos) e ter construção social específica, há também o compartilhamento de questões comuns como: emprego e renda, lazer, renda, educação, violência, sexualidade, expectativa para o futuro (entre outros).

Como afirma Foracchi (1982) “a noção de juventude impõe-se como categoria histórica e social no momento em que se afirma como produto histórico, isto é como movimento de juventude” (p.12). Os primeiros estudos sobre juventude repousaram sobre as disfunções para compreender condutas juvenis perto da delinqüência ou crime, com destaque para a Escola de Chicago nos EUA, com os estudos de gangues (Sposito,2000). Já nos anos 40 enfoca-se nas análises o caráter contestador e rebelde da juventude, tendo destaque os estudos sobre movimento estudantil.

Esses estudos repousam no caráter da participação estudantil, enfatizando sua vinculação com a universidade e a criação de uma contra cultura. Contudo, até então, a juventude será associada à estudante ou ao movimento estudantil, restringindo a sua existência ao âmbito da educação. Ou vão analisar a juventude

enfatizando seu caráter problemático ou enfatizando seus traços individualistas, de apatia política e pelo desinteresse pela a esfera pública. Os jovens tinham uma *invisibilidade social e política*, não sendo considerados sujeitos específicos de demandas e interesses. A maioria das formulações de políticas para jovens elaboradas pelo governo e pelas organizações e Ong's tinham um caráter de 'correção de problemas' (delinquência, drogas, AIDS) (ABRAMO, 1998).

Os estudos sobre juventude no Brasil se iniciaram a partir da década de 1960 com pesquisas sobre movimento estudantil, os quais reconheciam em suas análises uma incapacidade mobilizadora do movimento (SPOSITO, 2000). Os estudos posteriores vão apontar para novas tendências das pesquisas sobre juventude. Evidencia-se a ampliação dos interesses e das práticas coletivas, com destaque para a esfera cultural “que fomenta mecanismo de aglutinação de sociabilidade, de práticas coletivas e de interesse comum...” (SPOSITO, 200, p. 79). Destacam-se as pesquisas sobre movimento punks, sobre roqueiros, reggae, e outros estilos musicais. A partir de então, afirma Sposito:

Essas ações já acenam com vigor para uma inquestionável motivação dos jovens em relação aos temas culturais em oposição ao seu afastamento das formas tradicionais de participação política. Alguns grupos não se limitam aos aspectos centrais de sua atividade ligada à música ou outras formas de expressão artística, mas também se dedicam aos trabalhos comunitários, envolvendo-se em atividades locais de moradia em interlocução com alguns segmentos organizados da sociedade civil. (SPOSITO, 2000, p. 80).

A juventude ao longo das últimas décadas também vai ser alvo de análises otimistas, sendo alvo de grande expectativa de mudança social. Nessa perspectiva podemos citar Ianni (1968), pois, considera que no regime capitalista ao longo de sua história a juventude tem sido um ator político de destaque, assumindo importância crescente no campo da ação política, se tornando elemento decisivo nos movimentos sociais. Acompanhando essa lógica afirma Echevarria:

Todos aceitam sem maiores preocupações a previsão banal de que o caráter que a sociedade e a história tomarão no amanhã dependem em grande parte das reações, já em desenvolvimento da mocidade ante as condições de vida favoráveis ou adversas, que tenham encontradas em um país. (ECHEVARRIA, 1968, p. 182).

As conseqüências do processo de desenvolvimento do sistema capitalista como precarização do trabalho, acirramento das desigualdades sociais, desenvolvimentos tecnológico, globalização, como também a democratização do Estado, a descrença crescente no sistema político de representação exigem que os diversos seguimentos sociais se organizem e dêem voz às suas demandas e exijam o reconhecimento de direitos. Como também, como afirma Foracchi, no sistema capitalista “há um enorme desperdício de potencial humano, incapaz de ser criadoramente absorvido pelo sistema social, e a juventude parcela considerável desse potencial (FORACCHI, 1972). Isso contribui para a emergência da juventude como atores sociais e políticos. Contrário a afirmação de Mannheim (1968) de que a “a juventude chega aos conflitos de nossa sociedade vinda de fora” (p74), consideramos que a juventude vivencia os conflitos de dentro e se constituiu como seguimento social significativo justamente serem alvos diretos das conseqüências, sobre tudo no âmbito da violência e do trabalho.

A partir dos anos 90 a juventude passa a ser considerada protagonista de conflitos sociais como também atores políticos potentes na esfera pública. Após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a juventude passa a ser um dos temas *guarda chuva* das ONGs, que visavam efetivar políticas públicas para esse seguimento social. Assim, estas organizações passam a se destacar na atuação junto a crianças e adolescentes, tendo como uma das principais atividades a educação para a cidadania e o exercício de uma pedagogia política, de acordo com os dados da ABONG – Associação Brasileira de ONG (2000). As ONGs propõem como objetivo de trabalho o desenvolvimento da participação política juvenil, como uma estratégia para a promoção do desenvolvimento integral e da inserção social dos jovens. No discurso, o jovem é colocado como ator estratégico no processo de transformação social e em relação ao futuro da humanidade (ABRAMO, 2004).

No âmbito do Estado, também podemos verificar iniciativas do Governo Federal na elaboração de programas específicos para a juventude, como Programa do Primeiro Emprego, Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude.

Assim, a juventude passa a ser reconhecida como um ator social com capacidades e potencialidades, que pode dar voz às suas demandas, reivindicar políticas

específicas para o seguimento, interferir e fazer parte da elaboração e decisão das questões do seu interesse, participar junto a outros atores sociais para propor e promover transformações sociais. Segundo Castro (2006) afirma que a confiança do jovem no sistema político e sua participação nos diversos canais abertos pelo regime democrático possui valor simbólico, uma vez que é dessa geração que se espera novas idéias, insistência em ideais e experiências capazes de renovar o próprio sistema. Mas a participação requer recursos de várias ordens e conscientização sobre a importância de uma cidadania ativa, ou seja, a que não espera mas cobra do Estado a Cidadania.

Como afirma Sposito (2000) ao analisar as formas de ação coletiva protagonizadas por jovens é pertinente tratá-las como redes conflituosas que seriam 'formas de produção cultural'. É interessante e bastante elucidativa a citação que a autora faz de Melucci:

A interrogação implícita nas diversas pesquisas sobre a condição juvenil é se os jovens são sujeitos potenciais de ação coletiva antagonista. A pretensão ou a esperança é de encontrar resposta para esta interrogação a partir de uma compreensão aprofundada da condição e da cultura juvenil na sociedade contemporânea. Uma similar esperança é, porém, desiludir-se porque se encontra com um problema insolúvel: como se passa da condição para a ação, como se forma um movimento que tem por atores os jovens? ... A ação não se deduz pela condição social... É necessário identificar em nível sistêmico os problemas que estão no centro dos conflitos sociais, os campos sobre os quais se joga o confronto para o controle de recursos decisivos. Só a partir daqui é possível perguntar-se quais elementos da condição juvenil são suscetíveis de ativar, em certas condições conjunturais, uma ação coletiva, transformando este grupo em ator de conflito. (MELUCCI apud SPOSITO, 1999, p. 81-82).

É nesse sentido que este estudo se direciona, visando entender quais são as estratégias utilizadas pelas organizações para passa da condição para a ação e quais elementos da condição juvenis são suscetíveis de ativar. Os caminhos traçados por cada organização para realizar esse objetivo dar-se-ão de diversas formas, com especificidades que refletem os contextos vários, nos quais essa juventude está inserida, como verificaremos a seguir.

3 DISCURSOS E PRÁTICAS PARTICIPATIVAS DO MOC E DO CRIA

O este capítulo visa responder aos objetivos da pesquisa analisando os dados do campo à luz da teoria abordada. O caminho escolhido para tanto foi traçado a fim de tornar o mais claro possível às estratégias e ações desenvolvidas pelas organizações, como também perceber as especificidades e similitudes entre elas. Assim, optou-se pela caracterização de cada organização individualmente e, em um segundo momento, traçar um paralelo entre elas. É válido frisar que a escolha das organizações para a pesquisa ocorreu, primeiramente, pela visibilidade que as duas ONGs têm na Bahia, sendo consideradas referências nas suas correspondentes áreas de atuação.

No transcorrer da pesquisa foram identificados dois pontos que supostamente, dificultariam a execução do estudo: primeiro, a questão de serem duas organizações que surgem em conjunturas sócio-políticas e contextos históricos diversos, a saber: o MOC nasce no final da década de setenta, durante o regime autoritário e o CRIA na década de 90, no regime democrático. A segunda questão só se revelou como ponto de “tensão” no momento da coleta dos dados, qual seja, as distintas esferas de atuação: rural (MOC) e urbano (CRIA).

Diante de tais dificuldades, foi considerado pertinente e importante mantê-las como universo para o estudo, exatamente para verificarmos se a questão da cidadania, da participação, da metodologia e das estratégias utilizadas tem especificidades marcantes, devido aos elementos acima citados, ou se, apesar de contextos e do campo de atuação distintos, hoje, apresentam similaridades nas suas ações, percepções e discursos.

Assim, tais questões (as quais serão analisadas logo abaixo) passam a ser pontos de atenção para pesquisa, enriquecendo a investigação e não representando uma cisão. Ainda que, a fim de verificar as perspectivas de cidadania e as formas de participação dos jovens, se estabeleça um paralelo entre as duas realidades, o foco do estudo é analítico, com vista a evidenciar as diversas experiências com juventude realizadas por essas organizações, objetivando compreender suas perspectivas, sua estrutura interna, suas contradições, limites e possibilidades.

Para além da questão da cidadania e da participação, foi necessário enveredar por outras questões que envolvem o universo dessas ONGs, a fim de contextualizar e compreender melhor a própria concepção que as mesmas têm das categorias centrais da pesquisa e das ações articuladas junto aos jovens.

3.1 O MOC ONTEM E HOJE

Os momentos sócio-econômicos e históricos brasileiros nos quais cada organização se constitui são significativamente distintos. O MOC se constitui sob a égide do período militar, a partir do movimento da Teologia da Libertação¹², desenvolvendo um trabalho de caráter assistencialista, em 1967. Institucionaliza-se, emancipando-se da Igreja, com o apoio da FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), em 1970, visando abandonar o caráter assistencialista e paternalista.

Assim, estabelece como objetivo, mobilizar, organizar, articular e desenvolver as comunidades rurais e urbanas da região sisaleira da Bahia, com vista a modificar a condição de vida da região.

Hoje o MOC é registrado como uma OSCIP¹³ - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. A região do sisal, inserida no semi-árido da Bahia, é composta por 35 municípios, com característica predominantemente rural, cuja população, em 2003, era de 1,2 milhões de habitantes, o que corresponde a 8% da população total do Estado. Do total de habitantes, 58% vivem na zona rural e 42% nas áreas urbanas. É preciso destacar que muitas localidades consideradas “urbanas” mantêm características rurais (IBGE, 2007).

¹² De acordo com Doimo (1995), a Teologia da Libertação, seguimento progressista, dando ênfase à questões sociais, surge com a definição de metas centradas na organização autônoma da sociedade civil, que abandona estratégia de desenvolvimento baseada no Estado-Nação.

¹³ Status reconhecida através da Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, sancionada em 23 de março de 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Mapa Bahia – Região Sisaleira



FIGURA 01

O MOC se engaja na luta com os trabalhadores e pequenos agricultores rurais pela valorização dos seus produtos, a questão da terra, o combate ao trabalho infantil, a busca de alternativas socioeconômicas para a região, entre outras frentes. Podemos citar como exemplo da atuação do MOC o apoio, que realizou como assessoria, para a criação da APAEB – Associações de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, que surge para garantir a comercialização dos produtos agropecuários originários da agricultura familiar da região do semi-árido.

Nesse período, no Brasil, os movimentos sociais assumem um forte posicionamento, no primeiro momento, anti-institucional, estabelecendo com o Estado uma relação de antagonismo, vigorando a ausência do diálogo, visto como o *grande inimigo*. Isso demarca a ação desses movimentos, fundamentados em um *radicalismo* nas ações, a fim de combater *frontalmente* este Estado.

O MOC foi criado num momento muito difícil, situação péssima, no período da ditadura militar violenta, [...] e nós fizemos clara oposição à ditadura desde o primeiro momento [...]. Bom, então, a imagem que nós formamos na nossa cabeça e na cabeça da comunidade da época é que o Estado era o nosso grande adversário; de fato, nós não separávamos Estado e Governo; na realidade, nosso grande inimigo era o Governo, não era o Estado (Entrevista 01 – MOC, 03/2007).

É necessário destacar que o MOC firma suas bases e atua durante quase duas décadas de regime autoritário, elaborando estratégias para realizar as ações sociais de caráter organizacional e econômico, na busca do desenvolvimento da região na qual o Estado é opositor. Isso vai demarcar o seu perfil por muito tempo, sendo bem definida a sua posição como sociedade civil organizada.

O MOC, já naquela época, se torna relevante na região do sisal, em termos de atuação, contribuindo para canalização de forças, estimulando as iniciativas de associativismo e organização comunitária para o enfrentamento das dificuldades econômicas, sociais e políticas da região, tais como as condições de trabalho precário, a seca, a questão da terra, da pobreza, dentre outras. Essas condições, por outro lado, fomentam as práticas da política clientelista (conforme já abordado) que fragmentam a própria articulação e mobilização da sociedade, deixando-a *refém* da política institucional.

Os movimentos desse período são identificados como “‘novos sujeitos políticos’, portadores de uma ‘nova identidade sócio-cultural’, com contornos de projeto político voltado para a ‘transformação social’ e a ‘radical renovação da vida política’” (DOIMO, 1995, p. 48). Efetivamente, esses movimentos participaram do processo de redemocratização do país, culminando em uma nova conjuntura, a do Estado Democrático. A causa da grande transformação social começa a dar lugar ao compromisso com o sistema partidário, a reforma do Estado e a gestão da coisa pública (DOIMO, 1995).

Este Estado assume o discurso fundamentado na democracia, de incorporação de uma política neoliberal e de abertura de diálogo com a sociedade civil. Instauram-se meios que visam fortalecer os mecanismos de participação, de controle da gestão pública, como é o caso da descentralização. A constituição de 1988 amplia as possibilidades de ação popular, convertendo-se em importante instrumento para que

o cidadão possa controlar a integridade e eficiência da esfera pública, possibilitando a participação mais direta na democracia representativa. Para os movimentos sociais que, até então, atuaram contra o Estado autoritário, contra a institucionalidade, será necessário ressignificar esse novo Estado e sua relação com ele. Como afirma Gohn,

a ação coletiva de pressão e reivindicação, antes presente na maioria dos movimentos sociais latino-americanos, converteu-se nos anos 90 em ações voltadas para a obtenção de resultados, em projetos de parceria que envolvem diferentes setores públicos e privados. (GOHN, 1997, pp. 17-18).

Parte das entidades passa a ter uma ação menos independente e também menos ofensiva e, em alguns casos, corporativista. Essa questão vai ser um dos pontos polêmicos que permeia as discussões em torno do MOC, como veremos mais à frente.

A nova conjuntura implementa uma nova institucionalidade que exige uma nova postura dos movimentos sociais junto ao Estado e aos Governos, configurando-se em uma relação de “experiência complexa, cheia de conflitos, confrontos e negociações entre os atores” (TEXEIRA, 2001, 137).

O depoimento do ex-coordenador de políticas públicas, às vésperas do MOC completar 40 anos de existência, é bastante elucidativo em termos da mudança de conjuntura para o MOC:

Então, nós partimos pro confronto. Chegou um momento que o próprio fluxo do trabalho aqui nos levou a compreender que nós não iríamos construir um projeto regional de desenvolvimento sustentável sem o governo e sem o estado presente. Aí começamos a fazer toda uma reconstrução teórica, vamos dizer assim, e metodológica, e trabalhar isso com os próprios movimentos, de forma que aos poucos fomos incorporando isso e incorporando a necessidade de estar dialogando sem perder a identidade - é importante isso! -, sempre exercendo o dialogo. Essa relação com os governos, com o Estado, era necessária, preservando as identidades dos movimentos, preservando sua autonomia, preservando o que ele tem dele. De forma que, hoje, tem essa convicção que, pra economia sustentável entre outras necessidades [...], duas coisas são necessárias: mobilização da sociedade (ela tem que estar mobilizada, tem que estar organizada, tem que estar ciente do que ela quer, tem que estar discutindo políticas públicas, o programa de desenvolvimento) e interação com os governos municipal, estadual e federal, [...]; inclusive alguns segmentos mais, poderíamos dizer, xiitas, tradicionais, estranham essa relação de estar dialogando mesmo com o governo de direta, em questões pontuais que possam favorecer o fortalecimento do movimento. Então, foi esse curso

desse procedimento de quarenta anos do MOC, mas hoje é essa a convicção, a gente está cada vez mais querendo construir essa relação movimentos, governo, estado sem abrir mão da autonomia, sem abrir mão da mobilização da sociedade, [...]. Capacitar pra ir pra disputa, porque sem conhecimento ela seria engolida rapidamente. (Entrevista 01- MOC,03/07)

O MOC, partidariamente, se identifica com as tendências de esquerda, entretanto, o MOC consegue estabelecer um grande processo de diálogo e intermediação no governo de Fernando Henrique Cardoso, ampliando, nesse período, a sua atuação por outros municípios da região, expandindo-se para o semi-árido como um todo. Nesse período. O MOC, então, passa a executar um dos grandes programas federais, o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, criado em 1996. Este programa permanece em atividade até hoje no MOC.

O MOC, além de representar para a região uma organização que promove o desenvolvimento dos movimentos sociais, principalmente através de assessoria, é também um grande executor de projetos do Estado, tanto federal quanto estadual.

Algumas críticas que recaem sobre o MOC giram em torno da questão da autonomia e da manutenção da política ideológica e metodológica institucional. Grande parte dos projetos do Estado já vem formatada, com poucas possibilidades de alteração, sendo necessária a adaptação da organização aos mesmos.

Agora existem situações que você precisa sentar pra discutir, por exemplo, esse do Instituto Credicard quem colocou esses critérios foi o MOC junto com as organizações, então a gente tinha critérios do programa do financiador, que a gente obedecia, e tinha critérios que fomos nós quem criamos, então a gente tinha um projeto que foi montado como eu disse antes, a partir das idéias dos jovens, mas também, com participação dessas organizações sociais, sobretudo de sindicatos. Agora se você me perguntar se todos os projetos são assim, eu estaria mentido pra você, pode ser até que institucionalmente a gente diga um pouco isso, não, é e tal, mas tem projeto que não, tem projeto que não passa, passa por exemplo por um grupo reduzido que é sei lá, coordenadoras de programas, sei lá, às vezes o governo do estado quer revitalizar o Cabra Forte por exemplo, aí quer entregar ao MOC, o MOC vai aceitar, como é um projeto grande, imenso, é pra Bahia praticamente toda, então você vai sentar com organizações? por que enfim não tem outra forma de fazer, com outros menores não, a gente senta, mas os maiores não [...] (Entrevista 03 – MOC, 03/2007)

O MOC é que administra esses recursos, articulando-se com a sociedade civil para verificar a melhor via para executar os projetos e para distribuí-los (o que já acontecia antes da esfera Federal e Estadual ser petistas, como o PETI, por

exemplo). Não foi possível estimar o quanto representam no orçamento do MOC os recursos públicos. De acordo com as entrevistas, foram indicados valores que variaram entre 40 a 70% do total dos recursos. Mas através das entrevistas evidenciou-se que os recursos do governo representam a garantia da manutenção dos projetos e a permanência dos recursos na região.

Hoje, os recursos de fontes públicas, governos estadual e federal são a maior parte dos recursos do MOC. A gente tem recursos domésticos que são institutos e fundações e são recursos governamentais, então hoje a maior parte dos recursos do MOC é governamental (Entrevista 03 - MOC, 03/2007).

Conforme os relatos, a intenção do MOC em aceitar os projetos é a de conservar e aumentar os recursos para a região, beneficiando o território como um todo:

Temos os monitores contratados e mais recursos dentro do PETI. Agora o desafio de não deixar a peteca cair é dos movimentos populares (pólos sindicais, sindicatos, movimentos de mulheres e jovens). Se deixarmos o PETI se esvaír, estamos perdendo uma oportunidade de construção de política de desenvolvimento para o território. Vale dizer que a experiência de território que temos veio justamente da aglutinação dos atores e programas ao redor do PETI. (DOC 07 - Entrevista com o secretário Executivo do MOC, Radio Comunitário do MOC.)

Para muitas pessoas da região, o MOC é visto como uma *mini prefeitura*. (conforme entrevistas). Atualmente, a presença do PT – um dos partidos políticos de identificação da organização - tanto na esfera Estadual quanto na Federal, contribui para que essa associação se tornasse mais marcante. Em relação ao PT, quando Lula assumiu a presidência em 2003, havia uma grande expectativa de parte da população em torno da possibilidade de profundas transformações sociais e políticas. Entretanto, a posição assumida pelo governo foi de cautela, concessões, conciliatória, sem reformas profundas. Segundo Nogueira,

... foi uma opção pela cautela e pela governabilidade, [...] que representou [...] o ingresso do PT no universo da esquerda não-revolucionária; [...] que deseja justiça, democracia e reformas graduais, não mais o fim do capitalismo (NOGUEIRA, 2005, p. 27-28).

De acordo com entrevistas e conversas informais (com pessoas da região), as críticas mais ferrenhas sobre o MOC referem-se à sua atuação, acusada de estar seguindo a mesma lógica da sociedade política, conciliatória, moderada e de concessão. Argumentam que na atual conjuntura o MOC não *bate de frente* com o

governo, buscando sempre a conciliação e ações mais moderadas. Não estimula na região formas mais combativas de pressão – como a ocupação das câmaras de vereadores, o fechamento de estradas, ocupação de terra, optando sempre pelo caminho da negociação.

Então o MOC perdeu um pouco esse perfil de origem dele, de fazer a coisa clandestina, organizar o povo daquela forma, perdeu muito. De outro lado o MOC passou a ser um grande captador de recursos pra região, isso deu a imagem pra ele de poder, então ao invés da galera fazer política pública e negociar com a prefeitura vinha negociar com o MOC, então isso amortecia essa situação, então há muito tempo que o MOC passou a ser uma estrutura de prefeitura paralela, [...] falta um recurso aqui pra galera ficar uns três dias na câmara lá, ocupar a câmara, então o MOC participou da época de ocupação de terra no início e hoje o papel dele é um papel fundamental ainda, mas essa clareza, assim olha é preciso radicalizar com projeto político a região, essa coisa, é o território mais avançado da Bahia, mas dentro do perfil, [...], acho que o MOC perdeu esse perfil de ser uma organização que pudesse atravancar um pouco mais pra esse campo da política pública com outro perfil, com olhar, não sei se você entende o que eu estou querendo falar Em alguns casos nem conciliatório é, tira, não entra em embate não. Pra você conciliar, você intermédia os processos. Não o MOC não, nem isso [...] (Entrevista 005 - MOC, 03/07)

Se levarmos em consideração tais críticas, podemos inferir que as estratégias e ações relacionadas ao MOC podem ser classificadas como uma participação gerencial ou de gestão, que:

...se orienta por uma idéia de política como ‘troca’ entre governantes e governados: quanto mais interações cooperativas existirem, melhor para o sucesso eleitoral e a legitimação dos governantes e melhor para os grupos sociais envolvidos, que podem assim, ver atendida parte de suas postulações.” (NOGUEIRA, 2005, p.142)

Segundo Nogueira (2005), a participação gerencial contribui significativamente para potenciar a democracia, pois ela se realiza nos espaços decisórios, pressionando em favor da ‘deselitização’, do alargamento e inclusividade desses espaços. Entretanto, esses mesmos espaços podem ser aproveitados para que se “administre a participação, impedindo-a de se radicalizar ou de produzir efeitos incômodos” (NOGUEIRA, 2005, p.143). Esse tipo de participação está voltado para o gerenciamento de recursos com vista a solucionar determinados problemas, administrar bens públicos ou para viabilizar e legitimar a reprodução política e

eleitoral de governos ou partidos. Ela necessariamente não produz efeitos no campo ético-político.

As críticas são encaradas pelo MOC, de acordo com os entrevistados, como meio de reavaliar, repensar o projeto institucional, as ações e estratégias. O MOC afirma estar claro o seu status de sociedade civil, considerando que a conjuntura atual é apenas a possibilidade de estabelecimento de um diálogo maior, acesso para negociação e da realização de um trabalho mais conjunto e sintonizado. Essa postura do MOC é o que Dagnino classifica como “uma postura de negociação que aposta na possibilidade de uma atuação conjunta, expressa paradigmaticamente na bandeira da ‘participação da sociedade civil’” (DAGNINO, 2002, p. 3).

É interessante transcrever o trecho da entrevista do secretário executivo do MOC à rádio comunitária da organização (que expressa uma “resposta” a essas críticas e estabelece sua posição frente aos argumentos acima citados.)

O MOC é uma organização da sociedade civil, o MOC não é governo, o MOC deseja se relacionar bem com o governo LULA e deseja se relacionar bem com o governo Wagner, deseja fazer uma parceria mais ampla possível, mantendo, no entanto, sua identidade. A identidade do MOC não é de ser um órgão atrelado ao governo, a identidade do MOC é de ser um órgão da sociedade civil com sua autonomia, com sua identidade própria e que se necessário ele vai denunciar, vai criticar, vai se opor a questões tanto ao governo LULA quanto do governo Wagner. E a sociedade civil tem exatamente esse papel, de buscar construir junto, mas construir junto não significa baixar a cabeça, não significa ser subalterno, também não significa ser melhor, significa ser parceiro, então parceria significa construir juntos uma perspectiva, mas ter uma autonomia de criticar, de propor processos diferentes, de se opor e até de afastar se necessário, e de ir pra praça se necessário, quando as coisas assim indicarem. [...] acho que tem um aprendizado fundamental em relação ao governo LULA, que nós pensamos inicialmente, que como LULA tinha ganhado o governo que estava tudo resolvido, que a gente não precisava mais reivindicar, fazer barulho, ir pra praça, debater, ser contrário, ir propor e exigir. E isso aí é uma mentalidade errada, por aí não passa, porque quando a pessoa está no governo ele tem duzentas mil solicitações, e passa a solicitação que tiver mais pressão, não passa a solicitação por que é do meu amigo, por que é do movimento social, não, passa a solicitação se a solicitação tiver pressão, tiver força pra se impor. Então e eu acho que os movimentos sociais aprenderam um pouco isso e estão já no governo Wagner buscando ocupar espaço. Agora, sabendo que é um governo de colisão, que é um governo que tem gente que não pensa como nós, que é um governo inclusive que tem gente de direita dentro dele, então foram essas forças que levaram a vitória de Wagner, então essas forças vão se debater dentro do governo, e vai levar o pedaço maior quem tiver mais capacidade de negociar, de propor, de apresentar coisas concretas e boas e de pressionar. (Doc. 007 - Secretário Executivo do MOC- 03/2007).

Podemos evidenciar dois elementos que são referências para o questionamento da autonomia da organização. Primeiro, como analisa Doimo (1996), essa autonomia que na década de 70 era pensada frente aos adversários políticos, hoje é pensada frente aos aliados políticos. Segundo, a preocupação em manter ou evitar a saída de recursos da região (conforme entrevista acima citada). Nesse sentido, a opção pela gestão vai se sobrepor a uma estratégia de pressão.

O MOC aponta, justamente, a capacidade que a organização tem de dialogar e construir uma relação estável com os governos (independente do partido), preservando sua autonomia, como elemento de inovação da prática organizacional.

Esta compreensão indica que o entendimento do MOC se direciona para a idéia que não há contradição entre participação cidadã e participação gerencial, sendo possível haver uma articulação entre as duas formas de participação, desde que os interesses e o atendimento de demandas estejam voltados para o geral, mostrem-se abertos aos outros e ponham-se ao desafio da emancipação, entendida como ruptura com a subalternidade e a recusa da manipulação. (NOGUEIRA, 2005).

De acordo com Dagnino (2001), as estratégias de ação das ONGs em parceria com o Estado por meio da execução de projetos e implementação de políticas públicas perpassam duas questões: as vantagens que essas parcerias trazem para a própria organização, no sentido da sua própria sobrevivência material através dos recursos financeiros, aumento da capacitação, do prestígio e da visibilidade; e por outro lado, essas parcerias trazem benefícios para o público prioritário e para a região de atuação da ONGs.

3. 2 CRIA E A ARTE MOBILIZADORA

O CRIA surge numa conjuntura democrática, no período em que o Estado se volta para o diálogo de abertura de canais de participação com a sociedade civil, momento no qual as ONGs são vistas como centros de eficiência e eficácia. No projeto institucional inicial, *Educação – um exercício de cidadania*, o CRIA

estabelece parcerias com as Secretarias Municipais de Educação e de Saúde. Estabelece como público prioritário os adolescentes e os profissionais ligados às áreas de saúde e educação, estabelecendo como eixo estruturante “os direitos da adolescência e juventude priorizando o campo da educação, da saúde e da cultura” (Relatório CRIA 2003).

O CRIA propõe desenvolver um método de educação para a cidadania através da arte, que provocasse o adolescente a criar, a envolver-se e participar ativamente de movimentos sociais e culturais na sua escola ou outros espaços comunitários. Trabalha com duas linhas: a formação e capacitação de professores, técnicos de saúde e jovens multiplicadores, com vista a atuar nas escolas, buscando integrar professores, famílias, adolescentes, a comunidade e centros de saúde; e a linha artística, a montagem de uma peça de teatro com atuação de adolescentes como instrumento de mobilização para os temas do projeto. Atua com as escolas municipais do centro e do subúrbio de Salvador.

O CRIA acumula experiência e amplia a sua atuação focalizando mais as comunidades e os espaços de decisão. A mudança de atuação do CRIA se realizou através dos próprios adolescentes que faziam parte dos projetos, que sentiram a necessidade de modificar e impactar suas comunidades. Assim, em 2001, o CRIA passa a atuar mais diretamente, através dos jovens dinamizadores, nos bairros periféricos de Salvador, áreas com várias deficiências no âmbito dos serviços básicos sociais como moradia, transporte, educação, lazer e saúde. Articular a comunidade para promoção dos direitos das crianças e adolescentes provocou na organização uma nova proposta de formação, com foco na atuação comunitária:

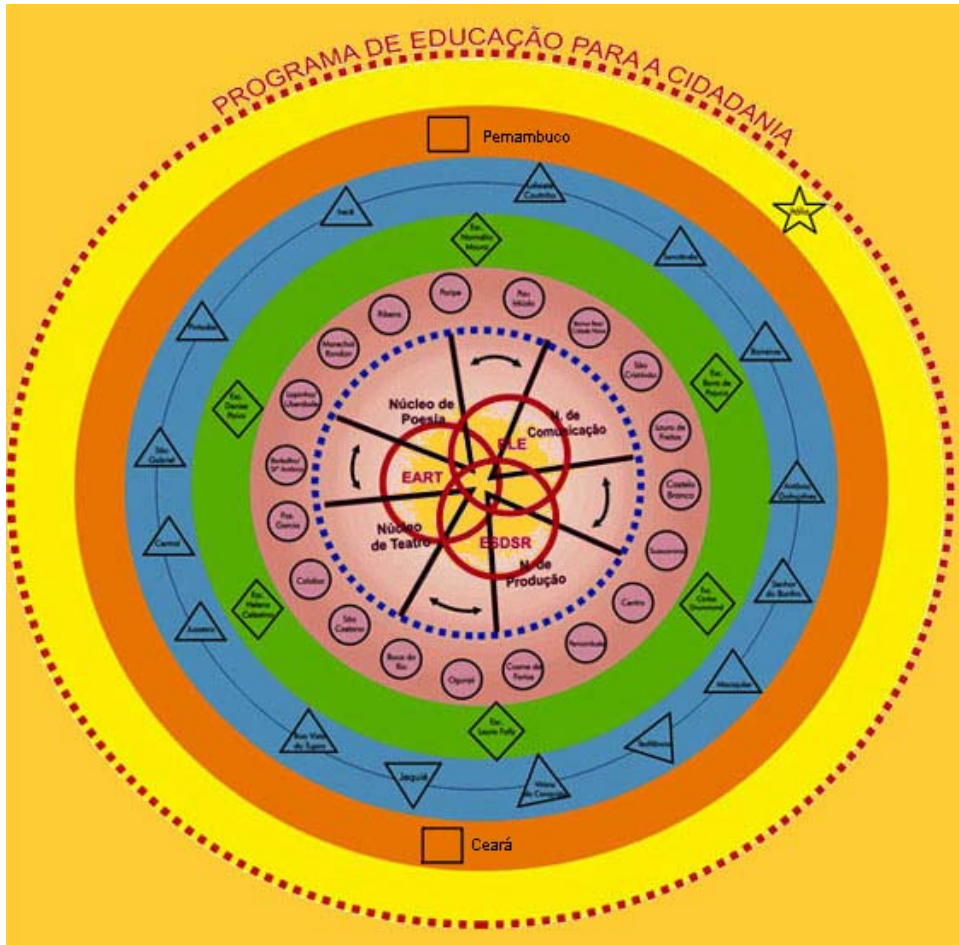
[...] é a comunidade onde o jovem mora, então nessa comunidade, são 20 comunidades onde nós atuamos, são as localidades onde moram estes jovens, eles mobilizam a comunidade através das peças e recitais convocam essa comunidade para pensar a problemática da comunidade, e elegendam uma questão que eles acham que pode contribuir através das ações de mobilizações, ações educativas que eles podem desenvolver. Então hoje são vinte planos de atuação, quer dizer, são 20 subprojetos, vamos dizer desse projeto institucional, todos estes projetos são “linkados” com o objetivo maior do projeto institucional que é o fortalecimento do sistema de garantia de direito das crianças e dos adolescentes, eles estabelecem qual é o problema que eles podem ajudar a resolver, qual é o foco desse problema, se é saúde, cultura, se é proteção especial (Entrevista 01 – CRIA, 03/2004)

A atuação comunitária amplia-se e o CRIA mantém as artes como metodologia central, tida como principal instrumento de mobilização, integração e sensibilização, sendo o teatro a sua principal linguagem.

Além de ser um elemento muito político, porque ele agrega, ele chama, ele mobiliza, ele sensibiliza, ele tem contribuído muito pra discutir questões que em algum momento a gente acha que é muito chato discutir, acha. Então eles têm um contato que é um elemento muito interessante pra sensibilizar e mobilizar as pessoas, em tornar as questões que eles querem discutir, e a gente tem tido uma resposta bacana em relação a isso nesses quatorze anos [...]. (Entrevista 02- CRIA, 03/2007).

Atualmente, o CRIA desenvolve projetos em 20 comunidades de Salvador - Barbalho, Barros Reis , Cidade Nova, Pau Miúdo, Boca do Rio, Cabula, Calabar, Coutos, Castelo Branco, Cosme de Farias, Fazenda Garcia, Fazenda Grande do Retiro, Lapinha/Liberdade, Marechal Rondon, Ogunjá, Paripe, Pernambués, Ribeira, São Caetano, Santo Antônio, São Cristóvão e Sussuarana. Atua nas cidades de Andorinha, Antônio Gonçalves, Barreiras, Boa Vista do Tupim, Central, Irecê, Jequié, Lafaiete Coutinho, Macajuba, Pintadas, São Gabriel, Senhor do Bonfim, Serrolândia, Teofilândia, Vitória da Conquista e Várzea do Poço. E nos Estados de Pernambuco e Ceará.

Figura 1 - CRIA - Sistema Artístico Pedagógico



- CRIA
- Salvador
- Região Metropolitana
- Interior da Bahia
- Outros Estados do Brasil
- Outros países
- Planos de atuação
- Atuação nas escolas públicas
- Núcleos de arte-educação
- Pernambuco: **CENAP** / Rede PIPA
- Ceará: **Fundação Brasil Cidadão** / Teia da Sustentabilidade
- Itália - Intercâmbio Salvador / Nápoles / Sto. André /
- EART - Espaço de Articulação
- ESDSR - Espaço Saúde e Direitos Sexuais Reprodutivos
- ELE - Espaço de linguagem e Expressão

O CRIA considera que desenvolver projetos concebidos e co-geridos por jovens, reafirma a validade destas experiências no campo da formação e evidencia a necessidade da interação e interlocução entre as ONGs e os organismos governamentais. O CRIA estabelece parceria com o Estado desde sua criação, entretanto os recursos que até então mantiveram a organização são advindos de organismos internacionais. Não há envolvimento nem identificação partidária que se explicita nos depoimentos.

A visibilidade de uma ONG que atua numa capital é distinta daquela que atua na região do interior de um Estado, devido a própria dimensão local. As relações no âmbito rural se realizam de forma mais centralizada enquanto que no urbano ocorre uma maior pulverização. Contudo, o CRIA tornou-se uma referência na Bahia, de trabalhos com adolescente e com arte educação, sendo sua atuação nas esferas de elaboração de políticas públicas para a juventude apontada como um dos principais fatores que contribuíram para sua visibilidade em Salvador.

o CRIA se tornou um pouco uma referência nacional e muito forte aqui no estado em estar provocando a construção ou criação de alguns espaços que venham discutir essas questões (direitos da criança e do adolescente, saúde, educação) ou revitaliza espaços que estavam politicamente desocupados. Então a gente passou o ano passado do segundo semestre de 2005 e durante 2006 todo, nós ficamos numa luta pra revitalizar, pra retomar o sentido político, da força de atuação, por exemplo, do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, porque teve um esvaziamento desse conselho, outras instituições que ocupavam saíram se desencantaram [...] (Entrevista 02 - CRIA, 2007)

Os dados neste capítulo foram considerados fundamentais para compreendermos, no âmbito geral, a atuação das duas organizações.

3.3 CONSTITUINDO A IDENTIDADE POLÍTICA DAS JUVENTUDES

Este capítulo busca atingir o objetivo central da pesquisa, qual seja: identificar e analisar a perspectiva de cidadania e as formas de participação balizadoras dos programas direcionados para a juventude. A pesquisa buscou compreender o processo de constituição da cidadania da juventude dentro do MOC e do CRIA a fim de delinear o tipo de cidadão que emerge dessas experiências, verificando as

possibilidades de estar se formando uma nova cultura política, através da identificação de normas, valores, conteúdos e ações que são internalizados nesse processo de formação. A inquietação se deu justamente pela polissemia do termo cidadania, pois, como já mencionado, são muitos os sentidos e significados atribuídos ao termo. Então surge a questão: em quais desses sentidos e significados esse projetos estão apoiados?

A metodologia utilizada objetivou obter de forma transversal, através do significado de temas diversos, o conceito de cidadania que está diluído no discurso e na prática organizacional, identificando os indicadores que possam classificá-los ou aproximá-los de um determinado conceito teórico ou dos diversos conceitos teóricos. Afinal, como já enfatizado nesse estudo, as diversas perspectivas de cidadania não são excludentes, elas podem se entrelaçar, se complementar, porém, o que é fundamental para o trabalho é identificar os elementos “chave” que norteiam a concepção das organizações que marcam e balizam os seus discursos.

A fim de atingir esse objetivo, para além da análise anteriormente exposta, foram construídos dois quadros de indicadores para classificar as categorias cidadania e participação. A partir desses quadros, foi realizada a classificação dos dados coletados, em fontes primárias (entrevistas) e documentos (relatórios das organizações, revistas, sites, vídeos, DVD, folder, boletins). Não foi realizada uma quantificação precisa dos dados, mas atentou-se para a incidência dos indicadores nas falas e no material disponibilizado.

Foram selecionados fragmentos das narrativas e dos textos para elucidar e respaldar a análise. É válido ressaltar que os quadros aqui apresentados não correspondem ao total do material analisado. Foram selecionados os conteúdos que se repetiam, dando a idéia de consistência ao discurso, sendo selecionado um ou outro trecho (sendo destacado em negrito os conteúdos relevantes para cada categoria) para ilustrar os quadros.

Até 2002, o MOC não tinha nenhum projeto que trabalhasse especificamente com os jovens e com suas questões. As temáticas, assim como a própria juventude,

estavam inseridos de maneira transversal nos diversos programas¹⁴ da organização. Evidencia-se assim que o MOC compartilhava a idéia de que as demandas da juventude estariam sendo contempladas no acesso às políticas mais universais como saúde, educação no campo, formação técnica, sendo desnecessário qualquer recorte que os privilegiasse como destinatários específicos de ações públicas ou governamentais.(SPOSITO; CORROCHANO, 2005)

Em 2002, a partir de um convite do Instituto Credicard¹⁵, através do PJE -Projeto Jovens Escolhas em Rede com o Futuro,¹⁶ o MOC começa a trabalhar com foco especificamente na juventude. O PJE tem três eixos fundamentais, aqui apresentados de acordo com a definição do Instituto Credicard (2004): *educação para valores*, como estratégia capaz de conduzir o jovem a um processo de ressignificação de sua atitude diante da vida, capacitando-o a relacionar-se melhor consigo mesmo e com os outros, no contexto de um mundo do trabalho em acelerado processo de mudança; *protagonismo juvenil*, enquanto laboratório de educação para a cidadania voltada para a formação do jovem autônomo, solidário e participativo; e a *cultura da trabalhabilidade*, como formação dos jovens para compreender e atuar num mundo do trabalho cada dia mais transformado pela globalização e a emergência de novas tecnologias.

O Instituto Credicard abriu o debate com as ONGs participantes do projeto para discutir os eixos pilares, a fim de ter um “alinhamento” (expressão utilizada pelo Instituto) com vista a associar as diretrizes do Instituto Credicard com o contexto e a metodologia de cada organização, uma vez que grande parte das ONGs tinha experiência em formação para juventude (perfil que não se aplicava ao MOC). Assim, o programa foi desenvolvido a partir da troca dessas experiências.

Para realizar o PJE o MOC, primeiramente, abriu espaço para o diálogo. Convocou um debate interno (entre seus técnicos e diretores), pois, até então, o MOC não

¹⁴ Ver lista em anexo.

¹⁵ Instituto formado pelas empresas Orbital, Credicard e Redecard

¹⁶ Projeto criado em 2001 nasceu com o objetivo de contribuir para a melhoria da educação de jovens, implementando ações que possibilitam a formação de empreendedores, o estímulo à participação dos jovens em suas comunidades: na escola, na família, no ambiente de trabalho e na sociedade em geral. (www.institutocredicard.org.br)

tinha desenvolvido um projeto com foco na juventude. Num segundo momento, promoveu um debate público, convidando as diversas entidades da região (STR's, Fórum da Cidadania, Rede Jovens, Grêmios Estudantis, associações, rádios comunitárias entre outros) para discutir como trabalhar as temáticas-eixo e a juventude.

Após discussões, foram definidos os critérios para a seleção dos jovens: cada município indicaria 3 jovens com perfil de participação comunitária ou trabalho com movimentos sociais, grupos juvenis, pastoral da juventude; faixa etária dos 15 a 20 anos; e, pelo menos um dentre os três jovens indicados deveria ser do sexo feminino (evidenciando uma preocupação com a questão de gênero). Juntamente com os jovens e os representantes das entidades, o MOC definiu quatro eixos para o projeto: cultura e revalorização cultural; cidadania e políticas públicas; desenvolvimento local sustentável; e comunicação social. O Projeto foi denominado Projeto Comunicação Juvenil (PCJ) e teve o apoio do Instituto Credicard por dois anos.

O detalhamento da inserção do MOC nesse projeto foi considerado pertinente, pois evidencia o estabelecimento de um processo democrático e de diálogo que buscou nas bases e no público principal a formatação do próprio projeto, a definição dos conteúdos, as principais demandas e as linhas de atuação.

É necessário destacar que o projeto com juventude do MOC, de acordo com as narrativas dos entrevistados, de uma forma geral, gerou resistência tanto internamente quanto na comunidade e em algumas entidades. A resistência interna ocorreu no âmbito da falta da experiência do MOC com o seguimento prioritário do projeto, a juventude, como também sobre a temática central escolhida pela comunidade, que foi comunicação.

Externamente, eram as lideranças das entidades (sindicatos e associações) que manifestavam resistência:

Então, o trabalho assim foi um processo de sensibilização com eles, mas deles também conosco, a gente também teve que aprender muita coisa, inclusive nós, educadores mesmo, por que assim, eu sou antropólogo, mas

assim não estava suficientemente pronto pra trabalhar esse processo com jovens,... mas assim pra muita gente foi um choque, porque aí foi a questão do choque cultural, porque, não só no sindicato, aqui dentro do MOC mesmo, tinha jovem que vinha pra cá por exemplo e tinha colegas aqui que se incomodavam, jovens, então quer dizer quando essa galera começou a aprender e querendo se meter na diretoria das entidades, foi uma reação, olha que o MOC está tentando fazer, quer derrubar a gente, quer derrubar os velhos daqui. E pra gente concertar isso. E tinha sindicato que era explicito isso: botava na mesa, “o MOC está tentando lenhar com a gente”, tinha uns que zangava, fechava a cara, travava outros programas. Então assim a gente terminou fazendo projeto de formação com os jovens, mas tinha que fazer projeto de formação com a gente também. (Entrevista 03 – MOC, 2007)

Foi destacada em todas as entrevistas a questão da falta de experiência do MOC nessas esferas (metodologia e temáticas da juventude – sexualidade, drogas e comunicação), a qual seria o motivo da resistência, pois não haveria corpo técnico para efetivar o projeto. Argumentava-se não ser esta a vocação institucional. Da equipe envolvida foi necessário um grande esforço no sentido de estar traçando estratégias metodológicas, criando condições objetivas para a construção de um referencial para trabalhar com a juventude. A aceitação da temática partiu da compreensão da necessidade da formação de novas lideranças locais.

A gente viu que a gente estava perdendo jovens pra um monte de outras coisas, os jovens estavam indo pra outros lugares, os jovens às vezes participavam de uma formação e de outra, mas que a dimensão de juventude dele não era considerada, embora o MOC não tivesse essa vocação, esse *nohall* era necessário constituir, que as lideranças vão envelhecendo, entra no sindicato, amanhã pode não estar mais, um tanto porque é um processo natural, de uma pessoa que está cansado dizer “oh não dá mais pra mim” ou por que está se envolvendo a nível nacional, internacional [...] então, tem que criar outras lideranças, formar lideranças pra isso [...] houve alguma dificuldade pra tentar o povo entender de como se dá esse processo de comunicação, de como é importante você ter uma gestão também eficiente dessa parte de comunicação (Entrevistado 02 - MOC, 2007)

Assim, em 2002, o MOC se insere nessa nova realidade, com o projeto de comunicação voltado na área de rádio-jornalismo, com a capacitação de 28 jovens, tendo como referencial pedagógico Paulo Freire, alicerçado na metodologia da ação-reflexão-ação. De acordo com o relatório¹⁷ apresentado ao Instituto Credicard, o MOC afirma que a proposta geral do PJE:

¹⁷ Autores: Jerônimo, Clodoaldo e Emanuel técnicos do MOC – Coordenadores do projeto com juventude

[...] constitui-se num processo singular de reflexão metodológica acerca da juventude no contexto do semi-árido baiano e de multiplicação de estratégias de organização de grupos, formação de redes jovens, de juventude. (Entrevista 04 – MOC, 2007)

De acordo com os dados coletados, o MOC e as entidades da região passaram a compreender o projeto PJC como a oportunidade singular de mobilizar os jovens e entidades sociais em torno de questões fundamentais como juventude, democracia, participação etc. Inicia-se assim, a compreensão da ONG acerca do potencial jovem na região e a essencialidade do processo comunicativo como esferas proíficas para a mobilização social. Entre outras atividades, os jovens, nesse primeiro ano, atuaram no próprio desenho da comunicação institucional que, até então, era incipiente.

De acordo com as entrevistas, ainda hoje existem alguns focos de resistência, tanto no plano interno da organização como também nas entidades da região. Como veremos na análise que se segue, a ocupação de espaços decisórios (como associações de bairro, sindicatos) pelos jovens que entenderam que para existir políticas voltadas para juventude precisavam estar inseridos nos processos decisórios, causou incômodo em diversos setores da sociedade. Os mais conservadores entenderam que o jovem poderia representar uma ameaça a seu *status quo*, evidenciando a lógica personalista e centralista do poder presente na região.

Foi necessário um processo de sensibilização com as entidades sindicais e associações comunitárias, com vista a possibilitar o diálogo entre as mesmas e a juventude. Hoje, em alguns sindicatos já existem secretarias específicas para a juventude, nas quais são os jovens os representantes evidenciando, assim, a conquista de espaços pelos mesmos.

O MOC aponta como uma das falhas dos projetos justamente a ausência de um processo de preparação tanto com as famílias quanto com as entidades sindicais e comunitárias. Reconhece que a falta de um trabalho de sensibilização junto a estes gerou muita resistência que, por vezes, criou entraves para o andamento do processo. Tais entraves poderiam ter sido evitados se fosse desenvolvido um trabalho mais integrado entre jovens, pais e comunidade, pois, ao que se apresenta

a questão da juventude ativamente participante, como um ator político específico, era algo novo para região como um todo, tanto para o MOC, quanto para as entidades da sociedade civil com as quais trabalha.

O MOC dá continuidade ao trabalho com juventude através do projeto Juventude e Participação Social (2004), envolvendo 22 municípios¹⁸, com jovens na faixa etária entre 16 a 29 anos, da zona rural, objetivando o empoderamento político dos jovens para a convivência com o semi-árido, visando, sobretudo à geração de trabalho e renda a partir do fortalecimento da agricultura familiar (Sobrinho, 2005).

A organização entende que os projetos devem ter duas dimensões: o projeto em si e seus impactos, mas que, embora beneficiem diretamente as pessoas que os integram, estes não podem ser encarados como um fim em si mesmo; e a segunda dimensão é a de transformação e projeção com vista a subsidiar a construção de políticas públicas. “Eles devem servir de mediação para que as pessoas nele envolvidas aprendam a empreender, propor, negociar, reivindicar, pressionar o governo com a perspectiva de construção e formulação de referenciais de políticas públicas” (Relatório MOC – Instituto Credicard, p. 5).

O CRIA, como já evidenciado, surge tendo com seguimento principal, jovens e adolescentes, instituindo uma metodologia baseada na arte-educação, entendendo a arte como fator de mobilização, convocação, sensibilização acerca das questões da juventude.

Enquanto que para o MOC o impacto da sua participação no Projeto Jovens Escolhas foi a questão da juventude, para o CRIA é o aspecto político e comunitário da participação que vai adquirir um novo sentido e lugar no projeto organizacional, causando impacto na sua atuação.

A mudança no próprio fazer da organização inicia-se a partir da criação do MIAC – Movimento de Intercâmbio Artístico e Cultural pela Cidadania. Em 1997, após um

¹⁸ Antônio Cardoso, Araci, Candéal, Capim Grosso, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Irará, Monte Santo, Nordestina, Nova Fátima, Pé de serra, Queimadas, Quijingue, Quixabeira, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Tucano e Valente.

ato de violência policial a um dos integrantes do CRIA, a entidade começa a questionar o papel das ONGs e toda a fragilidade das mesmas frente às questões sociais de vulnerabilidade dos jovens e adolescentes. Então, o CRIA convoca outras organizações (ONGs, associações, grupos comunitários, culturais, conselho tutelar, centros de saúde, escolas etc.) para discutir tais questões e dessa integração nasce o MIAC.

O movimento se constituiu como espaço de troca de experiências, de construção coletiva e de participação de diversos atores/atrizes sociais, jovens e adultos, visando:

a mobilização social pela qualidade da educação e saúde pública através da atuação dos adolescentes nos espaços de formulação e acompanhamento de políticas e ações pelas políticas públicas para juventude e direitos humanos” (Entrevista 01 - CRIA – 2004).

O CRIA sediou e esteve na coordenação do movimento durante 5 anos, experimentando neste período o contato com as 17 comunidades de Salvador que participavam do MIAC. A partir daí, o CRIA passa a participar mais efetivamente dos espaços políticos de decisão, adotando também uma forma de gestão interna, mais participativa, na qual os jovens passaram a ter voz e participar processos decisórios.

Em 2002, o CRIA integra também o PJE do Instituto Credicard, projeto no qual a organização adota uma nova forma de mobilização e formação para os jovens, mantendo a metodologia da arte-educação, com foco na atuação comunitária, visando a “sensibilizar e articular a comunidade para promoção dos direitos das crianças e adolescentes” (Relatório CRIA,2004). No PJE o CRIA vai eleger o tema juventude e trabalho, definido junto aos próprios jovens a partir de discussões nas quais eles destacaram as principais temáticas que os interessava.

Para participar do projeto o jovem deve estar estudando e estar na faixa etária de 12 a 21 anos. São oriundos de 20 bairros populares de Salvador. Cada jovem selecionado ao participar do projeto de formação do CRIA deveria criar um plano de ação para sua comunidade.

O CRIA já trabalha, dentro do próprio projeto, como uma linha de ação a sensibilização dos pais e da comunidade. Os pais são convocados, periodicamente, para reuniões, a fim de apresentar a eles o projeto e seu andamento. Inclusive em um dos espetáculos do CRIA há a participação de pais junto com os jovens. A comunidade, também é convidada para participar de algumas formações e capacitações promovidas pela organização. Contudo, o CRIA identificou resistência de algumas lideranças comunitárias frente aos jovens, pois estas não os vêem como um potencial político.

Todos os jovens participam de algum espetáculo de teatro/poesia/clowns, nos quais o roteiro e texto são criações coletivas, onde são abordadas temáticas apontadas por eles, consideradas as mais emergenciais e diretamente ligadas ao seu contexto. O CRIA entende que, quando os jovens da comunidade, as lideranças e a comunidade vêem-se representados no espetáculo, se identificam com as questões que circundam o seu cotidiano. Inicia-se, assim, o processo de sensibilização para num segundo momento ocorrer a mobilização.

A arte também é considerada o meio pelo qual as questões da política institucional são traduzidas para uma linguagem mais acessível, despertando o jovem para que ele se perceba como ator possível nessa esfera pública:

[...] nos espaços que a gente participa e a gente busca pautar muito isso porque é uma forma, inclusive, por exemplo, no comitê estadual a gente fala muito da questão do jovem naquele espaço, mas aí tem uma questão de estrutura que é muito complicado, que em alguns momentos eu acho que impossibilita mesmo, primeiro é a questão da linguagem todo mundo está ali, por exemplo, o comitê é um espaço que congrega organizações governamentais e não governamentais, mas ali naquele momento de discussão você estabelece um linguajar que por jovens, pro adolescente é muito difícil, tem isso e tem o domínio mesmo do conteúdo que ali é explorado, tem uma série de coisas que dificultam, e a gente tem proposto isso, a gente vai trabalhar um pouco mais com a arte, vamos pensar mais nessa forma de comunicar essas informações com os meninos, vamos trabalhar isso mais, a gente tem buscado pautar muito. (Entrevista 03 - CRIA, 2007).

Essa metodologia, na arena da política, é considerada, por muitos, como algo menos impactante que as discussões e assembléias para o tratamento das questões políticas e sociais. Isso fica evidenciado no discurso do CRIA, ao relatar que há um

preconceito frente à metodologia das artes, como mobilizador político, quando a participação ocorre em uma arena de natureza institucional formal.

[...] você vê assim, você vai pra uma reunião aí está lá naquela coisa de sempre, que você vai discutir pedofilia na Internet, aí você vê os caras chegando todo engravatadinho, “ah não gente pelo amor de Deus, vamos direto ao assunto, vamos direto ao assunto, tem muita coisa pra vocês discutirem, o CRIA tem um projeto interessante, mas vamos aqui nos ater a discussão. A gente percebe sim, tem uma relutância muito grande em trabalhar com a arte, mas não é só com o CRIA, é com a arte, é com aquela coisa de você mexer com a coisa enrijecida do corpo, que você não interage com o outro, que você está ali pra dizer o que você tem pra dizer pronto, acabou, então é toda uma mudança de lógica de comportamento mesmo, é complicado. (Entrevista 03 - CRIA, 2007)

O MOC frisa a importância das artes (do *hip hop*, teatro) como meio de atuação política, entretanto, busca deixar claro que a capacitação e formação do MOC é focada para o desenvolvimento da atuação da juventude nos espaços formais institucionalizados, usando com linguagem a discussão direta:

[...] assim é trabalho dos jovens, o poder público não está atento, às vezes está dormindo, em São Domingos mesmo eu acho que ele dormiu, como o grupo às vezes não tem uma atuação escancarada política como tem em Tucano, é mais cultural, arte, tal, as iniciativas por conta dos jovens que já mexe com teatro, já mexe com esse negócio de cultura lá, vamos, vamos criar conselho, aí ele terminaram tomando lá o espaço e criaram, não está funcionando ainda. (Entrevista 04 - MOC, 2007)

Aqui podemos verificar uma distinção marcante entre as duas organizações. O CRIA vai trabalhar a questão da cidadania e da participação utilizando como viés a subjetividade, promovida através das artes, trazendo o aspecto cultural como central para o desenvolvimento de uma participação ativa, por meio da sensibilização.

Porque a gente está mexendo com o indivíduo, porque as pessoas são singulares, querendo ou não querendo, por mais que a cultura queira homogeneizar as pessoas, isso é um equívoco, então eu acredito que a gente tenha mudado significativamente [...] que a nossa perspectiva de transformação e de modelo de sociedade e modelo de mundo é que as pessoas possam se auto perceber como sujeitos capazes de transformar a sua história, que elas não precisam acreditar no que a televisão diz, [...], então a gente acredita que num momento em que a gente mexe naquele sujeito, acorde aquele bichinho da curiosidade que está dentro dele, que todos nós temos sem dúvida nenhuma, que é aquilo que você falou da apatia, ele vai sair desse lugar, ele vai deixar de ser um cidadão passivo, acomodado e ele vai passar a ser um cidadão atuante, ele vai começar a participar da vida política da sociedade na qual ele está inserido. Então a partir do momento que ele faz isso ele começa a se relacionar com esse sistema, ele começa a ver coisas e propor coisas e esse modelo de

educação tem dado certo porque eu mexo com minha mãe, e minha mãe mexe com meu irmão, e meu irmão mexe com a namorada dele, que mexe com a família dela, então se constrói aí uma rede de conhecimento e de empoderamento, de provocações que fazem as pessoas se postarem de forma diferenciada diante desse sistema (Entrevista 02 – CRIA, 2007).

Nesse sentido, o CRIA prima pela mudança na mentalidade do sujeito, agregando os elementos de auto-reflexividade e de auto-responsabilidade, compreendendo que é necessário não só uma mudança na comunidade, mas principalmente no próprio sujeito. O aspecto dinâmico, criativo e contestador da sociedade civil ao qual Melucci (2001) direciona-se para a compreensão de que:

[...] a idéia de que só a mudança das estruturas pode produzir transformações, sem envolver os nossos modos de construir, individual e coletivamente, a mesma experiência humana, pertence às ilusões do passado. Se seremos ou não, capazes de fazer também das nossas mentes, dos nossos afetos e emoções, das nossas necessidades espirituais, um terreno de experiências de mudanças, é o desafio que devemos enfrentar” (MELUCCI, 2001,p.11)

Podemos inferir que o CRIA desenvolve a formação de jovens e adolescentes com vista a desenvolver tais mudanças. Assim, o CRIA pode ter seu perfil definido atuação através das características dos novos movimentos sociais, que segundo Santos, B. (2001) lutam pela emancipação não só política, mas antes, pessoal, social e cultural, pois as formas de opressão e de exclusão contra as quais esses movimentos lutam não podem, em geral, ser abolidas com a mera concessão de direitos.

O MOC tem uma concepção de formação e atuação vinculada, como já mencionado, às formas mais institucionalizadas, conservando, ainda, uma influência das formas tradicionais de atuação. O MOC, ao longo da sua história, desenvolveu e continua desenvolvendo trabalho de assessoria e militância junto a movimentos tradicionais (partidos, sindicatos e movimento agrário), voltado para a mobilização de base sindical, ocupação de espaços decisórios de forma objetiva, organização racional, tratando diretamente as questões da juventude, priorizando temáticas mais “importantes” como agricultura familiar, geração de renda como exemplo. Neste trabalho essa linha de atuação será denominada de *hard*.

[...] um pouco assim não a carece completa, absoluta, clássica, mas o conservadorismo em alguns assuntos, e assim o MOC também é uma entidade que assim, agricultura familiar, geração de renda, são temas mais pesados eu diria assim, são temas não é nem mais complexos, mas a juventude por exemplo não conseguem pautar dentro do MOC, por exemplo, cultura, arte, lazer [...]por que as pessoas não privilegiam determinados temas como sendo temas mobilizantes, interessantes, tal e tal. Aqui você vai encontrar nos especialistas do crédito fundiário, acesso a terra, mobilização política, conselho, mas na hora que for partir pra mexer com a turma, interagir com as turmas (Entrevista 03 - MOC, 2007).

A tônica *hard* vai marcar o perfil dos jovens participantes do projeto, como também, suas ações. Ou seja, elas são focadas prioritariamente na atuação nos espaços públicos institucionais, formais, através de discussões das demandas da juventude:

[...] aqui no MOC quando se fala de cidadania ativa, a gente está falando, sobretudo da cidadania que existe pautada pela legislação, com todo o arcabouço da legislação, mas, sobretudo pela participação daqueles públicos prioritários com os quais a gente está trabalhando, nos canais legais e/ou legítimos de participação política, por exemplo, cidadania ativa, é jovem participando de conselhos, é jovem participando da associação, participando do sindicato, participando das cooperativas (Entrevista 04 – MOC, 2007)

Esses elementos serão fundamentais para a compreensão das formas de participação desenvolvidas por cada ONG os quais retomaremos no capítulo que sucede.

Um dos princípios norteadores dos projetos aqui analisados é o da autonomia entendida como um processo de emancipação. Segundo Melucci (2001), as sociedades complexas, de alta densidade de informação, requerem uma crescente autonomia dos elementos que as compõem: indivíduos e grupos devem funcionar como terminais confiáveis e capazes de auto regulação, e por isso, estimulados a desenvolver habilidades formais de aprendizagem e de ação.

Nesse sentido, o MOC e o CRIA englobam no seu discurso a necessidade dos jovens do projeto atuarem no sentido de preservar e desenvolver a autonomia. Nesse contexto, citam algumas experiências que evidenciam essa proposta.

A partir dos grupos do CRIA surgiram grupos de jovens organizados e institucionalizados que já captam recursos para dar andamento a projetos próprios em suas comunidades. Outro resultado foi a mobilização de jovens do CRIA que,

junto com a comunidade, acionaram o poder público reivindicando a construção de uma escola de nível médio para o bairro e obtiveram sucesso no atendimento da demanda. O CRIA passou a prestar assessoria a estes grupos.

O MOC nos apresenta a AMACC – Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura, localizada em Retiroândia, como um dos principais exemplos de autonomia dos jovens. A AMACC é fruto do primeiro projeto com juventude do MOC (o PJC). Os jovens deram continuidade ao projeto, captaram recursos próprios e institucionalizaram-se em 2006. O MOC (com assessoria para projetos) é um, entre os vários outros parceiros, da AMACC. Tem uma rádio comunitária móvel, que transmite, ao vivo, encontros e eventos de movimentos sociais, fazem jornais para distribuição e gravam CDs.

Há também vários resultados de desenvolvimento sustentável, fruto da própria iniciativa dos jovens, o que chamam de empreendedorismo juvenil.

A experiência hoje de Nova Fátima de juventude são as meninas do coletivo de jovens que fazem os beijus recheados e vendem no município, conseguiram apoio da comunidade pra comprar o forno, comprar o botijão, montar a barraquinha, então estão lá vendendo, ganhando dinheiro com isso, surgiu iniciativa de empreendedorismo na linha de corte e costura, então os jovens que sabem fazer isso estão lá já produzindo seus materiais, jovens que passaram também a fazer iniciativa de lanchonete, agora mesmo foi um projeto aprovado que a gente ajudou a bolar de jovens, de lanchonetes que lá em Pé de Serra não tinha lanchonete, não tem um espaço pra juventude (Entrevista 02 - MOC, 2007).

Em todas as conversas informais com os participantes do Coletivo de Jovens, ao serem indagados sobre o que o MOC era para eles, todos responderam que o MOC era um *pai*. Tal resposta, ao mesmo tempo em que reflete a contribuição que o MOC teve na formação desses jovens, remete também a uma idéia paternalista, o MOC sendo o grande protetor, evidenciando uma relação de tutela. Os grupos de jovens recorrem, previamente, ao MOC para discutir, antes de uma tomada de decisão (elaboração de projetos, ações, parcerias etc.).

Para a tomada de decisões, elaboração de projetos, organização de ações Não poderia ser diferente, pois, os movimentos e sindicatos sempre recorrem ao MOC,

para orientações de vários âmbitos, técnicos, jurídicos etc. É evidente a concentração do conhecimento técnico nas mãos do MOC na região:

[...] porque senão eu vou tirar a dependência do estado, da prefeitura e vou colocar no MOC. Se o MOC sair de lá hoje, hoje eu não diria porque já tem organizações que o MOC ajudou, de pólos sindicais, de associações, hoje a dor não seria tão grande, mas há uns cinco anos, aí começou a trabalhar com essa coisa de política pública, de autonomia, mas é um baque pesado. A idéia de participação pra mim é o elemento chave da autonomia, então você participa tem que ter autonomia de escolha, essa coisa da oportunidade, eu tenho que ter oportunidade e não como favor, o tempo foi seu mas a participação tutelar não é participação, ou ela tem o caráter de fazer as coisa com responsabilidade é claro, eu acho que a gente ainda está recente nessa coisa de cidadania, de participação (Entrevista 03 – MOC, 2007)

Ao discutir autonomia dos movimentos e projetos, fica claro, nas falas, que ainda que o MOC já tenha trabalhado por muito tempo com determinada organização ou grupo, estes estão constantemente recorrendo ao MOC para assessorá-los, evidenciando uma *dependência* técnica:

[...] é capacitar, sair, dar uma consultoria durante tempo, a gente imagina que nós íamos trabalhar com esse grupo durante X tempo daí dentro tinha uma autonomia pra seguir, então vimos que isso não é realidade, a conjuntura mudando, novas demandas vão surgindo e eles vão precisando de novas consultorias, passa a dominar uma gama enorme de temáticas, de discussões surgindo novos desafios a partir das novas conjunturas que vão sempre precisar ter um MOC ou alguém parecido pra ajudar, Até pela especialização (Entrevista 01- MOC,2007)

Internamente, no MOC, também se evidencia um centralismo do saber técnico e de liderança no MOC. Ainda que as decisões internas, na maioria das vezes, sejam tomadas através de instâncias nas quais cada núcleo tem uma representação e poder de voto, há uma concentração de poder nas mãos das pessoas que são referências na organização. Estas têm liderança e experiência na organização, não havendo no momento de discussão, um embate direto com os mesmos, gerando uma assimetria interna no âmbito das decisões. Destacando que, essa assimetria não se evidencia através de procedimentos hierarquizados da organização, mas como representação de poder e conhecimento que repousam nesses indivíduos.

Existem integrantes do MOC que são tidos como “pilares” da organização, que representam competência técnica, compromisso institucional e fontes de poder. As

decisões e diretrizes estão concentradas nas mãos desses indivíduos por falta de um posicionamento mais dialógico dos integrantes mais recentes da organização.

Nesse âmbito há um ponto de tensão quando ocorre a saída de uma ou algumas dessas figuras da organização, pois, se esses são tidos como “pilares”, ao saírem deixam alguma lacuna. A incorporação pela sociedade política dos militantes dos movimentos sociais, após a luta pela redemocratização do país, foi um fator de preocupação para os movimentos (DOIMO, 1996).

Hoje, com a nova conjuntura política da Bahia, essa preocupação parece se repetir. A incorporação de técnicos do MOC¹⁹ na esfera política estatal, apresenta dois lados: um lado é considerado positivo, segundo depoimentos, pois marca a ocupação de espaços de decisão por sujeitos engajados na causa da região; por outro lado, gera *preocupações*, tanto no interior da organização quanto na comunidade como um todo, pois a saída desses sujeitos é tida como uma possibilidade de enfraquecimento ou interrupção de projetos. A saída dessas pessoas representa, para muitos, o esvaziamento da organização, pois, elas têm como qualidades tanto o perfil de liderança quanto a competência técnica, haja vista o não vislumbre de outra pessoa *tão competente quanto* para assumir e dar continuidade ao trabalho. Evidencia-se, assim, a questão do centralismo técnico do MOC.

O MOC atualmente não desenvolve nenhum programa de estágio, como também não há a prática de incorporar ao corpo técnico pessoas que participaram da formação do quadro técnico da organização. Entretanto, muitos dos jovens que participaram da capacitação do MOC foram incorporados pelas entidades ou pelo poder público.

Nesse sentido, podemos retornar à celeuma na questão do envolvimento do MOC e de seus técnicos com o governo, principalmente agora com o governo petista também no Estado da Bahia. Em encontros, entrevistas, programas de rádios com

¹⁹ Dou final de 2006 até março de 2007 saíram 3 técnicos do MOC para ocupar cargos tanto na esfera Estadual como para a municipal do Estado da Bahia.

representantes do MOC há sempre a afirmação que o MOC não é governo, não é Estado, como já mencionado. É necessário, portanto, estar atento para essa relação, pois, como afirma de Gohn “os movimentos não devem se diluir no interior de um aparelho burocrático institucional, porque suas tarefas são mais amplas. Um movimento não se esgota numa secretaria governamental. Se o movimento se reduzir a isto, ele morre”. (GOHN, 1997, p.136).

Dagnino (2002) chama a atenção para o risco das ONGs que sustentam projetos políticos que vão além da sua própria sobrevivência, de serem cooptadas pelo Estado, gerando a perda de autonomia, tornar-se uma organização mais técnica e menos política, além do risco da ausência de relações mais igualitárias e da subordinação aos propósitos e necessidades dos governos.

Assim, as críticas e preocupações em torno do MOC não são infundadas, sendo necessário de fato, uma atenção às práticas e estratégias utilizadas pela organização com vista a verificar a aproximação ou a já existência dos riscos analisados por Dagnino. Como forma de enriquecer a compreensão da pesquisa faz-se necessário verificar tais questões, também, na perspectiva do CRIA.

O CRIA tem uma política de incorporação de jovens egressos dos seus projetos, através do programa de monitoria que busca dar continuidade a formação dos mesmos, com vista em um possível aproveitamento no corpo técnico. Cabe destacar que dois dos entrevistados foram jovens que participaram da formação, foram monitores e hoje são coordenadores pedagógico de projetos. Em termos técnicos não se evidencia um centralismo. A monitoria e a assistência pedagógica contribuem para que a execução do projeto não fique centrada nas mãos dos coordenadores. Alguns monitores representam o CRIA institucionalmente em espaços públicos como os Conselhos.

A questão do atrelamento da organização com a sociedade política não constitui um ponto de problematizações no CRIA. A questão partidária não tem centralidade como elemento constituidor da ideologia institucional. Não aparece no discurso, uma afirmação de ser ou ter tendências de direita, centro ou esquerda. O CRIA, desde a

sua origem estabelece parcerias com o Estado e seus organismos, contudo mantém a sua autonomia.

Em discursos, foi evidenciado um episódio de não aceitação de projetos do Governo, pois feria a prática organizacional:

Do governo não, a gente está avaliando dois projetos agora pra ver como a partir desse novo governo que entrou aí,[...] teve até um convite pra executar projetos do governo, mas não tinham equipe, não comungávamos da mesma ideologia , então não valeria a pena só por causa do recurso, [...]é muito complexo. [...] Nós acreditamos num processo formativo que busque trabalhar independente do número, com a qualidade, então pra gente não importa se a gente vai trabalhar com dez e esses dez vão se sentir politizados, empoderados pra poder mobilizar mil, então se não me falha a memória na ocasião tinha uma proposta de fazer um trabalho formativo que não atendia as bases daqueles valores daquelas ideologias iniciais que a gente acreditava então como a gente não comunga dessa lógica a gente claramente agradeceu o convite, agradeceu a pessoa que nos indicou e falou que nós não aceitaríamos porque fugia da nossa proposta de educação, fugia da nossa proposta de cidadania que a gente acredita e a vida continuou. Então, nós temos tido total autonomia pra manter o trabalho e fazer aquilo que a gente acredita (Entrevista 02 – CRIA, 2007)

Conforme as planilhas de custos as quais tivemos acesso (anos de 2004 e 2005), os recursos advindos do Estado corresponderam respectivamente a 9,5% e 11% do total. Em entrevista foi afirmado que, atualmente, 80% dos recursos são advindos de agências internacionais e o restante são recursos governamentais, que financiam projetos pontuais.

Nesse sentido, podemos verificar que há relações bastante distintas entre o Estado e instituições tradicionais em cada uma das organizações. Como foi explicitado, o MOC estabelece uma relação bastante estreita com as entidades sindicais, os partidos e o governo. O MOC apresenta explicitamente uma identificação partidária com as frentes mais à esquerda. Contudo o MOC deixa claro que, durante a formação, se desenvolve o esclarecimento político, no sentido de compreender (de acordo com a ótica do MOC) cada tendência, as quais ideologias elas estão vinculadas, mas não há uma formação de identidade política direcionada a algum partido. Fica a critério de cada um a escolha partidária.

O CRIA, nesse sentido, tem uma relação de afastamento. De acordo com os dados, o CRIA não se relaciona diretamente com nenhum sindicato, não apresenta uma relação estreita com o governo e não explicita nenhuma identificação partidária. Ao ser questionado sobre a identificação partidária, foi obtida a seguinte resposta:

Não. O CRIA não é vinculado a nenhum partido. [...] A gente mostra qual é o papel destes atores políticos que representam a população. Mas assim, a gente não discute o que é o PT o que é o PSDB, o que é não, cada um monta a sua militância política partidária como achar melhor. (Entrevista 01 - CRIA,2004)

É importante destacar, que o “afastamento” do CRIA dessas esferas se dá no âmbito interno. Ou seja, não há uma influência direta dessas esferas na constituição das diretrizes institucionais. Tal característica é vinculada aos chamados novos movimentos sociais que, segundo Santos (2001), “mantêm uma distância calculada, simétrica da que mantêm em relação aos partidos e aos sindicatos tradicionais” (2001, p.261). Contudo, em termos de diálogo, foco de atuação e deliberações, o CRIA estabelece estreitas relações com os governos.

É importante destacar esta questão do CRIA pois, conforme Nogueira (2005), há dois tipos de gestão participativa: a gestão participativa que se ‘despubliciza’ por não ter o Estado como referência; e a gestão participativa promovida pelo Estado, mediante iniciativa governamental ou direcionada ao Estado. Tomando como referência essa distinção, a primeira versão da gestão participativa não se aplica a nenhuma das duas organizações aqui estudadas.

Entendendo a participação como recurso estratégico do desenvolvimento sustentável e da formulação de políticas públicas, ela não tem um valor em si mesma, mas sim, na medida em que fornece sustentabilidade ao sistema democrático. E, nesse sentido, a sociedade civil não pode estar “de costas” para o Estado. Ela precisa estar politizada e se integrar com a sociedade política (Linz e Stepan, 1999; Nogueira, 2005). Habermas (2004) afirma que os espaços públicos seriam estruturas mistas nas quais se encontra a sociedade civil, mas de modo vinculado ao Estado.

Assim, podemos afirmar que não é “de costas” para o Estado que o CRIA está. Muito pelo contrário. Desde início da sua atuação, o CRIA se relaciona diretamente com o Estado, e ao longo dos 14 anos de experiência, cada vez mais, o CRIA vem atuando nos espaços formais de decisão. Entretanto, não há uma permeabilidade dessas instâncias no interior da organização, questão que se dá de forma totalmente distinta no MOC (conforme apresentado acima).

Nesse sentido, acreditamos que as questões citadas no início do capítulo são decisivas para essa distinção; a questão de serem duas organizações que surgem em conjunturas sócio-políticas e contextos históricos significativamente diversos e a esfera de atuação de cada ONGs, no rural e na urbana. Assim posto, verifica-se que estes são elementos que marcam as estratégias metodológicas de ação de cada organização: o CRIA com o método da sensibilização pela arte e o MOC com a tônica *hard*, mais direta e objetiva.

É profícuo ressaltar que esses métodos não são excludentes. Tanto o CRIA atua fortemente em canais institucionalizados e formais, em discussões em arenas públicas de decisão como também o MOC utiliza algumas estratégias de sensibilização, ainda que de forma “tímida”.

Os quadros de análise, que veremos a seguir, contribuem para verificarmos mais nitidamente os elementos priorizados nos discursos de cada organização para a formação do jovem para a cidadania. Como também evidenciam os pontos convergentes e distintivos entre as organizações.

O quadro a seguir refere-se à concepção de cidadania. Através das falas extraídas das entrevistas e documentos destacamos (por meio de grifo) conteúdos que colaboraram para classificar o discurso dentro de uma ou outra perspectiva de cidadania, conforme os indicadores definidos no quadro 3. O mesmo procedimento ocorreu com a perspectiva de participação (quadro 6). Frisando, mais uma vez, que os quadros de análise não representam todos os dados que foram analisados, é apenas um recorte ilustrativo da metodologia utilizada.

QUADRO 5 - ANÁLISE DOS DADOS – CLASSIFICAÇÃO POR INDICADOR PERSPECTIVA DE CIDADANIA

Legenda²⁰

TD – Cidadania Centralizada na Titularidade de Direitos;

VC – Cidadania Centralizada nas Virtudes Cívicas

CGP – Cidadania Centralizada na Co-Gestão Pública

INDICADORES DE CIDADANIA	TRECHOS DE ENTREVISTAS E DOCUMENTOS DO MOC E DO CRIA / CONTEÚDOS
CGP2	Bom existe vários usos de cidadania, a gente tem tentado trabalhar com o que a gente chama[...] que não é uma conceituação das mais apropriadas pra conceito de cidadania ativa , que não é cidadania ativa, que é aquela cidadania não dos direitos pelo direito , porque direitos pelos direitos, embora muita gente não tenha, é algo interessante, rico, maravilhoso, mas que ainda deixe muito a desejar no sentido da proatividade , quando a gente está falando aqui no MOC de cidadania ativa a gente está falando, sobretudo da cidadania que existe pautada pela legislação , com todo o arcabouço da legislação, mas, sobretudo pela participação daqueles públicos prioritários com os quais a gente está trabalhando, nos canais legais e/ou legítimos de participação política , por exemplo, cidadania ativa, é jovem participando de conselhos, é jovem participando da associação, participando do sindicato, participando das cooperativas, ou em outros segmentos, outros tipos de organizações que não essas formais (Entrevista 03 - MOC 2007)
VC1, VC3	Educação pra valores , o que é educação pra valores? É você trabalhar com esses jovens, questões de cidadania, questões de responsabilidade, questões de ética , enfim é você trabalhar um pouco aquilo que as organizações não governamentais não chamam de educação para valores, mas que são alguns dos rudimentos que pelo menos questões base, chave pra você trabalhar com qualquer tipo de público, solidariedade, cooperação e cooperativismo, gênero, ambiente, e educação de qualidade , enfim trabalhar um pouco como a gente pode chamar esse feijão com arroz, esse kit que muitas organizações.(Entrevista 03 - MOC,2007).
VC2 / CGP1	Os valores da convivência, da alteridade, da identidade inclusive pessoal e coletiva, do diálogo, são esses valores mais assim de convivência grupal e também de formação pra cidadania, pra não se tornar um cidadão não só pra fazer trabalho que saiba gerar renda mais também saiba se comportar dentro de uma orientação, um princípio ético muito mais ético e moral do que correção é pra nessa perspectiva de cidadania (Entrevista, 02 – MOC, 2007)
CGP1	[...] participar mais ativamente dessa história, seja através dos canais que já existem que são colocados nesses mais representativos da legislação brasileira , sejam outros também que a gente crie, que a gente referende, que a gente busque, participe também, é um pouco isso, não é bem um conceito, é mais uma noção que um conceito. (Entrevista 03 – MOC, 2007).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004-2007.

²⁰ Ver legenda detalhada quadro p. 25

INDICADORES DE CIDADANIA	TRECHOS DE ENTREVISTAS E DOCUMENTOS DO MOC E DO CRIA / CONTEÚDOS
TD 1 CGP6	[...] olhe cidadania na legislação 88 na questão da representatividade , tal, então tem lá conselho de direito da criança e do adolescente, é canal de participação política onde se exerce a cidadania ativa , pronto vai ter um módulo que vai falar disso, é isso, então com certeza aqui no MOC (Entrevista 02 – MOC, 2007).
CGP3 CGP4	[...] como é que participam, quais são os canais, por exemplo, como é que participa do orçamento aí vem todo o processo de LDO, discussão , até quando dá pra constituir emenda, como é que apresenta emenda, como é que participa, qual é o papel da associação, de sindicato, de não sei o que lá na LDO, depois disso, na LOA, no orçamento, no PPA , então assim, isso é o que a gente entende grosseiramente por cidadania ativa. Uma participação qualificada, efetiva, organizada no nível do possível, nesse espaço de decisão . (Entrevista 02 -MOC,2007)
VC2 VC3 TD1	[...] não perderam esse veio de participação social, comunitário , então o próprio trabalho que a AMACC realiza, como rádio comunitário, desenvolve trabalhos voluntários , você tem jovens que embora estejam em rádio comercial, mas que dentro da rádio comercial introduz a questão de debates sobre temas de cidadania, direito público ...voltado pra formação de jovens e qualificação profissional na área de rádio e jornalismo, mas embutida a isso tinha políticas pública, movimento social, identidade de gêneros, valorização da cultura local, desenvolvimento local sustentável ,[...] (Entrevista 02 – MOC, 2007)
CGP1 CGP2	[...], então hoje o CRIA trabalha com um modelo de gestão que inclui a participação e representação também dos [...] jovens nos espaços de decisão . Então, a gente faz uma reunião semanal do conselho de planejamento, e nessa instância de gestão onde a gente define as diretrizes, os posicionamentos políticos a maneira de interlocução nos espaços de gestão e formulação de políticas públicas e os jovens fazem parte com a instância maior de decisão. (Entrevista 01 – CRIA, 2004)
TD4 TD5	[...] estes projetos são ligados com o objetivo maior do projeto institucional que o fortalecimento no sistema de garantia de direito das crianças e do adolescentes , eles estabelecem qual é o problema que eles podem ajudara resolver qual é o foco desse problema, se é saúde, cultura, se é proteção especial, que são as diretrizes do Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente , [...] (Entrevista 01 – CRIA, 2004)
TD1 TD9	[...] sujeito de direito , e aí eu estou falando de todos os ser humanos, não só ter um registro, de jogar lixo no chão, mas é uma coisa muito maior, é você ter seus princípios, ter sua dignidade respeitada, ter seu direito de ir e vir, ter o direito a saúde a educação , ter uma série de coisas e a partir desses direitos você pressupor que você também tem deveres , mas essa noção de dever ela vem muito mais da sua consciência de que você é cidadão, de que você é sujeito de direito (Entrevista 03 – CRIA,2007)
VC7 VC2	Valores da participação que é primordial, valores do respeito , da solidariedade mesmo, valores do respeito às diferenças , não tem como trabalhar na comunidade se você não conseguir agregar e além de agregar você não conseguir respeitar as diferenças , por que isso é obvio as pessoas não são diferentes em momento nenhum, nas suas manifestações elas não são iguais, então são esses os princípios. (Entrevista 03 – CRIA,2007)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004-2007.

INDICADORES DE CIDADANIA	TRECHOS DE ENTREVISTAS E DOCUMENTOS DO MOC E DO CRIA / CONTEÚDOS
CGP7	[...] a linha de militância de participação políticas enquanto espaço de controle social , que é quando eu começo a enveredar nessa história de políticas públicas que agente chama de espaço de gestão, formulação e controle de políticas públicas , que é onde o movimento social busca se organizar e buscar a questão do controle social .(Entrevista 04 – CRIA, 2007)
VC2	[...] valores que sinalizam que sim é possível sim você ser honesto , num país em que as pessoas invertem os valores , hoje em dia se você acha uma coisa e devolve todo mundo fala:[...] valoriza a questão da educação pública, valoriza a saúde pública como um direito do cidadão e um dever do estado , então são alguns princípios que agente busca construir esse sentido com eles, não é nem passar isso pra eles é construir o sentido disso na vida deles, que significado isso tem na vida deles [...] (Entrevista 02 – CRIA,2007)
CGP7	[...] participar politicamente é isso, política não e só pra político isso é um equívoco, porque ai você esta falando de política partidária, mas participação política é você acompanhar em quem você votou , vê se ele esta cumprindo o que ele prometeu que ia fazer, então hoje a gente já consegue assim olha a gente conseguiu sentar com o secretario de educação. (Entrevista 02 – CRIA,2007)
CGP7 CGP3	[...] a linha de militância de participação políticas enquanto espaço de controle social , que é quando eu começo a enveredar nessa história de políticas públicas que agente chama de espaço de gestão, formulação e controle de políticas públicas , que é onde o movimento social busca se organizar e buscar a questão do controle social . (Entrevista 04 – CRIA, 2007)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004-2007.

O primeiro ponto analisado, comum a todas as entrevistas, das duas organizações, foi o reconhecimento da dificuldade em definir cidadania. Eles reconhecem a complexidade do termo, a multiplicidade de significados e a dificuldade de defini-la, recorrendo à enumeração de diversos elementos que a compõem. Podemos afirmar que a falta de uma definição precisa de cidadania seja fruto, justamente, da polissemia do termo, o que evidencia as múltiplas facetas do termo. Afirmando não ter nenhuma orientação teórica, sendo que, a idéia adotada de cidadania foi constituída a partir da vivência da organização.

A idéia de uma cidadania tutelada/regulada é rejeitada no discurso das duas organizações. Ao longo da análise dos dados, o Estado não aparece como o grande provedor da cidadania ou como o único responsável pelas transformações necessárias para a melhoria de vida da sociedade.

De forma geral, analisando os discursos do MOC e do CRIA, evidencia-se uma convergência significativa da maneira de compreender a cidadania e o ser cidadão. A polissemia do termo parece *desaparecer* ao se confrontar o discurso das duas organizações. Nesse sentido, apesar de contextos e trajetórias históricas distintas, o veio condutor coincide, convergindo para a idéia de cidadania ativa. Entretanto, serão as estratégias priorizadas para a efetivação da cidadania ativa que se apresentam como fator distintivo.

A luta por direitos foi um dos pilares da organização da sociedade civil e da emergência de diversos movimentos sociais nas décadas de 70/80, fundamentada no reconhecimento dos indivíduos como sujeitos de direito. Como afirma Dagnino (2002), o fator elementar para a existência da sociedade civil é “a vigência de um conjunto de direitos, tomados como parâmetros básicos da convivência em sociedade” (p.10). Tal concepção aparece nos discursos das organizações aqui estudadas. São os primeiros elementos reportados nos discursos.

Evidencia-se, assim, que tal referência permanece de forma marcante, pois, ao longo dessas décadas, a ausência de equidade social e de justiça eficiente continua sendo fatores caracterizadores da sociedade brasileira. Contudo, a forma de compreender a questão dos direitos toma uma nova roupagem. Para além da efetivação dos direitos já constituídos, há a referência da criação de novos direitos que reflitam a diversidade social existente – o direito à diferença, à singularidade. É o reconhecimento que o todo social não é homogêneo e da necessidade da elaboração de direitos que abranjam essa dimensão.

A questão dos direitos, do reconhecimento do sujeito portador de direitos, requer hoje a participação efetiva desses sujeitos para que os mesmos sejam efetivados. Para tanto, a questão dos direitos se apresenta, na concepção dessas organizações, fortemente atrelada à idéia da cidadania ativa, ou seja, à idéia da necessidade da participação efetiva dos cidadãos, para que, além da efetivação dos direitos conquistados, sejam constituídos novos direitos. Concomitante a isso está a necessidade de participação em espaços públicos de decisões.

A idéia de conquista de novos direitos está mais presente no discurso do CRIA. Assim, nesse sentido, o CRIA atua para além da defesa das regras do jogo democrático, reivindicando a criação de novas regras. De acordo com Santos, B. (2001), um movimento político exprime um conflito por meio da ruptura dos limites do sistema político, luta pela ampliação da participação nas decisões e se bate contra o desequilíbrio do jogo político que privilegia sempre certos interesses sobre outros.

De acordo com a análise das entrevistas e material impresso, ficou evidente, pela alta incidência, a fomentação de práticas e ações de cidadania ativa em ambas as organizações, sendo possível afirmar que a participação ativa é o viés central da formação para cidadania das duas ONGs. Trabalham na perspectiva de desenvolver a capacidade de interferir, introduzir mudanças na vida política que provoque a melhoria das condições de vida local.

QUADRO 6 - ANÁLISE DOS DADOS – CLASSIFICAÇÃO POR INDICADOR PERSPECTIVA DE PARTICIPAÇÃO

Legenda²¹

PA – Participação Assistencial

PCO – Participação Cooperativa

PC – Participação Cidadã

INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO	TRECHOS DE ENTREVISTAS E DOCUMENTOS DO MOC E DO CRIA / CONTEÚDOS
PC8	Tem também um eixo que a gente desenvolve, que chama de atuação política que é estarmos nos espaços de formulação e gestão de políticas públicas, como Fóruns, Conselhos, Comitês pra contribuir pra impactar estas políticas. Então tem representação de adultos e jovens no Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente, no Conselho Municipal, no Conselho Estadual de Direito, então a partir deste. CRIA é Conselheiro de Direito do Conselho Municipal, estamos ocupando a Câmara Técnica de Políticas Públicas e de Orçamento. (Entrevista 02 - CRIA, 2004)
PC8	Também entendendo que não só a atuação comunitária e o desenvolvimento dessas ações vão garantir a implementação dessas políticas , se a gente não tiver interlocução com os espaços que são os espaços legítimos de formulação políticas públicas nessa área. (Entrevista 01 - CRIA, 2004)
PC8	[...] representante do CRIA, no comitê estadual de enfrentamento a violência sexual , que é um comitê que vem buscando discutir essa questão da violência, da ênfase, da melhor visibilidade, construção dos planos municipais e estaduais de enfrentamento de que é uma diretriz que é importante que é demandado pelo plano nacional, [...] (Entrevista 03 – CRIA, 2007)
PC7	Espaços, tem algumas políticas que está sendo desenvolvida a nível federal que está tendo alguns impasses locais como o PPE que é o Programa de Prevenção nas Escolas , que desde o ano passado a gente tem buscado se inserir, [...] como representante, agora entraram duas jovens do CRIA que estão pautando as questões falando. (Entrevista 03 - CRIA, 2007)
PC1	MIAC era sediado aqui. e a idéia era que esta rede fosse estabelecendo vínculos entre as instituições , entre estes grupos multiculturais no plano de saúde e educação nessa perspectiva de fortalecer estes diferentes estados que na verdade constitui um sistema de garantias de direitos da crianças e do adolescente. (Entrevista 01 – CRIA, 2007)
PC1	[...] Encontro Sertão Brasil que é um encontro onde a gente reúne todas as comunidades , todas as cidades, e região metropolitana e representação dos Estados e a gente traz também representação do exterior, são 3 dias de encontro, que é um encontro de [...], mas também um encontro informativo que a gente desenvolve oficinas, tem produtos artísticos, [...]. (Entrevista 02 – CRIA, 2007).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004-2007.

²¹ Legenda detalhada ver quadro p.26

INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO	TRECHOS DE ENTREVISTAS E DOCUMENTOS DO MOC E DO CRIA / CONTEÚDOS
PC1	A pedagogia do CRIA contribui para articular redes de intercâmbio artístico-cultural pela promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes (processo de articulação do MIAC consolidou o CRIA como uma ONG de referência na articulação de redes de arte-educação pelos direitos da criança e do adolescente (Relatório Anual CRIA 2005 – Doc 03)
PC6	Se vocês quiserem assistir uma audiência pública na câmara de vereadores, na assembléia legislativa vocês podem, você não podem votar, vocês podem ter direito a voz e Às vezes o seu direito a voz pode mudar o voto, depende do que você fala, de como você fala, com quem você sensibilize, vocês tem que participar dos conselhos municipais, estaduais de educação, de saúde, de transporte, de alimentação, por que é previsto por lei, esse é um espaço de controle previsto na legislação, [...] (Entrevista 03 – CRIA, 2007)
PC5	Essa experiência revela elementos fortes de identidade política juvenil e de participação popular na definição de uma nova relação política com o poder público, com vistas à interferência orçamento público municipal . (MOC - Revista Souza Cruz – Doc 08)
PC1 PC5	A fim de superar a pouca qualidade da participação política da juventude, o Coletivo Municipal de Jovens de Candeal, região sisaleira da Bahia, mobilizou e articulou entidades parceiras e comunidades rurais para formulação e negociação de propostas comunitárias setoriais junto ao orçamento público municipal . (Entrevista 02 – MOC, 2007)
PC8 PCO3	participação daqueles públicos prioritários com os quais agente está trabalhando, nos canais legais e/ou legítimos de participação política, por exemplo, cidadania ativa, é jovem participando de conselhos, é jovem participando da associação, participando do sindicato, participando das cooperativas, [...] (Entrevista 04 – MOC, 2007).
PC2	A gente viu que a gente estava perdendo jovens pra um monte outras coisas, os jovens estavam indo pra outros lugares, os jovens que às vezes participavam de uma formação e de outra mas que a dimensão de juventude deles não era considerada [...] então tem que criar outras lideranças, formar lideranças pra isso, é importante constar [...] (Entrevista 02 – MOC, 2007)
PC5	Essa experiência revela elementos fortes de identidade política juvenil e de participação popular na definição de uma nova relação política com o poder público, com vistas à interferência orçamento público municipal . (Relatório Anual MOC 2005 - Doc - 05)
PCO3 PCO5	adaptado à realidade da juventude, então geração de trabalho e renda , a gente capacitou eles pra isso [...] como é que os jovens poderiam incorporar essa dimensão de empreendedorismo juvenil [...] por conta disso, desse trabalho surgiu a possibilidade de credito rural, surgiu experiência de jovens que estão desenvolvendo projetos produtivos na sua comunidade, na sua propriedade, na propriedade da família, [...] as meninas do coletivo de jovens que fazem os beijus recheados e vendem no município[...] conseguiram apoio da comunidade pra comprar o formo, comprar o botijão, montar a barraquinha, então estão lá vendendo. (Entrevista 02 – MOC, 2007)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004-2007.

INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO	TRECHOS DE ENTREVISTAS E DOCUMENTOS DO MOC E DO CRIA / CONTEÚDOS
PC2 PC6	O Coletivo mensalmente realiza reuniões para planejar e avaliar ações de mobilização, capacitação e participação da juventude nas entidades da sociedade civil (STR e Associações Comunitárias) e em sessões na Câmara de Vereadores . (Entrevista 02 – MOC, 2007)
PC5	Essa experiência revela elementos fortes de identidade política juvenil e de participação popular na definição de uma nova relação política com o poder público, com vistas à interferência orçamento público municipal . (Entrevista 04 – MOC, 2007)
PC3	Jovens e lideranças comunitárias formularam e negociaram projetos de iniciativa popular de agricultura familiar e habitação , junto às sessões de discussão e votação do orçamento público. (Relatório Anual MOC 2005 - Doc - 05)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004-2007.

Na categoria participação cidadã foi agregada a participação política. Destacamos que há uma valorização da dimensão política da participação, embora não haja um questionamento do poder ou das relações de dominação e hegemonia. As formas de participação desenvolvidas nesses projetos são caracterizadas pela participação cidadã e participação gerencial definidas por Nogueira. A participação cidadã se dedica a compartilhar decisões governamentais, garantir direitos e interferir na elaboração orçamentária e de políticas públicas. A participação gerencial ou de gestão ela se constitui no seio da participação cidadã.

A participação gerencial orienta-se pela idéia de política como ‘troca’ entre governantes e governados, uma interação cooperativa, que traz vantagens eleitorais para os governantes e sucesso no atendimento de demandas dos governados (NOGUEIRA,2005). A polissemia do termo cidadania não se confirmou por meio dos conteúdos presentes nos discursos, se revelaram bastante semelhantes. Porém, os caminhos concebidos para a realização da participação cidadã são distintos e variados. Ou seja, os conteúdos são similares, entretanto a forma de colocá-los em prática são bastante distintas.

Como já referido acima, as distinções repousarão em torno das estratégias metodológicas e de ação priorizadas por cada organização, o viés da sensibilização

pela arte do CRIA e a tônica *hard* do MOC. Podemos verificar essa distinção através da análise de Melucci (2001), quando afirma que os movimentos sociais contemporâneos se apresentam como redes de solidariedade com fortes conotações culturais e precisamente estas características os diferenciam mais claramente dos atores políticos ou das organizações formais.

É possível inferir que isso se dá tanto pela história da própria organização, como também pelo contexto rural ou urbano. No meio rural, a atuação dos STRs (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) tem grande centralidade. É através dos sindicatos que os pequenos agricultores se articulam, se mobilizam, captam recursos, têm acesso ao crédito. Portanto, o sindicato é a entidade que legitimamente representa os trabalhadores rurais. São entidades de tendências tradicionais, com centralismo de poder e manutenção de práticas tradicionais.

Houve muita resistência dessas entidades para reconhecerem a juventude como sujeito com voz e ação, pois estes representavam uma *ameaça* às lideranças até então vigentes. O meio encontrado pelos jovens de dar voz à suas propostas e demandas foi ocupando esses espaços, se filiando e ocupando diretorias. Com vista nesse objetivo, os jovens passaram a participar oficialmente das associações comunitárias, como, também, buscaram a institucionalização de entidades de representação da juventude para se auto-representarem nos espaços políticos de discussão (os Coletivos Regionais da Juventude). Em alguns STR foram criadas secretarias de juventude, tendo um jovem à frente da representação:

Foi criada a Associação Comunitária de Limoeiro, de 2003, no município de Antonio Cardoso, surgiu a fim de contribuir de forma mais incisiva nas resoluções municipais, formando comissões para acompanhar as discussões dos Conselhos municipais, hoje têm direito de voz e voto. Tem jovem participando do Conselho do Desenvolvimento Rural Sustentável, Criança e Adolescente, Saúde e Assistência Social (Doc 03 - Revista Souza Cruz).

O MOC, segundo os dados, trabalha no sentido de criar uma identidade política coletiva da juventude, entendendo-a como sujeito social e político portador de demandas concretas e específicas, e que, para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam a estas demandas, é necessário que o próprio jovem esteja participando da construção desse processo. Para isso é necessário o

desenvolvimento de habilidades e capacidade organizativa, de negociação com vista a modificar comportamentos individuais e coletivos.

Podemos afirmar que para o jovem rural a participação institucionalizada e reconhecida nos canais legais e legítimos é essencial, pois é uma questão de *sobrevivência política* da própria juventude, daí a tônica mais *hard* no discurso do MOC.

O CRIA, também entende que os jovens precisam ocupar mais esses espaços, entretanto, ainda está criando estratégias para aumentar o número de jovens, que ainda é considerado pela organização, ainda pequeno. Nas comunidades é estimulada a articulação com as associações, mas não efetivamente a sua filiação a elas. Pensa-se numa mobilização através da sensibilização artística, a fim de criar uma identificação, como também uma aceitação dessa prática por parte de outros jovens. Cada jovem, ao ingressar no projeto, assume o compromisso de construir um plano de ação na sua comunidade.

[...] o projeto se desenvolveu a partir da formação dos jovens dinamizadores [...], então os jovens aprendem [...] a questão da comunicação, da articulação comunitária, da produção cultural e das políticas pública [...] os jovens passam por uma formação que a gente chama de planejamento e formação integrada..., é uma formação voltada para estes jovens e para os parceiros comunitários que eles integram o plano de atuação, então agora os jovens ao invés de desenvolver ações de multiplicação de forma aleatória [...] agora eles desenvolvem planos de atuação. Então a referência do espaço de atuação desse plano, é a comunidade onde o jovem mora, [...] Então hoje são vinte e sete planos de atuação, quer dizer, são 27 subprojetos, ... desse projeto institucional, todos estes projetos são *lincados* com o objetivo maior do projeto institucional que é o fortalecimento no sistema de garantia de direito das crianças e dos adolescentes. (Entrevista 01 - CRIA, 2004)

Através desses planos de ação, o CRIA classifica os tipos de participação dos jovens na comunidade a partir da dimensão e impacto dos planos de atuação confeccionados pelos jovens, os quais são definidos de acordo com o grau de entendimento político de cada um:

Do grau de entendimento político que você tem você e seu grupo tem, do grau de organização que esse grupo está, do grau de maturidade pra se articular com as potencialidades culturais da comunidade, do grau de diálogo e de entendimento da política vigente que você tem, por que as vezes acha que é só fazer uma carta e entregar o prefeito e acha que tudo

vai mudar, e não é assim, sem falar nas provocações que a gente faz o tempo todo pra que eles estejam ocupando os espaços formais de deliberação, de políticas públicas, [...] tem que participar dos conselhos municipais, estaduais de educação, de saúde, de transporte, de alimentação, por que é previsto por lei, esse é um espaço de controle previsto na legislação. (Entrevista 02 - CRIA, 2007)

A primeira classificação é de grupo comunitário, caracterizado pelo alto nível de articulação, mobilização e impacto na comunidade, no qual o jovem se agrega a outras lideranças comunitárias, faz um *mapeamento* do bairro a fim de identificar quais são os principais problemas e questões que afligem a comunidade. Esse tipo de ação corresponde, segundo os entrevistados, a cerca de 50% do grupo. A partir daí, ele vai atuar no sentido de mobilizar a comunidade para questões levantadas no mapeamento.

Dentre outros resultados, o CRIA destaca a ativação de Conselhos, eleição de representante do bairro para o Conselho de saúde, captação de recursos para efetivação de projetos e diálogo com o poder público. A segunda classificação é fundamentada na elaboração no plano de atuação, programado para o ano todo, com um foco da atuação dentro da comunidade, trabalhando com formações e atividades.

A terceira categoria envolve a ação pontual: é a atuação mais individual, como palestra na sala de aula, panfletagem de material educativo: é caracterizado pela falta de articulação e mobilização de lideranças e o jovem atua sozinho. Atentos a essas diferenciações de atuação, os próprios jovens, com o apoio do CRIA, resolveram criar o Grupo Gestor, que são encontros nos quais dois representantes de cada comunidade participam a fim de trocar experiências, mobilizar e articular uma comunidade com a outra, via rede, ver quais os pontos em comum existentes com vista a fortalecer aquelas comunidades que estão no nível de participação pontual.

Evidencia-se, assim, a importância do entendimento político para identificarmos a participação. Tal idéia se aproxima da afirmação de Nogueira (2005), que no mundo moderno, os grupos sociais seguem caminhos distintos traçados pelos diferentes

graus de consciência política e de atuação prática. Também Sartori (1994) afirma que, para uma democracia participativa não é suficiente opinião, é necessário conhecimento, que implica apreensão e controle mental sobre a informação, é a transformação da informação em conhecimento adequado, em compreensão dos problemas e suas interdependências complexas. Isso exige do cidadão um salto qualitativo, ao passar de uma democracia eleitoral para uma participativa. Nesse sentido, não só o CRIA, como também o MOC, visa formar os jovens para participar com entendimento do discurso e das práticas, para ter voz nos espaços públicos de decisão.

Em ambas as organizações a participação ativa é vista também como meio de resgate da identidade do jovem, guardadas as devidas especificidades. As organizações trabalham com a idéia de territorialidade, no sentido do desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao seu local de origem e ver nele o espaço no qual ele vai intervir e buscar as oportunidades. O valor da solidariedade e da justiça aparece de forma marcante, entretanto não há uma ênfase em conectá-las ao âmbito do cívico, e sim, no sentido dos “atores políticos se reconhecerem e serem reconhecidos como parte integrante da mesma unidade social.” (MELUCCI, 2001, p.35).

A falta de auto-estima é um dos grandes problemas enfrentados pelos jovens. Os jovens do CRIA oriundos, grande parte, do subúrbio de Salvador, vêm marcados de um estigma de ser suburbano, sendo o subúrbio identificado com a violência e a pobreza. São locais que carecem de espaços de lazer/arte, de emprego e de condições básicas de moradia. Sair destes locais é considerado pelos jovens uma grande oportunidade de ter uma vida melhor (ir para o centro ou áreas nobres da cidade).

De forma similar, os jovens rurais são estigmatizados como *matutos*, *da roça*, não têm perspectiva de renda e emprego, há a desvalorização do trabalho rural, falta de terra e de crédito. De um modo geral, o ensino na zona rural vai até o nível fundamental, sendo necessário se deslocar para o centro da cidade para dar continuidade aos estudos de nível médio, e, muitas vezes, a prefeitura não dá condições (transporte escolar) para tanto. A possibilidade de cursar o nível superior

é ainda mais “distante”, tanto pela distância propriamente dita, como também pela defasagem da formação desses jovens.

Também não tem opção de lazer, acesso às artes, esportes. Sair do município (para São Paulo, Salvador, para o Sul do Brasil), também se torna a grande possibilidade de ter uma vida melhor, digna, tanto para o jovem como para sua família, o que muitas vezes não se realiza. Ao sair da sua região, geralmente, os jovens deparam-se com uma realidade distinta, tão dura, quiçá, pior que o da roça. Chegam numa região nova, sem vínculos próximos e não encontram aquilo que buscavam: emprego e vida digna.

Diante dessa realidade podemos perguntar para quê participar? Por que participar? A idéia das virtudes cívicas não aparece no discurso das organizações, pelo menos concebida pela primazia do bem público sobre os interesses individuais. Isso talvez ocorra por remeter à uma idéia de “homogeneidade de interesses”, o que não se aplica às sociedades modernas democráticas, que pautam-se no pluralismo e na liberdade individual. Habermas (1994) critica a perspectiva republicana por considerá-la idealista, tornando o processo dependente das virtudes de cidadãos voltados ao bem comum, e conduzir os discursos políticos numa linha estritamente ética.

Ainda nessa perspectiva é a idéia do “interesse bem compreendido” entendido como “interesse individual definido no contexto das necessidades públicas gerais, o interesse que é esclarecido e sensível aos interesses dos outros” (Ivo apud Putnam, 1996, 102), que se revela na narrativa das organizações.

Tocqueville propõe uma idéia para realização da cidadania pautada nessas virtudes, não deixando de considerar o indivíduo. Ele compreende que a superação da dicotomia existente entre interesses privados e interesses coletivos só pode ser alcançada “por meio de uma prática social educadora que leva à transformação do egoísmo em um ‘interesse bem compreendido’” (Frey, 2000, p. 87) É através da integração entre interesse privado e interesse público que se gera o envolvimento da população na vida política.

Quem participa, procura projetar-se como sujeito que porta valores, interesses, aspirações e direitos; constrói, assim, uma identidade, formula uma teoria para si e traça um plano de ação (Nogueira, 2005). A idéia é educar para valores sociais de cooperação. É fazer o jovem compreender que a participação dele nos espaços de decisão é fundamental tanto para o seu, como para o desenvolvimento da comunidade.

O jovem participante dos projetos do MOC é levado a compreender que sua permanência e a sua atuação na sua região de origem é fundamental para a efetivação de projetos que impulsionem o desenvolvimento sustentável, o acesso ao crédito rural, meios pelos quais, ele e outros jovens poderão manter-se no meio rural, com qualidade de vida, com a possibilidade da criação de espaços de lazer, artes, emprego e renda.

Nos jovens dos subúrbios de Salvador participantes do CRIA é desenvolvida a compreensão de que a atuação dele no bairro de origem é o meio pelo qual será possível viabilizar a melhoria da qualidade de vida da comunidade, no sentido da diminuição da violência, de uma educação de melhor qualidade, ativação de postos de saúde, criação de áreas de lazer, emprego e renda.

Melhor do que ninguém, quem sabe das nossas demandas somos nós. Os jovens estão se organizando não apenas para reivindicar benefícios imediatos, mas também pensando no futuro. Estamos demarcando espaços para gerar trabalho e renda para todos. Pensar não só no jovem mas também na comunidade como um todo. (Jocivaldo egresso do projeto do MOC – Doc 03 / Revista da Souza cruz)

Para o MOC o grande resultado, para região, do trabalho com a juventude é o funcionamento dos Coletivos Municipais de Jovens e os Coletivos Regional da Juventude e Participação Social, entidades com identidade política própria, que atua em 22 municípios das regiões: do sisal e Vale do Jacuípe, semi-árido baiano, apoiados pelo MOC, Sindicato dos Trabalhadores Rurais,(STR's), Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/ CUT), Unicef e Pólos Sindicais. O Coletivo Municipal de Jovens foi criado em abril de 2004, constituindo-se como uma iniciativa voltada para organização e identidade política da juventude rural no município de Candeal. Inicialmente 15 jovens de comunidades rurais participaram de seminários

para discutir a realidade da juventude e, posteriormente, formaram o Coletivo, estabelecendo uma coordenação municipal e uma agenda de trabalho local. Integram os Coletivos de Jovens com ensino médio e fundamental incompletos, filhos/as de agricultores/as familiares e trabalhadores/as rurais sem terra. (Entrevista MOC)

Foi destacado nas entrevistas do MOC e do CRIA que esses jovens ou suas comunidade se tornam alvo de políticos que tentam cooptar esses jovens, ou utilizá-los como *cabo eleitoral*. As organizações, nesse sentido, demonstraram pouca preocupação em relação a isso, pois revelaram uma confiança na capacidade crítica dos jovens capacitados por elas.

Podemos afirmar que as duas organizações, ainda que de forma distinta, convergem para a formação para a cidadania ativa, valorizando a dimensão política da juventude. Entretanto é válido ressaltar que nos dados analisados não se evidencia um questionamento do sistema vigente, nem um caráter antagonista da participação juvenil. A cidadania e a participação estão direcionadas para a questão da ampliação do acesso a bens e serviços e a inclusão dos jovens ao sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conteúdos presentes nos discursos vinculados às idéias de cidadania e de participação das duas ONGs convergiram para um mesmo sentido. Destacou-se a idéia de participação cidadã, fundamentada na idéia de co-gestão dos negócios públicos, direcionada para que o indivíduo participe ativamente do processo político, busque conhecer e intervir nas esferas de decisão, tanto ocupando os espaços institucionalizados, como também, criando novas arenas de discussão.

A esfera pública é entendida como espaço do debate, local de disputa entre os princípios divergentes dos diversos atores sociais, de mediação entre os interesses particulares e o interesse geral, uma arena de discurso, realizando-se dentro de uma perspectiva emancipatória, contemplando procedimentos racionais, discursivos, no qual a sociedade civil se torna uma instância deliberativa e legitimadora do poder político, onde os cidadãos são capazes de exercer seus direitos subjetivos públicos. (HABERMAS, 1994).

A multiplicidade de concepção entre o CRIA e o MOC recai no âmbito da escolha das estratégias e caminhos para a realização da participação cidadã. O CRIA atua no viés da sensibilização, trabalhando mais diretamente com a questão da subjetividade do sujeito. No MOC, a *tônica hard* prioriza a relação direta com o poder público, tratando de forma mais objetiva as questões, considerando os canais institucionalizados o melhor meio para isso. Essa distinção foi compreendida como sendo um reflexo tanto da trajetória histórica de cada organização, como do campo de atuação.

Em torno do MOC revelaram-se, neste estudo, questões tais como autonomia das ONGs em relação ao Estado, a questão dos recursos, a atuação como sociedade civil (embate ou conciliação), práticas conservadoras (centralismo de poder, personalismo). Confirma-se assim, a idéia de que a relação entre as ONGs e o Estado é bastante delicada, exigindo cuidados e atenção.

No contexto do MOC identificamos traços da cultura política do personalismo e do centralismo de poder, demonstrando a dificuldade em romper com uma lógica tão enraizada no fazer político local. Entretanto, tais fatores não constituem obstáculos para deixarmos de considerar essas experiências como propostas de criação de novos comportamentos, da propagação de um germe inquietador, crítico de mudança de perspectiva frente a situação social e às estruturas de poder vigente. São propostas de incentivo a participação ativa, através do “interesse bem compreendido”, primando pela responsabilização do sujeito, tanto pelo seu processo individual quanto pelo processo coletivo.

Diante de algumas análises como a de Santos, W. (2006), que considera que a sociedade brasileira é caracterizada por uma inércia social, um imobilismo que se traduz numa resistência a mudanças bruscas, resultando em um nível de associativismo baixíssimo, principalmente no sentido de formulação de demandas, as experiências aqui analisadas se tornam exemplos de outro lado dessa mesma realidade.

A educação para cidadania do CRIA e do MOC revelam e valorizam a dimensão política da juventude, estes sendo considerados como atores políticos com identidades e demandas específicas. Inclui os jovens no processo de participação cidadã, entendendo-os como sujeitos constituídos por dimensões sócio-cognitivos-afetivos com potencialidades e capacidades para intervir e transformar, de forma eficaz, tanto sua dimensão individual como sua dimensão social e política, atuando de forma crítica, construindo sua autonomia como sujeito político. Os projetos aqui estudados desenvolvem capacidades e potenciais que fomentam os princípios de cooperação social, solidariedade e participação política. Fortalecem, assim, a identidade política da juventude.

Assim, se Santos, W. (2006) tem razão que a participação é resultado de um cálculo de custo e benefício, os jovens, das experiências aqui estudadas, parecem ver na participação muito mais benefícios que custos. Apesar da persistência de práticas e comportamento político conservador, não se pode negar que tais experiências contribuem para o fortalecimento da sociedade civil, a criação de uma identidade coletiva, solidariedade e para a democratização da política.

A Bahia, através desse estudo, confirma, assim, ser um laboratório para análise da possibilidade de convivência entre duas lógicas aparentemente antagônicas, mas que uma não inviabiliza a outra. Como afirma Souza, (2006), a adoção de práticas políticas conservadoras não impede a implementação de políticas mais universais e liberais (Souza, 2006).

O desenvolvimento do âmbito institucional por si só não foi capaz de efetivar uma democracia plena no Brasil. Mas, a existência de canais de participação para a sociedade civil proporcionados pela reformas institucionais requerem uma participação mais ativa dos seus cidadãos nos negócios públicos, sendo necessário para isso o desenvolvimento de uma cultura política pautada na participação ativa do cidadão.

Todavia, é necessário destacar que mudar uma cultura é um processo que se dá de forma lenta e gradual, pois, atua no plano das mentalidades. As experiências aqui relatadas em momento algum mencionam a contestação do sistema vigente. Destarte, estas experiências contribuem para criação de novos comportamentos, da propagação de um germe inquietador, crítico, uma participação no sistema vigente.

A participação nas organizações aqui estudadas, em síntese, é trabalhada no sentido do controle, consulta, negociação, co-produção, co-gestão, decisão, diálogo e colaboração junto às esferas públicas de decisão. No passado, os movimentos sociais concebiam a democracia participativa como uma política paralela de intervenção social, criando e mantendo novos espaços para a tomada de decisões pelas populações nos âmbitos que afetam diretamente as suas vidas.

Com um caráter mais conjuntural, a democracia participativa é para os movimentos sociais um processo político e social que se destina a criar um novo sistema de governo, múltiplo e sobreposto, que funcione através de uma participação e de um controle mais direto das populações envolvidas (SANTOS, 2002). A participação ativa pode vir a ser o meio pelo qual venha ser superada a lógica da clientela e do auto-interesse.

Assim, este estudo buscou descortinar a teia complexa que envolve cidadania e participação no universo das ONGs: evidenciando as redes de relação ampla e complexa do MOC e a forma sensibilizadora do CRIA fazer política, dentro do contexto político baiano. Se de fato, os brasileiros vivem entre o pessimismo desenfreado e surto de otimismo e esperança essas experiências, ainda que envolvam limitações e contradições, certamente contribuem para o segundo momento.

Só foi possível abrir uma pequena fresta de sol, pois o universo estudado e os dados coletados possibilitam enveredar por diversos outros campos, principalmente no que se refere ao o universo dos jovens que participam desses projetos, pois são esses que conferem ação ao discurso institucional, sendo este um campo vasto para a continuidade deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena. **Participação e organizações juvenis. Jovens e Juventude: Contribuições.** Recife: Projeto Redes e Juventudes, 2004.

ABRAMO, Helena. **A apatia da Juventude é um Mito.** Revista Juventude, n. 1, 1998.

ARISTÓTELES. **Política.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

AVRITZER, L. A. **Moralidade da Democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática.** São Paulo: Perspectiva, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977**

BAQUERO, M. (org.). **Cultura Política e Democracia: os desafios das sociedades contemporâneas.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

BENEVIDES, M. Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular.** São Paulo: Ática, 1991.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo.** 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Introdução a uma Sociologia Reflexiva.** In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Difel: Rio de Janeiro, 1989. Cap. 2. p. 17-58.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J.C. **A profissão de sociólogo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRUYNE, Paul. **O Pólo Teórico.** In: BRUYNE, Paul. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CARDOSO, Sergio. **Por que a República? Notas sobre o ideário democrático e republicano.** In: CARDOSO, Sergio (Org). **Retorno ao Republicanismo.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

CARVALHO, José M. **Cidadania na Encruzilhada**. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

CASTAGNOLA, J. L. **Participación y Movimientos Sociales**: notas sobre un debate conceptual y sus consecuencias políticas. Montevideo: Cadernos del CLAEH, 1986.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam (Coord.) **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006. 744p.

COHEIN, Jean L. **Sociedade Civil e Globalização: repensando categorias**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 3, 2003, pp. 419 a 459.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A ampliação da teoria do Estado e o Conceito de Revolução como Processo**. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **A Dualidade de Poderes**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAGNINO, Evelina. **Uma nova noção de cidadania**. In: DAGNINO, Evelina (Org) **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil, Espaços Públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades**. In: DAGNINO, Evelina (Org). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2005.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Demará: ANPOCS, 1995.

ECHEVARRIA, Jose M. **A Juventude Latino-Americana como campo de pesquisa social**. In: **Sociologia da Juventude I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FILHO, Rubem B. **Sentimento de Democracia**. Lua Nova – Revista de Cultura Política. Nº 59, 2003. p. 5-49

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade Moderna**. São Paulo: Pioneira Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

FRY, Peter. **Cor e Estado de Direito no Brasil**. In: MÉNDEZ, Juan e O'DONNELL Guilherme A. Pinheiro (org). **Democracia, violência e injustiça: o não estado de direito na América Latina**. Paz e Terra, São Paulo, 2000.

- GRANGER, GILLES-GASTON. **A Ciência e as Ciências**. São Paulo, Unesp, 1994.
- GIDDENS, A. "**Admirável Mundo Novo**". In. MILLIBAND, D. (Org.): **Reinventando a esquerda**. São Paulo: UNESP, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2007.
- HALL, Peter. A. & TAYLOR, Rosemary C. **As três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova Revista de Cultura e Política, n. 58, 2003.
- HABERMAS, J. **Direito e Democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. vol. II, caps. VII e VIII.
- HABERMAS, Jürgen. **Três Modelos Normativos de Democracia**. In: HABERMAS, Jürgen **A Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.
- HELLER, A; FEHÉR, F. **Ética da cidadania e virtudes cívicas**. In: HELLER, A. FEHÉR, F. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>> Acesso em 28/05/2007.
- INSTITUTO Credicar. **Sistematização das Aprendizagens da Primeira Edição do Programa Jovens Escolhas em Rede para o Futuro 2002-2003**. Disponível em: http://www.institutocredicard.org.br/pdf/texto_integral_de_sistematizacao_PJE.pdf. Acesso em: 05 de março de 2007.
- IANNI, Otávio. **O jovem radical**. In: **Sociologia da Juventude I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- IVO, Anete Brito Leal. **Sociedade e Política**. In: IVO, Anete Brito Leal. **Metamorfoses da Questão Democrática**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- LAHUERTA, M. **O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia**. In.: LAHUERTA, M & AGGIO, Alberto. **Pensar o Século XX: problemas políticos e historia nacional na América Latina**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

LAISNER, Regina. **Visões da democracia: o debate entre tradições e o caminho para um novo modelo.** São Paulo: II Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2000.

LEITE, Márcia da S. P. **Ser cidadão com qual cidadania? um estudo sobre paradigmas da cidadania na Filosofia Política Moderna.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política), IUPERJ. Rio de Janeiro, 1993. Orientador: Werneck Vianna.

LIMONGI, Fernando. **Prefácio In Poliarquia: Robert Dahl.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2005.

LINZ, Juan. & STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MANNHEIM, Karl. **O problema da juventude na sociedade moderna.** In: **Sociologia da Juventude I.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania e Classe Social.** In: MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, Classe e Status.** Rio Janeiro: Zahar, 1967.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria C. de Souza. **A análise dos dados em pesquisa qualitativa.** In: MINAYO, Maria C. de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **Relatório Anual do MOC.** Feira de Santana, 2002/2003/2004/2005.

NEVES, P. F. Dantas. **O Carlismo para além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite política estadual.** In: Souza, C; Dantas Neto, PF. **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Revan, 2006

NOBRE, Marcos. **Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução.** In: COELHO, V. S. e NOBRE, M. (Org). **Participação e Deliberação: teoria democrática e experiência institucional no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Editora 34, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PATEMAN, Carole. **Rousseau, John Stuart Mill e G.D.H. Cole: uma teoria participativa da democracia.** In: PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RAWLS, John. **A Justiça como Equidade.** In.: RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

RIBEIRO, Renato J. **Democracia Versus República: a questão do desejo nas lutas sociais.** In. BIGNOTTO, Newton (Org.). **Pensar a República.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 2001

SANTOS, Wanderley G dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.** 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SANTOS, Wanderley G. **Década de Espanto e uma Apologia Democrática.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SANTOS, Wanderley. **O Horizonte do desejo – privação, inércia e fracasso.** In.: SANTOS, Wanderley. **Horizonte do desejo – instabilidade, fracasso coletivo e inércia social.** 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SARTORI, G. **A Teoria de Democracia Revisitada.** São Paulo: Ática, 1994. v I.

SOUZA, Celina. **Instituições políticas estaduais em um contexto federativo: coalizões eleitorais e ajuste fiscal.** In: Souza, C; Dantas Neto, PF. **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Revan, 2006

SHUMPETER, Joseph A **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Zoar, 1984.

SOPOSITO, Marília. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação.** In: **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo: Anped, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo. **As Dimensões da Participação Cidadã.** In.: Cardeno CRH. **Salvador: Centro de Recursos Humanos/ UFBA, 1997. n. 26/27, p. 179-209**

TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo: Cortez, 2001

TEXEIRA, Ana C. C. **A Atuação das Organizações Não-Governamentais Entre o Estado e o Conjunto da Sociedade.** In.: DAGNINO E. (org). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TELLES, Vera. **Sociedade Civil e os Caminhos (incertos) da Cidadania.** In: Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 7-15, 1994.

TOCQUEVILLE, Aléxis A. D. **A Democracia na América.** Martins. Fontes: São Paulo, 1998.

TOURAINÉ, Alain. **O Que é a Democracia?** 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

TRINDADE H. **Construção da Cidadania e representação política: lógica liberal e práxis autoritária.** In.: BAQUERO, M. **Cultura Política e Democracia: os desafios da sociedade contemporânea.** Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1994.

VIANNA, Luis W. **Experiência Brasileira e Democracia** In: **CARDOSO, S.** In.: **O Retorno ao Republicanismo.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. **República e Civilização Brasileira.** In. BIGNOTTO, Newton (Org.). **Pensar a República.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Sociedade Civil no Espaço Público Democrático.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA²²

BLOCO 1 – Identificação Pessoal e da Organização

1. Nome / Ano que ingressou na Organização / Cargo / Função na Hierarquia
2. Objetivos Iniciais e Motivações.
3. Pessoas – Grupos envolvidos na fundação da Organização – Institucionalização (ong, associação???)
4. Bandeiras – Princípios e Ações, Área de Atuação / Principais parceiros
5. Como é a dinâmica de decisão interna? Com funciona? Planejamento das Ações, Divulgação, quem participa? (Vertical/Horizontal)
6. Articulação com os outros movimentos / Redes
7. Quais são os projetos da Entidade/ Atividades Desenvolvidas
8. Objetivo / Meta
9. Qual a Metodologia – Linguagem –Estratégias – por quê?
10. Como é mantida a Entidade
11. Como é compreendida a parceria com o Estado? Quem é o Estado para a Organização? Qual o papel do poder público? Qual a inovação dentro dessa relação?
12. Faz parte de algum Conselho

13. Qual o papel da Entidade na Sociedade

14. Como são vistos os partidos políticos?

15. Divisor de águas/Marco Conjunturais - Quais pontos centrais são considerados marcantes para mudança ideológica e de ação da organização desde sua criação até hoje? Quais são os projetos? Quando Começa a trabalhar com Jovens e por quê? Qual o papel do jovem na sociedade?

16. Qual estratégia é usada na concepção do projeto? Leva em consideração a necessidade da comunidade (de acordo com o que ela mesma acredita que seja necessário), se os beneficiários e participantes interferem na escolha das atividades e da forma de implementação das atividades, se há um comitê que faça a mediação entre os responsáveis pela experiência e os beneficiários e participantes.

BLOCO 2 - CIDADANIA

1. Conceitos predominantes nos Valores da Org Ativismo e democracia local; educação popular; empreendedorismo; protagonismo; descentralização política e administrativa; planejamento participativo; gestão democrática e governança; legitimidade política; economia solidária; associativismo, sustentabilidade, autonomia, capital social (cooperação, solidariedade, confiança, reciprocidade, etc.), etc. Como os conceitos iluminam a prática e são, ao mesmo tempo, o seu reflexo? Como se articulam os conceitos selecionados com as práticas da Organização? Por que a Organização adere aos conceitos?

2. O que é Cidadania? Ser Cidadão?

3. O que é necessário se desenvolver no Jovem para ser um cidadão?

4. Quais as questões principais e temas abordadas e trabalhadas com os jovens? (Raça, gênero, classe, emprego e renda, cooperativismo, Estado, partido, Religião, solidariedade, tolerância. Bem coletivo/Bem comum; Interesses. Voluntariado)?
5. Como são trabalhadas as seguintes questões da Igualdade / Liberdade / Democracia / Valores Cívicos
6. Por que educar o jovem para Cidadania? Para que? Ser Cidadão no Brasil?
7. E a questão da Identidade.

BLOCO 3 - PARTICIPAÇÃO

1. Quais tipos de ações são estimuladas e desenvolvidas junto aos jovens?
2. Estimula a participação? De que tipo? (Gestão ou pressão)
3. Quais seriam as particularidades da experiência em termos de prática participativa?
4. Quais são os dispositivos ou os mecanismos de participação? Trata-se de um ciclo participativo (um processo) ou de uma participação pontual (com que grau de institucionalização)?
5. Em que escala se pratica a participação? Na escala do bairro, de um setor urbano, da cidade, da região? No caso de escalas múltiplas, qual delas tem a prioridade na decisão? A participação se funda em critérios geográficos ou mais bem temáticos?
6. Por que participar? O que estimula as pessoas a fazer parte das discussões e das decisões (contexto sócio-cultural e histórico, motivações pessoais, etc.)? Quem leva vantagem no processo de participação (quem ganha/quem perde)?

7. A participação foi instaurada de cima para baixo ou foi conquistada?
8. Trata-se de uma participação imposta, reivindicada, negociada? Em que medida os habitantes se sentem « movidos » pelas estruturas de participação (grau de apropriação)?
9. A participação se encontra fundada em um sistema (político, social, econômico) ou a participação contesta o sistema?
10. A participação é um “projeto de emancipação”? Qual o seu poder de transformação social, e quais os seus limites? Em que medida a participação permite uma transformação da cultura política?
11. Quanto às relações entre participação e poder, a participação busca a transferência de poder (para quem)? Ou seria a participação uma ferramenta de gestão?
12. Que desigualdades subsistem na participação: acesso ao debate, à voz, à escuta? Em que medida os dispositivos de participação levam em consideração as diferenças (sociais, étnicas, sexuais, de idade de instrução formal, de linguagem, etc.) entre os cidadãos? Quem são os excluídos da participação? Quem é excluído e quem se exclui? Por quê? Como integrá-los? Este é um objetivo desta experiência?
13. Que relação há entre participação e interesses? Os interesses expressos são similares, contrários, antagônicos? Os participantes são pessoas próximas ou distantes (do ponto de vista social, espacial, etc.) na vida quotidiana? A participação busca confrontação ou harmonização dos interesses? A participação é concebida como um espaço de expressão e regulação dos conflitos? Em que cenário de poder e de relações de força se inscreve a participação?
14. Qual o ideal de um jovem que egresso de um programa da Organização? Esse ideal é atingido?